

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO  
PUC-SP

CLARISSA ANDRADE CARVALHO

A VIDA DE PESSOAS CEGAS EM ARACAJU

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

SÃO PAULO  
2010

CLARISSA ANDRADE CARVALHO

A VIDA DE PESSOAS CEGAS EM ARACAJU

DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

Tese apresentada à Banca Examinadora da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
como exigência parcial para obtenção do título de  
Doutor em Serviço Social sob a orientação do  
Profª. Doutora Maria Carmelita Yazbek

SÃO PAULO  
2010

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

*Para meus pais*

## AGRADECIMENTOS

Minha mãe e meu pai e suas histórias de vida e de amor,

Minha madrinha e meu padrinho (*in memorian*), também meus pais.

Iara e Tia Fina, uma acolhida e um ninho em São Paulo.

Adriana, Sarah, Ana Claudia, Marise, esta irmandade que se renova a cada despertar do dia, a cada por do sol. Para sempre.

Ruperto e o que aprendo com a nossa querida amizade, com este encontro.

Abel, que se comprometeu em espalhar alegria e amor. Evani e Joana

Nadja, Arilene, Adriana, minhas cuidadoras.

Eliana, Kátia, Monica, Rejane, Licia, Vania, Marta Virginia, Meire Nadja, Elisa Cruz, amigas queridas

Joubert, Julio, Enio, Marcos, Eduardo, suas músicas e finais de tarde.

Maria Auxiliadora, pelo carinho e dedicação à nossa família

Professores do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência Visual, por semearem coragem e esperança em Aracaju.

Professores do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, pelo que aprendi com cada um de vocês.

Professoras Maria Lúcia Martinelli, Maria Lúcia Carvalho e Raquel Raichellis, pela confiança e respeito. Obrigada!

Katia e Vania, uma receptividade sempre carinhosa.

Cristiane, Milene, Maurilio, Osmar, Mauricéia, Fernandinha, Rodrigo, Rosana Mauricleia, Vania, amigos queridos do Curso de Doutorado.

Fátima (Fafá), Natalia, Cristina, Milene, Carla e nossa amizade que permanece, apesar do tempo, apesar da distância.

Ivonete Contiére e Rosa Maria Ferreiro, profissional.

Valéria, Joanne, Rosa, Maria pelo o cuidado que tiveram com este trabalho.

Naira e Gil que, compartilharam suas histórias de vida.

Regis e Renato, ambos do Setor de Impressão em Braille da instituição Laramara, em São Paulo, que cuidaram das transcrições em braile.

Profissionais da rede de proteção pública municipal, estadual e federal, em Aracaju, pela disposição das informações e acolhida.

Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe, pela oportunidade.

Lúcia, Conceição (Lica), Etelvina, Ana, Nadja, pelo incentivo.

Cecília, Conceição, Rosangela e as partilhas em São Paulo.

Elisa, apoio afetivo. Bosco, obrigada também.

Meus queridos alunos, por seus sonhos.

Maria Carmelita Yazbek, minha orientadora, pela acolhida, carinho, respeito, e confiança deste momento da minha vida. Obrigada por tudo e sempre!

Mário Lua e Luís, por suas histórias de luz, coragem e esperança.

*Os poetas, como os cegos,  
podem ver na escuridão*

Edu Lobo/Chico Buarque

- *Cadê vocês?*

*Hoje eu estou vendo uma claridade...  
é tão bonita!*

- *Bonita? Como assim? É como o sol?,*

- *Não, não é como o sol,  
Sabe quando você está em alto mar...  
Aquele infinito?*

*O céu... o céu não é infinito?  
Então é assim!  
Imaginem ver esta claridade e à noite!*

Emerson de Carvalho

*Aracaju, 09/10/2006*



## RESUMO

Este é um estudo sobre a experiência social de pessoas cegas em Aracaju, realizado no período de 2004 a 2009. Com esta pesquisa quis conhecer o modo como organizam suas vidas: representações, sentimentos, valores, rede de pertencimento e agir histórico.

Parto do princípio de que toda pessoa cega, assim como as demais pessoas, deve ter a possibilidade de conduzir sua própria vida e de que, para isso, deve contar com o apoio do Estado e da Sociedade; tanto no atendimento das suas necessidades essenciais como segurança alimentar, moradia, saúde, educação, transporte, lazer, engenharia e espaços urbanos adequados, bem como sua participação na organização socioeconômica, política e cultural do país, através do trabalho e de outras atividades criativas.

Todas as pessoas desse estudo têm cegueira adquirida e este trabalho parte da compreensão das próprias pessoas. A perspectiva teórica fundamenta-se em Edward Palmer Thompson, que traz o sujeito para o centro do processo histórico e a sua ação em resposta às necessidades, e é esta ação que delineia o seu modo de vida.

É um estudo de abordagem qualitativa e a ferramenta metodológica, para a coleta de dados, foi a história de vida.

Ao mostrar os meios e os modos com os quais essas pessoas organizam suas vidas, interagindo socialmente, construindo seus fazeres e as suas identidades, espero contribuir para o aprimoramento das medidas de proteção e promoção ora adotadas, em Aracaju, para este segmento social.

**PALAVRAS CHAVE:** Cegueira. Experiência Social. História de Vida. Sistema de Proteção Social. Rede de Pertencimento.

## **ABSTRACT**

The present study reports a social experience involving blind people in Aracaju and was carried out from 2004 to 2009. This research related knowing how they organize their lives with regards to: representations, feelings, values, the belonging network and historic action.

Starting from the principal that any blind person, as well as any other person, should have the possibility of leading a life of their own, and therefore ought to rely on support from the State and Society, as much as in meeting their essential needs, such as safe feeding, dwelling, education, transport, leisure, engineering and proper urban spaces, as in taking part in the socioeconomic, cultural and political organization of the country, through work and other creative activities.

All subjects within this study have acquired blindness and this study derived from people's own understanding. The theoretical perspective is well-founded upon Edward Palmer Thompson, who places the subject in the center of the historical process, and regards their action as a response to their needs, which outlines their way of life.

This study encompasses a qualitative approach, and life history was its methodological tool for data gathering.

While depicting the ways and means by which these people organize their lives, socially interacting, constructing their practices and identities, I well hope to contribute toward improving protection and promotion measures currently adopted in Aracaju concerning this social segment.

**KEY-WORDS:** Blindness. Social Experience. Life History. Social Protection System. Belonging Network

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
CAPÍTULO 1 .....	16
CAMINHANDO CONTRACORRENTE: O TRAJETO TEÓRICO E METODOLÓGICO ..	16
1.1 O TEMA.....	16
1.2 A OPORTUNIDADE.....	20
1.3 O CAMINHO.....	23
1.4 HISTÓRIAS DE VIDA E O UNIVERSO DA PESQUISA .....	27
1.5 A “CIDADE INDIZÍVEL” .....	35
CAPÍTULO 2 .....	39
OS DIAS E A NOITE.....	39
2.1 A CEGUEIRA: HISTÓRIA E METÁFORAS .....	40
2.2 O SER NA CONDIÇÃO DE CEGUEIRA .....	50
2.3 NUM LUGAR “DIZÍVEL” .....	53
2.4 O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS CEGAS .....	59
CAPÍTULO 3 .....	75
AS METAMORFOSES DA VIDA .....	75
3.1 RUPTURA: O MOMENTO DA CEGUEIRA .....	75
3.2 INICIAÇÃO: O CAMINHO DAS PROVAS .....	82
3.2.1 Sobrevivência.....	82
3.2.2 Saúde .....	85
3.2.3 “Um conceito limitador” .....	86
3.2.4 O trabalho.....	88
3.2.5 A educação e o CAP-DV .....	91
3.2.6 O <i>Braille</i> .....	92
3.2.7 “A liberdade de volta” .....	95

3.3 RETORNO: CORAGEM DE VIVER .....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	105
REFERÊNCIAS.....	109
APÊNDICES .....	125

## INTRODUÇÃO

*O vento é lindo!*

Mariana Alves

*Sempre que acontece  
alguma coisa importante,  
está ventando.*

Érico Veríssimo (Ana Terra)

Eu não sabia que era cego. Até os 08 anos eu pensei que o mundo era daquele jeito... foi quando minha avó me disse que eu não via como as outras pessoas. Não sei por que ela foi dizer aquilo. Foi aí que eu percebi que o mundo era diferente, ou melhor, que outras pessoas viam de forma diferente<sup>1</sup>.

A porta se fechou. Escuro. Nada podia ser visto ao redor, apenas a visão, inundada por aquela escuridão pareceu partir. A voz era o único elo. Aos poucos, e ainda no escuro, a visão retornava... Os objetos, os móveis, a porta, a janela, a presença, pressentida apenas pelo som, agora podia ser vista. O escuro trouxe de volta os outros sentidos, mais vivos, atentos, ativos e um mundo diferente.

Quando não mais são os olhos a recolherem as formas, contornos, cores, relevos, texturas, a detectarem a luz que estimulam o cérebro a compor imagens, informações do mundo exterior, ainda pode-se ver? O quê e como se vê?

Estas eram as primeiras perguntas que me levaram até ali, à vontade de saber. Recordei o que diz alguns estudos de que, na cegueira, não há ausência total da luz: a escuridão total, completa.

Na cegueira – e no olhar - a escuridão que existe é a que insiste em não querer ver o ser.

- Você viveu um pouco a experiência da cegueira? Pergunta minha amiga quando chego em casa e conto que a entrevista se realizou em câmara escura.

- Sim vivi, vivi...

Este é um estudo sobre a experiência social de pessoas cegas e foi realizado na cidade de Aracaju. São histórias de vida que informam suas experiências na condição de cegueira.

Parti do princípio de que toda pessoa cega, assim como as demais pessoas, deve ter a possibilidade de conduzir sua própria vida e de que, para isso, deve contar com o apoio do Estado e da Sociedade, tanto no atendimento às necessidades essenciais: a segurança alimentar, a moradia, a saúde, a educação e o transporte, como em sua participação na organização socioeconômica, política e cultural do país, através do trabalho.

---

<sup>1</sup> Relato de um aluno do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAP-DV), sobre o momento em que ficou sabendo que era cego.

Há um ser antes e além da cegueira e, ademais a condição de cegueira não impede a capacidade de “fazer-se” das pessoas cegas: de produzirem sua própria vida material; de fazer escolhas conscientes; de projetar e prefigurar resultados; de encontrar finalidades sociais e comunicá-las; e de realizar atividades criativas, dentre elas, o trabalho.

Na ausência da visão, mãos e cérebro se unem a todos os demais sentidos e, em sintonia, combinam-se no processo de apreensão e objetivação no mundo. É esta particularidade, e apenas esta, que estabelece a diferença entre pessoas cegas e não cegas.

Na história humana encontram-se registros de que a cegueira é valorizada positivamente, e à pessoa cega é dado o poder da transcendência, da clarividência, da iluminação. No entanto, é recorrente, em algumas tradições culturais, ocidentais sobretudo, de a cegueira ser traduzida com conotações negativas – trevas, ignorância, desvio – reservando às pessoas com impossibilidade de ver, o lugar nenhum da segregação social. De tais registros é possível depreender que, a maneira com que cada sociedade se organiza, do ponto de vista econômico-social, engendra representações sobre a cegueira que, por sua vez, exerce forte influência na disposição de “modos de vida” e “maneiras de ser” de pessoas cegas.

A cegueira, neste trabalho, foi compreendida como uma “condição do ser”, um modo de ser, de estar e de existir na sociedade que “confere ao sujeito um lugar social” (SOUSA, 1997; 2004; AMIRALIAN, 1997). Uma condição, que os colaboradores deste estudo não tinham e passaram a ter; um modo de existir na sociedade que se somou a uma história, já vivida, de inserção social.

Quando comecei a ouvir suas histórias de vida e partilhar experiências, em mim se fortaleceu a vontade de saber o significado sociocultural da cegueira e compreender em que se diferenciam pessoas cegas das não cegas. Todavia, a esta vontade de saber quis conhecer também suas condições de vida, na cidade de Aracaju.

Quais as oportunidades que as pessoas cegas têm para viver criativamente, em Aracaju? Quais condições materiais – meios e modos – que aí encontram para o “fazer-se”? Quais suas demandas? Quais as relações sociais que estabelecem? Meu objetivo foi, portanto, conhecer o modo como organizam suas vidas: representações, sentimentos, valores, redes de pertencimento e agir histórico; mostrar e compreender uma realidade vivida com a voz e o silêncio das próprias pessoas cegas.

Neste sentido adotei, como conceito central, “experiência humana”, conforme é tratado por Edward Palmer Thompson e, acrescentei a concepção de cegueira e de proteção

social, a fim de dar conta da abrangência das experiências de pessoas cegas. É um estudo de abordagem qualitativa, e o recurso metodológico foi a história de vida.

Conforme já dito anteriormente, a pesquisa empírica foi realizada na cidade de Aracaju, capital do Estado de Sergipe, no Nordeste brasileiro. Aracaju foi abordada “do ponto de vista da cegueira” e foram as narrativas de pessoas cegas que informaram sobre a cidade, sobre os obstáculos de todos os dias vivenciados na precariedade da aparelhagem pública, nos preconceitos e nas discriminações. Essas pessoas falaram também de projetos, de anseios por superação de condições em que vivem e do desejo de “verem” uma Aracaju mais “acessível”.

Este trabalho contém cinco partes, incluindo esta introdução.

“Caminhando contracorrente” é o Capítulo I, em que descrevo o processo de construção do tema e a trama da pesquisa. Apresento o referencial teórico construído a partir da perspectiva de Edward Palmer Thompson e a técnica de pesquisa que utilizei na colheita dos dados: a História de Vida. Também, descrevo a construção do universo da pesquisa, o local e a unidade de análise das narrativas: “metamorfose”.

“Os Dias e a Noite” é o Capítulo II, em que abordo o tema da cegueira: mitos e histórias, apresentando dados que informam sobre as condições sociais das pessoas cegas no Brasil e, ainda, trago a evolução histórica do sistema de proteção social pública, organizado no país, para este segmento social. No capítulo foram importantes as abordagens sobre a cegueira de Sousa (1997; 2004) e Amiralian (1997) e sobre proteção social, as de Vieira (2004); Sposati (2004); Yazbek (1998; 2004).

“Metamorfoses da vida” é Capítulo III, no qual analiso as narrativas das pessoas cegas a partir da unidade de análise Metamorfose e os três movimentos do processo do “fazer-se”: *Ruptura* para falar sobre o momento da cegueira adquirida; *Iniciação* para descrever o processo de socialização das pessoas cegas; obstáculos e oportunidades e, *Retorno* – a coragem de viver – sobre a reafirmação da capacidade de viver, ser feliz e, na condição da cegueira, contribuir para a vida social. A análise das redes de pertencimento, tecidas pelos colaboradores deste estudo, no processo de socialização da condição de cegueira, foi feita a partir do modelo proposto por Lia Sanicola (2008).

Nas “Considerações Finais” retomo o pressuposto e objetivo do trabalho e apresento os principais resultados.

Realizar este trabalho foi minha vontade, coragem e compromisso ético. Em “território” [ainda] pouco explorado (YAZBEK, 2003), pretendo que as narrativas das

histórias de vida das pessoas cegas permitam ao Serviço Social o exercício do necessário conhecimento da experiência dos sujeitos sociais, público preferencial das ações profissionais: o modo como vivem; o sentido que dão à sua vivência; e as práticas que adotam para “remendar” as fraturas da sua condição social.

Enfim, pretendi chamar a atenção para este conhecimento, muitas vezes preterido nas análises das políticas públicas efetuadas no âmbito do Serviço Social, deixando calar nuances, detalhes, “enigmas que nos apontam saídas possíveis do labirinto de todo dia” (MARTINS, 2000).

Alguns esclarecimentos são importantes sobre as terminologias empregadas neste trabalho. Utilizo “pessoa cega” e “cegueira”, para referir-me à deficiência visual total e “pessoa com deficiência visual” para as pessoas com “deficiência visual parcial e total”. A outra terminologia é “*Braille*”, que se refere ao sistema de leitura e escrita para pessoas cegas, inventado por Louis Braille, e “braile” para os objetos, que são escritos em braile.

As narrativas das pessoas cegas, autores, escritores e fragmentos do meu diário de campo, estão colocados durante o texto na mesma disposição, obedecendo à regra de citações.

As traduções da citação de René Descartes, em a “Dióptrica” e do poema “Sobre sua cegueira”, de John Milton, foram feitas pela Professora Joanne Irene Roberts Serra.

A imagem fotográfica que abre este trabalho é de autoria de Ronice Franco de Sá. Mário, Lua e Luís são os nomes fictícios das pessoas para proteger suas privacidades. Minha voz se entrelaça com as vozes desses narradores.



## CAPÍTULO 1

### CAMINHANDO CONTRACORRENTE: O TRAJETO TEÓRICO E METODOLÓGICO

*Precisava de espaço. Andava lentamente,  
Andava quase como se não fosse andar.  
Como se houvesse algum degrau à sua frente.  
Como se, de repente, ela fosse voar.*

Rilke

Em 93 foi quando eu me acidentei. Um presente não muito desejado [rindo]. Com 15 anos, brincando, atingiu o olho esquerdo, fui ao médico, na mesma da hora. Ele tirou o fragmento da madeira, e em resumo, na mesma semana, eu perdi a visão esquerda. Três meses, aproximadamente, passei a perder, gradativamente, a visão do direito. Com a perda, quase que súbita da visão, eu continuava adolescente, só que adolescente fragilizado, mutilado, um adolescente que nem tinha fantasias, nem visão de futuro. Um adolescente que vivia cada dia, cada dia, sem pensar, sem se preocupar... talvez seja a palavra mais adequada. Futuro e vazio das ilusões da idade, vivia cada dia, apenas isso, apenas isso. (Mário)

Eu fiquei cega e não foi uma coisa assim que eu fiquei porque tinha que ficar. Não vejo desse jeito! Eu vejo, assim, como aconteceu, infelizmente, foi um acidente. Levei uma queda e a queda provocou isso! Então, eu acho que o fato de ter acontecido aquilo, eu também não vou perder a minha vida por causa disso, entendeu? Porque, se eu vou ter outros limites para continuar o que eu fazia, eu vou continuar fazendo, embora dentro de um limite! (Lua)

Eu fiquei morando sozinho dentro de casa. Aí veio a preocupação porque eu já tinha perdido um irmão, eu já tinha perdido meu pai, perdi minha mãe e fui “encasquetando, encasquetando”, aquilo na mente. Quando foi no mês de dezembro, aumentou a neblina e foi aumentando. Veio janeiro, janeiro de 2000, oito horas da manhã eu perdi tudo: a visão. Eu tenho glaucoma crônico, glaucoma crônico é minha doença. (Luís)

#### 1.1 O TEMA

Era 1998 e pessoas cegas, sintonizadas numa emissora da rádio local, em suas casas, voltaram os olhos na direção da voz e ouviram a notícia que qualificaria suas condições de vida em Aracaju. Naquele dia – 12 de novembro – seria inaugurado o Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas Portadoras de Deficiência Visual (CAP-DV), iniciativa do governo municipal do então prefeito João Augusto Gama:

Quando nós trabalhamos a ideia trazida pelo Dr. Jorge Carvalho – Secretário de Educação no meu governo – da Secretaria de Educação Especial do MEC, em Brasília, imediatamente nós compramos esta ideia de implantação do CAP. O que nós não imaginávamos é que o CAP traria benefícios tão grandes para a comunidade de deficientes visuais que viviam em Aracaju. Nós não tínhamos a ideia, naquela época, naquele primeiro momento, que havia um número tão grande de pessoas com

deficiência visual que estavam em suas casas, sem nenhum trabalho, em abandono, sem perspectivas de vida<sup>2</sup>.

Há cerca de 30 anos, andava-se pela cidade de Aracaju e, raramente, se encontrava uma pessoa cega transitando pelas ruas, nos transportes coletivos, participando de alguma atividade produtiva ou cultural. Era comum, ver pessoas cegas em alguma calçada, em semáforos, no exercício da mendicância.

Até 1960 era praticamente inexistente o atendimento às pessoas cegas em Sergipe quando, naquele ano, ocorreu a criação do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em um convênio firmado entre o Governo do Estado e a União Sergipana de Assistência (USA) que deu importante impulso no atendimento educacional às pessoas cegas – e surdas – e à preparação destas para o mercado de trabalho.

Todavia, esta não tinha sido a primeira medida educacional para as pessoas cegas. Por iniciativa da Igreja Católica e do *Lions Club* de Sergipe foi criada a primeira Escola de Cegos de Sergipe, no Serviço de Assistência à Mendicância (SAME) que, por sua vez, não teve êxito. (GARCIA FILHO, 1996).

No período em que funcionou, entre 1960 e 1978, o Centro Ninota Garcia, como entidade filantrópica, prestou assistência gratuita às pessoas com deficiência motora e sensorial. Além da assistência médica, proporcionou assistência educacional para pessoas surdas e cegas – ensino do método *Braille* para estas últimas – e oficinas de capacitação com encaminhamento para o mercado de trabalho.

Após a criação do Centro Ninota Garcia, foram quase vinte anos de dispersão de serviços que pudessem atender demandas específicas das pessoas cegas e de visão sub-normal, principalmente àquelas relacionadas ao processo de aprendizagem. O atendimento de educação municipal, específico para este grupo social, consolidou-se, em Aracaju, somente com a instalação do CAP-DV. Este passou a oferecer recursos didático-pedagógicos específicos – equipamentos de informática, produção de material em *Braille*, ampliação de textos, dentre outros, estimulando o acesso e a permanência das pessoas com deficiência visual na rede regular de ensino.

O estabelecimento do CAP-DV possibilitou à cidade de Aracaju integrar-se à rede Centros de Atendimento Pedagógico para Pessoas com Deficiência Visual que se implantava, naquele momento, em todo país, por iniciativa do governo federal, em conjunto com

---

<sup>2</sup> Depoimento do Prefeito João Augusto Gama, em comemoração aos 10 anos do CAP, (vídeo institucional gentilmente fornecido pela direção do CAP-DV).

entidades “de e para cegos”, como uma das medidas previstas na Lei de Diretrizes Básicas da Educação Especial (Lei n.º 9.394/96).

A inserção da cidade de Aracaju nessa rede, conforme relata o Prefeito Augusto Gama, “proporcionou às pessoas cegas a possibilidade de adquirir uma profissão, ter convívio social, uma vida normal, a se integrar na sociedade com toda a sua potencialidade. [...] e somente esta obra justificou meu governo”.

Em parceria com o governo federal, o município de Aracaju investiu na estrutura física, com aquisição dos equipamentos e formação de equipe técnica, com capacitação no Instituto Benjamin Constant (IBC), no Rio de Janeiro. Naquele momento foram capacitados professores que já estavam vinculados à Secretaria Municipal de Educação Especial e que, com o treinamento em deficiência visual, puderam atuar nas várias atividades executadas pelo CAP-DV.

Atualmente, as atividades desenvolvidas por essa unidade de ensino são: avaliação pedagógica, orientação e mobilidade; leitura e escrita do sistema *Braille*, cálculo matemático (Sorobã), música, educação física adaptada, oficina de arte, treinamento visual (baixa visão), educação infantil (de 0 a 6 anos), oficinas de sistema *Braille* e Sorobã (para familiares e comunidade em geral). Além destas, especificamente para adultos, são também oferecidos treinamentos em habilidades que correspondam às demandas da vida cotidiana.

O compromisso da equipe técnica e direção do CAP-DV é ampliar o atendimento educacional, de forma que incida na melhoria das condições e bem-estar das pessoas com deficiência visual; formar e informar sobre seus direitos; auxiliar para que se tornem economicamente ativas; combater o preconceito; atuar junto às famílias e, dessa forma, plantar atitudes positivas para esse segmento social em Aracaju.

Assim, estamos atravessando o século XXI, em Aracaju, com uma realidade diferenciada, pois, aparecendo, as pessoas cegas evidenciaram a questão da cegueira e a forma como a cidade vem atendendo às suas demandas.

Um ano após a criação do CAP-DV, em 1999, um grupo de alunos cegos e com baixa visão, auxiliado pelos professores e familiares, criou a Associação de Deficientes Visuais de Sergipe (ADEVISE)<sup>3</sup>. A ADEVISE tem por objetivo desenvolver e executar programas nas

---

<sup>3</sup> A ADEVISE atua no Estado de Sergipe, como entidade representativa das pessoas com deficiência visual desde 1999. Sua primeira Diretoria Efetiva tomou posse em 15.01.2000. Para histórico e conhecimento das atribuições da associação, consulte o atual estatuto da entidade, aprovado em 19.12.2003 e somente registrado

áreas de mobilização, prevenção e conscientização, educação, cultura, esportes, lazer, profissionalização, mercado de trabalho, dentre outros, visando a integração e a emancipação de pessoas com deficiência visual<sup>4</sup>.

Atuando em todo o Estado de Sergipe, a ADEWISE, desde a sua fundação, participa do fórum das organizações não-governamentais, órgãos públicos e empresas privadas, com vistas a garantir a implantação das medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência. Medidas essas, que vão, desde a organização do espaço público: semáforos sonoros, rampas, pisos táteis, até a execução das políticas sociais para esse segmento social. A Associação das Pessoas com Deficiência Visual teve importante participação na criação do Conselho Municipal dos Portadores de Necessidades Especiais de Aracaju.

Nestes últimos 08 anos a ADEWISE legitimou-se, em Sergipe, perante o Estado, conselhos de direitos e demais instituições da sociedade civil, como entidade representativa dos interesses das pessoas com deficiência visual, tanto no que diz respeito à implantação das medidas de acessibilidade, como na equiparação de oportunidades, combate ao preconceito, discriminação. O coral, “Coral da Terceira Visão”, é exemplo de uma atividade em torno da qual a ADEWISE reúne o maior número associados, tornando-se reconhecida perante a comunidade e, também, culturalmente.

Se a condição social do cego apresenta, ainda hoje, sérios desafios, com a criação do CAP-DV e da ADEWISE, como bem observa a Profa. Maria Júlia dos Santos Cruz<sup>5</sup>, “a questão do cego ganhou visibilidade, pois estes apareceram para a comunidade, com as aulas de orientação e mobilidade, passaram a circular pelas ruas, estão nos espaços públicos”. Guiados por suas bengalas, fazem aparecer uma história de pertencimento social, silencioso, contudo, cada vez mais visível.

Transcorridos 10 anos de sua fundação, o CAP-DV legitimou-se como ação de proteção pública para as pessoas com deficiência visual e num lugar de maturação e enraizamento do direito à inclusão educacional e comunitária. A equipe de professores que atua hoje, em número bastante reduzido e trabalha em precárias condições, tem fundamental importância no processo de socialização e inserção educacional, não só para as pessoas que

---

em cartório em 07.04.2004, em substituição ao Estatuto elaborado no momento de sua fundação, em 23.06.1999.

<sup>4</sup> Cf. Estatuto da ADEWISE, publicado em Diário Oficial em 07 abr. 2004.

<sup>5</sup> Profa. Maria Júlia dos Santos Cruz, uma das protagonistas do movimento da Educação Especial em Sergipe, e em entrevista realizada, por mim, em 2004 para elaboração da presente proposta de doutoramento.

nasceram cegas, mas para as que perderam a visão, também para as que estão em processo de perda e dando auxílio às suas famílias.

O projeto pedagógico do CAP-DV, alicerçado no paradigma da “educação inclusiva”, leva em conta a maneira de viver, as necessidades individuais e particularidades do aluno fora da escola, na vida cotidiana e intervém na equiparação de oportunidades para as pessoas cegas e de visão parcial, abrangendo as várias dimensões da vida social: trabalho, saúde, cultura, lazer, bem-estar.

“Sem empurrar para debaixo do tapete as especificidades da condição do ser da cegueira, as particularidades do seu modo de ser e estar e agir no mundo” (SOUSA, 2004), o processo de reabilitação comunitária, desenvolvido no CAP-DV, incide na capacidade de as pessoas cegas, por si próprias, produzirem sua autonomia, ampliarem percepções, buscarem independência, liberdade, ainda que parcial... “Na cegueira você não consegue se libertar totalmente de tudo!” (Lua).

Para os professores do CAP-DV, “os alunos do CAP criam asas e voam, voam alto, em direção ao sol... e, às vezes, eles voam mais alto do que a gente prevê, que a gente imagina, imagina”. E retornam... “novas penas, garras mais afiadas, olhos ainda mais penetrantes”!

## 1.2 A OPORTUNIDADE

Conheci o CAP-DV por intermédio de meu pai! Meu pai perdia gradativamente a visão do seu único “melhor olho” e, no dia 12 de novembro de 1998, também estava sintonizado na emissora de rádio que anunciou a implantação do CAP-DV. Numa das vezes que eu vim a estar com meus pais, ele me pediu que eu procurasse “a escola para cegos”. Caminhei pelo bairro, passos de passeio, trilhar sobre a calçada, olhar atento aos detalhes, até que descansei do sol intenso que iluminava o dia, na sombra fria do alpendre da casa onde funcionava o CAP-DV. Fiz sua matrícula para o ano letivo de 1999.

Fui para o CAP-DV em 2003 e, durante aquele ano, emprestei, “minha visão das coisas e das cores” para os alunos cegos e de baixa visão. Naquele período, além do conteúdo didático-pedagógico, o CAP-DV tinha, também, como proposta, a atualização dos alunos em assuntos gerais da sociedade, o que era dado por um professor leitor voluntário. Entretanto, havia a necessidade de ampliar a carga horária para essa atividade e foi então que me uni ao projeto.

Eu havia aprendido, durante o mestrado em Antropologia, que a Literatura é uma importante fonte de expressão do tempo de uma sociedade e, neste sentido, legítima referência para a leitura e apreensão da realidade. Para o CAP-DV, segui, então, com alguns livros entre os braços: “a imaginação literária ajuda a viver um desejo íntimo das formas como se tivéssemos o poder de conhecer os segredos da criação do vivente (BACHELARD, 2008, p. 83).

Foi, portanto, através da literatura que eu e os alunos passamos a refletir sobre a vida. Com a atenção concentrada a cada palavra que ressoava, penetrávamos no mundo que foi possível ser construído, até hoje pela humanidade, “suas conquistas e barbáries”! Não pensávamos em outra coisa, apenas nossas experiências de vida iam sendo passadas a limpo em cada palavra.

Os alunos, ao ouvir aquelas imagens trazidas pelo vento, iam-se colocando no cerne da condição de cegueira e descreviam como recomeçavam, ininterruptamente, todos os dias, ao clarear do dia, a tessitura de suas vidas. A dimensão subjetiva que aflorava de suas narrativas descobria sentimentos, percepções, sentidos tecidos no processo de socialização. Ao acordar o mundo sensível, de fantasias e devaneios, os alunos cegos e de baixa visão, com os quais trabalhei, não deixavam de deitar os olhos sobre a sociedade, as relações sociais e as alternativas que lhes era possível acessar para obter melhores condições de vida em Aracaju.

Do que ouvíamos e rememorávamos, misturávamos em cores, tinta guache, lápis de cor, folhas em branco, o que podíamos, naquele momento, comunicar sobre nossas experiências de vida. Na estrada, um convite!

– Dá-me a cor azul, por favor!... eu quero pintar o banquinho que eu desenhei!  
Minha mãe disse que o banquinho, que eu fico sentada no canto do meu quarto, quando eu não venho para o CAP, é dessa cor, azul!

E a aluna me mostra seu desenho naquele dia... No largo papel branco, um pequenino banco, desenhado bem no canto da folha e pintado de cor azul!

Também fomos ao cinema, assistir ao recém-lançado documentário “Janela da Alma”<sup>6</sup>. Era a primeira vez que os alunos iam ao cinema. Os ingressos “foram cortesia” e, na bilheteria, foi exigido que cada aluno, cego e com baixa-visão, assinasse um comprovante de que havia recebido o ingresso!

– Não tem problema a gente assina... é só dizer onde está a linha!

---

<sup>6</sup>**Janela da Alma**. Documentário. Direção João Jardim/Walter Carvalho. Brasil: Europa Filmes. 2002.

- Eu trouxe meu “assinador”!<sup>7</sup>
- Eu também!
- A gente empresta!
- Qualquer coisa a gente imprime a digital, tem tinta?

Já havia passado em muito, o horário do término das aulas, quando chegamos ao CAP-DV. Considerei que estava tarde e, quando comecei a liberar os alunos... “e não vamos debater o filme?” Sentamos em volta da mesa para partilhar nossas apreensões e percepções sobre as experiências de vida, na condição de cegueira, relatadas no documentário.

Nas atividades desenvolvidas durante aquele ano de 2003, no CAP-DV, era o indivíduo cego que, para mim, ia ganhando forma, a cada palavra, a cada gesto. Dos relatos de vida que surgiam entre uma leitura e outra, entre um conto, poema, fábula, fui aprendendo, cada vez mais, sobre a experiência de vida na condição de cegueira. A convivência com os alunos do CAP, o seu modo de vida, a heterogeneidade das experiências, impunham-se e fizeram-se presentes no meu dia-a-dia, não somente à minha vivência pessoal, mas, sobretudo profissional.

Naquele ano eu lecionava a disciplina “Seguridade Social” no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (DSS/FUS) e era representante da Universidade no Conselho Municipal de Assistência Social. Era um momento em que, no âmbito da Política de Assistência Social, todo o país se mobilizava para a realização da IV Conferência Nacional de Assistência Social, que aconteceria ao final de 2003 e tinha, como principal ponto de deliberação, a construção e implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Dez anos havia se passado desde que tinha sido instituída a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e consolidara, no país, a rede de serviços sociais, benefícios, programas e projetos para grupos em situação de vulnerabilidade social: crianças e adolescentes; idosos e pessoas com deficiência. Expandia-se o acesso de pessoas com deficiência – e idosos – com renda *per capita* inferior a ¼ do salário mínimo, ao Benefício da Prestação Continuada (BPC), instituído em 1996. Algumas pesquisas e análises sobre o impacto do BPC na vida de pessoas com deficiência vinham sendo produzidas (GOMES, 2001; SPOSATI, 1997; 2004).

---

<sup>7</sup> Régua para pessoas cegas assinarem seus nomes em tinta.

Dois outros acontecimentos me aproximaram das condições sociais de pessoas cegas em Aracaju: primeiro, em 2002, fui convidada pelo Departamento de Psicologia para participar de uma banca examinadora de graduação, com o tema de monografia “É pouquinho, mas o pouco com Deus é muito e o muito sem Deus é nada”, sobre o significado do BPC para os usuários de serviços de saúde mental<sup>8</sup>. Segundo, em 2003, duas das minhas alunas da disciplina Seguridade Social, tendo conhecimento de minha atuação no CAP-DV, solicitaram-me orientação no Trabalho de Conclusão de Curso “O Cotidiano Escolar do Deficiente Visual”<sup>9</sup>.

Naquele período, também, o DSS (UFS) tinha dado início, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e com a Universidade de Brasília (UnB), ao programa de qualificação docente CAPES/PQI. Identifiquei, neste, a oportunidade de estudar mais sistematicamente o que estava vivendo pessoal e profissionalmente.

Na minha proposta inicial de pesquisa<sup>10</sup>, o objetivo era analisar a Política da Assistência Social, mais especificamente o BPC, a partir da trajetória das pessoas cegas usuárias desse benefício. Contudo, já tendo sido aprovada, iniciado o curso e aproximando-me, cada vez mais, do tema, percebi que algo mais havia a ser dito.

### 1.3 O CAMINHO

Contribuir para amplificar a voz da pessoa na condição de cegueira e conhecer seu modo de viver, foi a principal motivação que me levou à realização desse trabalho.

Com este interesse de pesquisa e, partindo do reconhecimento da capacidade de “fazer-se” das pessoas cegas, optei em seguir um percurso teórico metodológico que apreendesse o processo social ativo de constituição da vida de pessoas cegas. Uma metodologia que privilegiasse suas representações e agir histórico, e que, ao mesmo tempo, evidenciasse os condicionantes da ação, destacasse a estrutura social na qual o ser da condição de cegueira está inserido e onde o modo de vida está contido.

---

<sup>8</sup> Cf. Ana Cecília Campos. **É pouquinho, mas o pouco com Deus é muito, e o muito sem Deus é nada: uma discussão sobre cidadania e previdência social sob a ótica da Psicologia sócio-histórica**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia)– Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

<sup>9</sup> Cf. Jakeline Lima Santos, Vanessa Matos Andrade. **O cotidiano escolar do deficiente visual**. 2004. 57 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)– Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

<sup>10</sup> “**A cegueira e o benefício da prestação continuada**”. Projeto de Pesquisa apresentado no processo de seleção para curso de Doutorado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP), em 2004.



Assim, apropriei-me do conceito “experiência humana” em Edward Palmer Thompson (1924-1993) que, conforme Martinelli (2005), é fundamental para o conhecimento “do modo de vida das pessoas, como vivem as suas vidas, quais são suas experiências sociais e que significados atribuem às mesmas” (MARTINELLI, 2005, p. 118) e às ações que produzem para se “inserir no fluxo insondável” da história.

Experiência é um conceito largo que contém múltiplos significados, variando de sentido na linguagem corrente entre sociedades e de acordo com cada campo do conhecimento e momento histórico (BONDÍA, 2002; MEINERZ, 2008; FERRERAS, 1999).

Em Thompson, “experiência humana” é o conceito que “traz” o sujeito para o centro do devir histórico: “que compreende a resposta mental e emocional, seja de um indivíduo ou de um grupo social, a muitos acontecimentos interrelacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento.” (THOMPSON, 1981, p. 15). Este é um termo em que, para ele:

homens e mulheres também retornam como sujeitos – não como sujeitos autônomos, ‘indivíduos livres’ – mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos. Em seguida ‘tratam’ essa experiência em sua consciência e sua cultura e, em seguida, agem, por sua vez, sobre sua situação determinada (THOMPSON, 1981, p. 182).

Na perspectiva teórica de Thompson, é impossível conceber o processo social independente da ação, dos conceitos e das expectativas que homens e mulheres formam em relação ao que acontece com eles e com o seu mundo. No seu estudo sobre o “fazer-se” da classe operária inglesa do século XVIII, Thompson (1987) evidencia como um processo ativo deve tanto à ação humana, como aos condicionamentos históricos.

Ao voltar-se, em suas análises, para o agir humano, conforme Déa Ribeiro Fenelon (1995), Thompson empreendeu uma “história vista de baixo”, que privilegiou as peculiaridades de vida do povo, seu modo de vida, valores, comportamentos e costumes “frequentemente ocultados, ignorados ou mencionados apenas de passagem”:

Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o meeiro luddita, o tecelão do ‘obsoleto’ tear manual, o artesão ‘utópico’ e mesmo o iludido seguidor de Joanna Southcott, dos imensos ares de condescendência da posteridade. [...] eles viveram nesses tempos de aguda perturbação social, e nós não. Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência; se foram vítimas acidentais da história, continuam a ser condenados em vida, vítimas acidentais (THOMPSON, 1987, p. 13)

Para Thompson (1981), as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas com ideias, no campo do pensamento. Para ele:

elas experimentam sua experiência como sentimentos e lidam com esses sentimentos na cultura, como normas, valores obrigações familiares e de parentesco, reciprocidade, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas. (THOMPSON, 1981, p. 189).

Assim, introduz o conceito de cultura que, junto com o de experiência, conforme afirma, permite compreender a “estrutura como processo e reinserir o sujeito na história” (THOMPSON, 1981, p. 188)

Diante das contradições econômicas e sociais, de situações de exploração, diferentes respostas, práticas de vida, pensamentos e valores são organizados pelos indivíduos sociais. Apesar de tais experiências se apresentarem de maneira heterogênea, diversificada, como histórias distintas, Thompson (*apud* MÜLLER, 2007, p. 123) alerta para o fato de que “é a mesma experiência unitária ou pressão determinante, ocorrendo no mesmo tempo histórico e movimentando-se no mesmo ritmo [...], de modo que todas essas ‘histórias’ distintas devem ser reunidas no mesmo tempo histórico real, o tempo em que o processo se realiza”.

Na aproximação e compreensão das experiências das pessoas cegas, foram suas ações, representações, sentimentos, valores, costumes, os determinantes econômico-sociais, bem como os sistemas sociais que delineiam a condição de cegueira que informaram sobre suas práticas de vida e orientaram a investigação empírica do “conteúdo de vida”, das “respostas humanas”, do modo de viver desses indivíduos sociais.

Ter o “conteúdo de vida” como material de investigação implicou seguir, conforme proposto por Thompson, um caminho de construção de “uma história vista de baixo”, que se volta para o agir humano e para a complexidade e peculiaridades “do conteúdo de vida do povo”, seu modo de vida, valores, comportamentos e costumes.

No método proposto por Thompson, o tema da pesquisa é composto a partir de dois elementos fundamentais: a investigação empírica e a utilização de fontes variadas – canções, poesias, cantos, desenhos, pinturas, fotografias – que levam ao diálogo com várias ciências. Foi dialogando com a literatura, a poesia, a antropologia e recorrendo ao conceito de cultura, que Thompson propôs:

uma outra maneira de investigar trabalhadores. Um método de investigar as experiências de trabalhadores, não apenas em suas relações econômicas, mas nos seus modos de vida, em suas lutas diárias, nos seus hábitos, valores, dietas, formas de vestir e de morar, de comemorar, de festejar, de cantar, de transmitir suas tradições orais, de viver com elas ou de resistir às transformações também como vivência cotidiana (THOMPSON *apud* FENELON, 1995, p. 86)

O exame dos sistemas de parentesco, costumes, regras visíveis e invisíveis de regulação social, formas simbólicas de dominação, resistência, religião, leis, instituições e

ideologias, é, para Thompson (1981), fundamental para estudar a experiência humana. Nesta forma de compreender, destaca Fenelon (1995) que é possível comprometer-se com uma investigação empírica que ressalta a centralidade da história e do agir humano, que “reconstrói” a teoria e que alimenta o engajamento político do pesquisador “com o seu tempo.”

Este é um estudo de abordagem qualitativa. Nas Ciências Sociais e no Serviço Social a abordagem qualitativa legitimou-se como a opção metodológica que propicia o conhecimento – e compreensão – dos processos sociais, conforme vivenciados – e interpretados – pelos indivíduos e grupos sociais.

Nesta abordagem, o que se privilegia são as representações, sentimentos, opiniões, valores que os sujeitos constroem no processo de socialização e que atribuem às suas ações e relações sociais. São estudos que se ocupam de situações particulares, grupos específicos, temáticas mais circunscritas e que trazem, em suas dinâmicas internas, as expressões do processo social global. Estes permitem, a partir da vivência dos sujeitos, ir além da aparência do dado, ao captar as nuances, detalhes, diversidades, a trama viva dos processos sociais.

Em relação à deficiência visual, estudos de abordagem qualitativa têm dado ênfase às áreas de Educação e Psicologia, aos aspectos psicossociais, sócio-familiares e educacionais do processo cognitivo e de aprendizagem, circunscritos ao cotidiano escolar (CAIADO, 2003; AMIRALIAN, 1997). No campo da Sociologia, destaca-se a questão da organização política (associativismo) dos sujeitos cegos (SOUSA, 1997).

No Serviço Social a temática da cegueira é pouco estudada. Encontrei algumas referências em trabalhos de conclusão de curso, em relatórios de estágios, numa dissertação de mestrado e num artigo sobre a questão do mercado de trabalho para pessoas com deficiência, publicado na Revista Serviço Social e Sociedade<sup>11</sup>.

Destes, os que recorreram à abordagem qualitativa deram ênfase à inserção educacional de pessoas cegas, ao cotidiano escolar (SANTOS; ANDRADE, 2004) e à acessibilidade (MASSARI, 2006).

---

<sup>11</sup>Consultei: D'ANGELO, Aida *et al.* **Assistência aos cegos em São Paulo**. 1945. 27 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, São Paulo, 1945; SANTOS, Jakeline Lima; ANDRADE, Vanessa Matos. **Educação especial no Brasil e no CREESE**. 2004. 62 f. Relatório de Estágio Supervisionado I e II (Graduação em Serviço Social)- Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004; MASSARI, Solange Aparecida. **As pessoas com deficiência física ou visual e a acessibilidade urbana em Santo André – SP**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)- Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. CORREIA, Cláudia. A integração do deficiente ao mercado de trabalho: uma conquista social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, nº 34, ano XI, dez. 1990. São Paulo: Cortez. p. 119-134.

## 1.4 HISTÓRIAS DE VIDA E O UNIVERSO DA PESQUISA

*Cada história é o ensejo de uma nova história,  
que desencadeia uma outra, que traz uma quarta...  
Ah essa dinâmica ilimitada da memória!  
Assim é que se compõe um relato,  
cada texto chamando outros textos*

T. Todorov

O convite e a ação do relato oral é o da abertura ao ilimitado. Movimento infinito da memória. O personagem literário mais amplamente conhecido é *Scherazade*: “*Mil e uma Noites*” de histórias que embalam a espera do despertar do dia. Mas também *Penélope*, que tecia e destecia enquanto aguardava o retorno de Ulisses, cuja viagem é relatada por Homero na *Odisseia*.

Epopéias, narrativas míticas... Os relatos orais são o meio mais antigo que a humanidade tem para anunciar, comunicar, partilhar, renovar e perpetuar valores, conhecimentos, dar visibilidade aos sujeitos sociais, aos sistemas sociais, às suas culturas.

A “força germinativa” (BENJAMIM, 1987, p. 204) dos relatos orais, como fonte de conhecimento para as Ciências Sociais, “apesar de percorrer uma longa trajetória de obscurecimento” (QUEIRÓZ, 1987), consolidou-se, ao lado dos instrumentos quantitativos, como importante técnica de abordagem qualitativa para a apreensão do real<sup>12</sup>.

A história de vida é uma das modalidades de depoimento oral<sup>13</sup>. Conforme entende Queiróz (1987), é a técnica, um modo de fazer, que recolhe o material bruto, situa-nos na encruzilhada da vida individual e social e nos permite captar “a maneira pela qual, diferentes camadas sociais, diferentes grupos, homens e mulheres, várias faixas de idade estão experimentando as transformações sociais e segundo quais valores” (QUEIRÓZ, 1987, p. 283). Para estudos de abordagem qualitativa nas Ciências Sociais que se utilizam desta técnica para a pesquisa, ressalta esta autora, que o importante é “captar nas práticas e representações individuais os sinais do processo social”.

Na história de vida, o sujeito da pesquisa é o narrador. Das narrativas, o que aparece são os indivíduos (QUEIRÓZ, 1987). É ele que, a partir da sua experiência, do lugar social que ocupa na sociedade como “indivíduo social e histórico”, dá o tom da narrativa.

<sup>12</sup> Sobre a especificidade da utilização dos relatos orais nos diversos campos do conhecimento, cf. Queiróz, 1987; Thompson (2002).

<sup>13</sup> Sobre a diferenciação entre depoimento oral e histórias de vida, também cf. Queiróz, 1987.

Nesta técnica de pesquisa, em que a memória dos sujeitos é a matéria-prima, o silêncio e a espera são essenciais para maturação do que vai ser narrado, para que o sujeito da pesquisa, ao receber do pesquisador o tema sobre o qual irá discorrer, escolha livremente os acontecimentos a ser comunicados, na sequência e na trama que melhor lhe aprouver. O passado, neste ato de rememoração, retorna, para dar sentido à experiência vivida no tempo presente e anunciar projetos de vida. Nesta tessitura, não apenas sua experiência é rememorada. Das suas narrativas vão desmembrando longos e múltiplos fios que os ligam ao processo social.

De acordo com Yazbek,

embora produto subjetivo, suas histórias de vida, ao expressar a incorporação de uma realidade objetiva, durante o processo de socialização, podem ser utilizados como modalidade reveladora não só de padrões culturais modeladores de uma identidade como também, de uma condição social, de uma cultura, de uma época. (YAZBEK, 2003, p. 25).

Por tais características, escolhi a história de vida como método para captar a experiência social de pessoas cegas que, em Aracaju, é urdida em silêncio. Tendo os relatos de vida como material empírico, pretendi oferecer conhecimento do modo de vida de pessoas cegas, das possibilidades históricas que lhes são acessíveis, para que possam ser compreendidas as tomadas de posição deste segmento, suas dificuldades, “inquietações, resistências e estratégias de superação das condições em que vivem (YAZBEK, 2003, p. 30).

Cada experiência narrada por essas pessoas permitiu a compreensão das suas representações e práticas de vida individuais, da diversidade de inserções sociais e da apreensão do processo social no qual tramam as suas experiências.

Narrar é “intercambiar experiência”, e a experiência que passa de pessoa a pessoa é fonte à qual [recorrem] todos os narradores (BENJAMIM, 1987, p. 198) para compor as suas narrativas. Fascinado pela simplicidade, tudo o que o narrador conta é claro, fácil, acessível.

O narrador é o artífice (BENJAMIM, 1987), o “fazedor” (BORGES, 2008). Com os pés fincados no chão, o narrador, agarra, entre as mãos, a vida humana – “a matéria-prima da experiência” – como chama Benjamim – e começa a talhar!

“A mão trabalhadora envolve-se e impõe à matéria, um devir. Apertando, sovando, estando ativa, a mão trabalhadora pensa!” (BACHELARD, 2008, p. 94).

O narrador é o artesão, o criador que recolhe, do passado, fatos e saberes da terra, do mar, dos campos e dos sons, tons, odores e sabores da cidade, enquanto realiza a ação e cria algo novo, mergulhando, cada vez mais, na profundidade, na força da vida humana.

Reconciliado com o mundo, o narrador não se prende, “move-se para cima e para baixo nos degraus da sua experiência, como numa escada” (BENJAMIM, 1987, p. 205) e segue, ciente de que em seus gestos – e em sua narrativa – está encarnada a experiência coletiva, da sua comunidade.

São três os narradores neste trabalho: Mário, Lua e Luís que “[narraram] os acontecimentos, sem distinguir os grandes e os pequenos, [e levaram] em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história” (BENJAMIM, 1983, p. 223). De suas mãos e de suas memórias a narração retirada da experiência, foi ganhando vida.

Mário, Lua e Luís têm cegueira adquirida e informam diferentes configurações de pertencimento social: possuem diferentes níveis de renda, sexo, idade, escolaridade, inserção produtiva e acesso aos serviços sociais. O adolescente Mário perdeu a visão aos 15 anos de idade; Lua, perdeu a visão em decorrência de um acidente, já adulta; e Luís, perdeu a visão quando já adulto, aos 50 anos, acometido pelo glaucoma.

Os sujeitos participantes da pesquisa foram selecionados a partir da indicação de profissionais que coordenam e/ou executam políticas sociais públicas para pessoas com esta deficiência, no município de Aracaju.

A primeira instituição contatada foi o CAP-DV. O fato de eu ter participado das atividades dessa unidade educacional facilitou o contato inicial para identificação do possível entrevistado. Assim, em reunião com a equipe, expus meu propósito de pesquisa e fui apresentada a Mário, com o qual venho conversando desde o início deste trabalho.

Em contato com a Procuradoria do Estado de Sergipe, a Dra. Berenice Andrade de Melo<sup>14</sup> informou-me da existência, ainda, de pessoas com deficiência visual, possíveis usuárias do BPC, em condição de mendicância. Foi então que me dirigi à instituição da rede pública municipal, responsável pela população que reside nas ruas, em Aracaju – Projeto Acolher –, que posteriormente me forneceu uma listagem dessas pessoas e locais onde poderiam ser encontradas. Fiz contato com uma pessoa cega que não se dispôs a participar da

---

<sup>14</sup> Dra Berenice Andrade de Melo é Promotora de Justiça do Cidadão da Procuradoria Geral do Estado, Ministério Público Estadual, com atribuições na defesa do acidentado de trabalho, idoso, portador de deficiência e Direitos Humanos em geral. Entrevista realizada em 25 ago. 2006.

pesquisa, fazendo referência a um cansaço em se expor a entrevistas realizadas por alunos das escolas regulares de ensino.

Atenta a essa realidade e com o olhar pela cidade, identifiquei, num semáforo, uma pessoa cega em situação de mendicância. Conheci Luís que se dispôs a realizar comigo este trabalho.

A outra pessoa que participou desta pesquisa é do sexo feminino: Lua. Conhecemo-nos no CAP-DV. Ela havia participado das aulas que ministrei naquela instituição e nos reencontramos na ADEWISE, no período em que lá passei, elaborando o perfil das pessoas cegas e com baixa visão. À época, Lua participava da diretoria da ADEWISE; posteriormente concorreu à presidência e, hoje, preside a associação.

No momento em que contatei os profissionais destas instituições, fiz entrevistas que me permitiram também compor um mapeamento das instituições públicas – municipais e estaduais – prestadoras de serviços para pessoas cegas. As entrevistas versaram sobre as ações das instituições e perfil de pessoas cegas: idade, sexo, causa e tipo de deficiência e domicílio, quando possível. Essas entrevistas foram importantes para a contextualização da problemática da cegueira no município de Aracaju.

Sinteticamente, as instituições envolvidas na rede de proteção pública, com as quais pude manter contato para me aproximar do tema foram:

#### Rede Federal de Atendimento às Pessoas com Deficiência (2006)

- Instituto Nacional de Previdência Social (INSS) / Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- Universidade Federal de Sergipe (UFS) / Núcleo de Educação Especial;
- Procuradoria Regional do Trabalho – 20ª Região / Coordenadoria Nacional de Combate a toda forma de Discriminação e Proteção à Intimidade do Empregado (COORDIGUALDADE).

#### Rede Estadual de Atendimento às Pessoas com Deficiência (2006)

- Secretaria de Educação Especial Estadual (SEED) / CREESE / DIEESP;
- Secretaria de Estado do Trabalho e do Emprego / Núcleo de Atenção ao Trabalhador / Núcleo de Atenção às Necessidades Especiais (NAT/NAE);
- Secretaria de Estado da Saúde / CASE;
- Procuradoria Geral do Estado / Ministério Público Estadual;

#### Rede Municipal de Atendimento às Pessoas com Deficiência (2006)

- Secretaria Municipal de Educação (SEMED) / Núcleo de Educação Especial;
- Centro de Atendimento e Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP-DV);
- Fundação Municipal do Trabalho (FUNDAT);
- Secretaria Municipal de Saúde (SMS) / NUCCAR / Serviço de Reabilitação Físico-motor (SERFISMO);
- Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SEMASC) / Programa Acolher e Serviço Atende (em parceria com o Sindicato das Empresas de Transportes e Passageiros do município de Aracaju (SETRANSP);
- Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito de Aracaju (SMTT).

Instâncias de representação e participação política das pessoas cegas.

- Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe (ADEVISE);
- Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMPPD).

Realizar o mapeamento das instituições públicas que constituem a rede de proteção social para pessoas cegas, em Aracaju, não somente proporcionou a contextualização do tema, como era o meu objetivo inicial, como também ratificou o percurso metodológico que escolhi para tecer a pesquisa empírica.

Foi nesta etapa que compreendi a força da história de vida como ferramenta metodológica que permite tornar “dizíveis” conteúdos que não se encontram nos documentos oficiais (QUEIRÓZ, 1987, p. 276; THOMPSON, 1981; BOSI, 1994; MARTINELLI, 2005).

Efetivamente nestas instituições obtive informações que me permitiram compor o levantamento das condições de vida de pessoas cegas em Aracaju. Todavia, dado a minha vivência no CAP-DV, eu sabia que algo mais havia a ser dito! Iniciei a pesquisa.

O primeiro encontro, com cada um dos colaboradores deste estudo, tinha, por objetivo, apresentar a proposta deste trabalho. Como se aquelas experiências estivessem prontas para ser partilhadas, todos concordaram em participar e aceitaram a gravação das entrevistas. Nesta ocasião também combinamos os locais onde se realizaram a pesquisa e o tempo que poderíamos disponibilizar para aqueles encontros. Foram vários os encontros e lugares por eles escolhidos: ora na escola, na residência, no local de trabalho, ora na rua, entre carros e buzinas, sob o olhar de curiosos.

O “inventário” (YAZBEK, 2003) das experiências de cada um foi composto por lembranças, fatos, escolhas e acontecimentos que julgaram importantes e passíveis de ser



relatados naqueles momentos. Embora fossem narrativas livres, organizei um roteiro com alguns pontos relacionados aos objetivos da pesquisa: concepção de cegueira, condições de vida e qualidade de vida em Aracaju. Em alguns momentos fiz intervenções para esclarecer algo que havia sido dito e, por mim, não compreendido. Também partilhei dos sentimentos que invadiam aqueles encontros, risos, choros, silêncios e, assim, o perfil dos entrevistados foi sendo construído ao tempo em que compartilhávamos suas histórias de vida.

Além da pesquisa empírica, realizei, durante todo o percurso do trabalho, pesquisa documental, na tentativa de obter dados atualizados: dados censitários, pesquisa bibliográfica em periódicos, jornais, revistas, relatórios institucionais. As entrevistas realizadas com profissionais nas instituições públicas municipais e estaduais, em estabelecimentos de ensino, com pesquisadores, representantes dos Conselhos Municipal e Estadual das Pessoas com Deficiência e com a ADEWISE foram fontes de grande importância para o estudo.

Como forma de ampliar minha compreensão acerca da cegueira, mantive outros contatos institucionais, além da cidade de Aracaju. Em São Paulo, visitei a Fundação Dorina Nowill, para cegos e, no Rio de Janeiro, o Instituto Benjamim Constant, com a finalidade de conhecer a historicidade da cegueira no Brasil e me aproximar da literatura específica sobre o tema. Na oportunidade em que estive no Rio de Janeiro, em 2005, pude visitar a instalação do Museu Sensorial no Jardim Botânico e a mostra “Arte, Diversidade e Inclusão Sócio-cultural” e me aproximei de produções artísticas de pessoas cegas.

Nos dois últimos anos – 2007 e 2008 – foram realizadas, em Aracaju, a Primeira e a Segunda Semana de Acessibilidade, envolvendo técnicos da área de saúde, pedagogos, assistentes sociais, representantes do movimento social das pessoas com deficiência, entidades filantrópicas, conselheiros e usuários. Em 2006, ocorreu o Seminário “Inclusão de alunos com necessidades especiais, na Universidade Federal de Sergipe”, promovido pelo Núcleo Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência, do Departamento de Educação, desta unidade de ensino. Com minha participação nesses eventos, pude captar, mediante observação direta, a variedade de situações concretas vivenciadas pelas pessoas com deficiência em Aracaju, sobretudo relacionadas à acessibilidade e às políticas públicas de educação e trabalho.

Fazendo parte da programação da II Semana de Acessibilidade, foram ministradas oficinas sobre vários temas relacionados à deficiência e, aproveitando a oportunidade, participei da oficina “Sistema Braille”, como forma de me iniciar nesse sistema de escrita e leitura para cegos.

O diário de campo foi crucial para o registro das condições de realização da pesquisa empírica: entrevistas, percepções, sentimentos partilhados neste meu encontro com as pessoas cegas. Aqui reproduzi alguns desses sentimentos que floresciam daqueles encontros. A constante revisão bibliográfica, durante todo o processo de investigação, permitiu ampliar, a cada dia, a compreensão da existência social tecida na condição da cegueira.

Um lago evapora e pouco a pouco vai se esgotando. Mas quando dois lagos estão unidos, eles não secam tão facilmente, pois um alimenta o outro. O mesmo ocorre no campo do conhecimento. O saber deve ser uma força revigorante e vitalizadora. Isso só é possível quando há intercâmbio estimulante com amigos afins, em cuja companhia se possa debater e procurar aplicar as verdades da vida. Desse modo, o conhecimento se amplia, incorporando múltiplas perspectivas e se torna mais leve e jovial. (ALEGRIA, I-CHING).

Eu mesma transcrevi as entrevistas. Ao voltar inúmeras vezes a fita do gravador, revivi os instantes em que a pesquisa se realizou: o lugar, os risos e silêncios, as diferentes tonalidades e gestos que as lembranças provocavam na voz e no corpo de Mário, Lua e Luís.

Fiz a transcrição das entrevistas imediatamente, enquanto colhia a continuidade das narrativas, o que me permitiu ficar atenta à forma como eu conduzia a pesquisa, como manuseava a história de vida e o diário de campo. A organização do material em texto me fazia viver o grande desafio de transformar relatos orais em escrita. “Ouvir histórias para aprender o dom de narrá-las” (BENJAMIM, 1987) era o lema que me conduzia a cada nova entrevista.

As narrativas de Mário, Lua e Luís transformadas em texto, em documento escrito, passaram a ser o tecido vivo deste trabalho. Embora tais narrativas tenham se desenvolvido livres da sequência cronológica em que os fatos vividos e rememorados aconteceram, a organização do material para a análise, permitiu identificar o núcleo para o qual as experiências tão singulares de Mário, Lua e Luís convergiram: o “fazer-se”.

Deste núcleo aglutinador, emergiram outros temas relativos aos meios e modo pelos quais Mário, Lua e Luís vêm dando continuidade a tessitura de suas vidas, da condição de cegueira. São temas relacionados à (re) construção dos seus processos de socialização e ao atendimento às suas necessidades essenciais de vida: renda, saúde, trabalho e educação que, conforme destaca Yazbek (2003, p. 91), são mediações reveladoras de uma condição social.

Analisei o material colhido na pesquisa empírica tendo, por base, o pressuposto desse trabalho: a condição de cegueira não impede a capacidade de “fazer-se” dessas pessoas; de produzir sua própria vida material; de fazer escolhas conscientes, de projetar e prefigurar resultados, de encontrar finalidades sociais e comunicá-las e realizar ações criativas.

Percorri essas histórias de vida, atenta ao seu agir histórico. Concebi uma unidade de análise que pudesse dá conta da amplitude das experiências e das etapas de transformação dessas pessoas em suas ressignificações de vida. Chamo esta unidade de análise de “Metamorfose”, dividindo-a em três movimentos: “ruptura, iniciação e retorno”.

Ruptura é o “momento da cegueira”; iniciação é o “caminho das provas” e dificuldades para ressignificar o viver; e retorno é a “coragem de viver”, a reafirmação da capacidade de viver e o poder de ser criativo, feliz e, na condição de cegueira, contribuir para a vida social.

Compus esta unidade de análise inspirada em Joseph Campbell (1995), no seu livro, “Herói de Mil Faces” e que aqui está livremente adaptada. O autor compreende que todo o percurso humano é heróico, uns mais do que outros, contudo, as mitologias, as épicas, os romances e as literaturas do mundo inteiro têm um padrão comum que as reúne e que são as etapas do percurso do herói: separação, iniciação, retorno.

Em uma compreensão similar, diz Mircea Eliade, “toda existência humana se constitui por uma série de provas, pela experiência reiterada da ‘morte’ e da ‘ressurreição’. É por isso que, em um horizonte espiritual, a existência é fundada pela iniciação: quase poderia dizer-se que, na medida em que ela se realiza, a existência humana é, ela própria, uma iniciação” (ELIADE 1975, p. 215).

Para me guiar na análise da rede de pertencimento construída por Mário, Lua e Luís no processo de socialização na condição de cegueira, recorri ao modelo proposto por Lia Sanicola (2008), em “As dinâmicas de rede e o trabalho social”. Adotei este recurso, conforme sugerido pela autora: como “bússola” que permite o mapear a rede, encontrá-la em seu conjunto, unicidade, captar seu movimento, informações e identificar pontos de conexão entre os componentes da rede (SANICOLA, 2008, p. 129-143). As planilhas utilizadas para análise encontram-se no Apêndice C.

## 1.5 A “CIDADE INDIZÍVEL”

*As lembranças se apoiam  
nas pedras da cidade*

Eclea Bosi

Aracaju é a cidade na qual Mário, Lua e Luís organizam suas vidas na condição de cegueira.

Capital de Sergipe, menor Estado da Federação em extensão territorial, Aracaju tem uma área de 181 Km<sup>2</sup>, população de 520.303 habitantes e densidade demográfica de 2.535,19 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2007). A cidade faz limites com os municípios de São Cristóvão (a primeira capital), Nossa Senhora do Socorro e Santo Amaro das Brotas que compõem a Grande Aracaju.

Aracaju foi fundada em 17 de março de 1855 e uma das primeiras capitais a serem planejada no país. A Praça Fausto Cardoso, centro do poder, foi o ponto de partida para o crescimento da cidade. Foi em torno dela que as ruas foram dispostas, em formato de tabuleiro de xadrez, à margem direita da foz do Rio Sergipe. Além deste, três outros rios banham ou cortam a cidade: Vaza-Barris, Sal e Poxim. A cidade, mais ao sul, é banhada pelo Oceano Atlântico.

A expansão de Aracaju, no entanto, deu-se de maneira desordenada, com aterramento de manguezais e destruição de dunas e restingas. Sobre o concreto que cobriu as margens do rio, foram construídas as residências das famílias mais abastadas. Hoje é a área mais urbanizada da cidade, onde se situam os bairros mais nobres: Jardins, 13 de Julho e Grageru. Na periferia do tabuleiro de xadrez, famílias pobres se instalaram sobre terrenos alagadiços, mangues e áreas pantanosas, demarcando, até hoje, uma forte estratificação social.

O setor de serviços e a indústria são a base da economia aracajuana. O crescimento econômico registrado, no Estado de Sergipe, sobretudo em 2005, tem repercutido positivamente na cidade de Aracaju. Neste ano, Aracaju atingiu o maior PIB do Nordeste brasileiro e ficou em 6º lugar no *ranking* do Brasil.

Também em 2005, quando completou 150 anos, Aracaju foi distinguida, em pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas, como a melhor capital do país para se viver, dentre as situadas nas Regiões Norte e Nordeste, só perdendo para algumas cidades do Sul e do

Sudeste. O índice de satisfação, medido entre seus habitantes, se relacionou a serviços públicos, alimentação, moradia, renda e violência urbana.

A “capital da qualidade de vida”, contudo, desconhece as pessoas cegas e pouco sabe dizer sobre suas condições de vida. A última informação estatística sobre pessoas cegas em Aracaju é do Censo de 2000. Segundo essa fonte, na passagem para o século XXI, a cidade tinha um total de 44.449 pessoas com alguma, grande dificuldade permanente ou incapacidade para enxergar, ou seja, da população total de Aracaju, 461.534 mil habitantes naquele momento, 10% apresentavam algum distúrbio visual.

Em 2004 a Secretaria Estadual do Combate à Pobreza, da Assistência Social e do Trabalho, com os dados adquiridos durante a revisão do BPC, registrou que, do total de benefícios para pessoas com deficiência no Estado de Sergipe (14.079), 5% eram destinados a pessoas com deficiência visual e que o perfil apresentado, por estas, não diferia do perfil das pessoas com demais deficiências: viviam com o grupo familiar, a faixa etária predominante era de 18 a 45 anos e a maioria não era alfabetizada.

Obter informações sobre o perfil sociodemográfico e cultural de pessoas cegas que proporcionasse também um conhecimento de suas condições de vida na cidade foi o maior desafio nesta etapa da pesquisa. Embora de maneira fragmentada e sob o risco da superposição de dados, com base em algumas informações constantes nas instituições e serviços da rede de proteção pública, foi possível conhecer o lugar social ocupado pela maioria das pessoas cegas em Aracaju e fundamentar o presente estudo.

É no CAP-DV que é possível encontrar informações mais atualizadas sobre as pessoas cegas. Em 2004, quando iniciei o mapeamento da rede de proteção pública nessa instituição, havia o registro de 149 pessoas com deficiência visual cadastradas: 56 pessoas cegas e 93 com perda parcial da visão. Do total de pessoas com deficiência visual matriculada no CAP-DV, naquele ano, a maioria era do sexo masculino, tinha o 1º grau incompleto ou estava em processo de “alfabetização”, residia em Aracaju e encontrava-se na faixa etária entre 15 a 59 anos. As causas de deficiência visual, enumeradas por esta fonte, eram decorrentes, em sua maioria, de doenças adquiridas ao longo da vida, destacando as de maior incidência: glaucoma, acidente e catarata. A cegueira, em decorrência de glaucoma e por acidente, apresentou um número elevado em relação às demais doenças.

Em 2008 eram 160 pessoas com deficiência visual cadastradas no CAP-DV: 68 pessoas cegas e 92 possuíam perda parcial da visão e apresentavam o mesmo perfil

caracterizado acima. Um dado diferencial do levantamento de 2004 é que, neste mais recente cadastro, também tinha o registro de 42 pessoas com deficiência visual, incluídas na rede básica regular de ensino estadual e municipal, nas modalidades ensino médio e fundamental. Deste universo, 29 pessoas cegas estavam inseridas no ensino regular.

Até outubro de 2006, de acordo com dados da Secretaria de Educação Especial Estadual (SEED), apenas 07 pessoas com deficiência visual estavam matriculadas na rede estadual de ensino: 02 com perda total da visão – uma matriculada na Escola Especial João Cardoso e outra em Classe Especial do Ensino Fundamental – e 05 pessoas com baixa visão, estas matriculadas na Escola Especial João Cardoso.

Na rede municipal de ensino regular, em 2005, estavam matriculadas 10 pessoas com deficiência visual: 01 pessoa cega e 01 com baixa visão, em unidade escolar com sala de recurso para atendimento às pessoas com deficiência visual e 08 pessoas com deficiência visual matriculadas em escolas sem apoio pedagógico específico para esse tipo de deficiência.

Enfim, nestes quatro últimos anos, o que se observa, em Aracaju, a partir da atuação do CAP-DV, é uma crescente inserção de pessoas com deficiência visual na rede regular de ensino, ainda que esse segmento social tenha que enfrentar sérios desafios para permanecer estudando.

Outro dado importante sobre a questão da escolaridade das pessoas cegas em Aracaju, é o fato de que, até 2008, somente 02 pessoas encontravam-se matriculadas na Universidade Federal de Sergipe.

Compreendendo um universo mais amplo das pessoas com deficiência visual no Estado de Sergipe, a ADEWISE e a Secretaria Municipal de Transportes e Trânsito (SMTT) também se constituem fontes de informação sobre este grupo social. Em seu quadro de associados, a ADEWISE, em 2005, tinha um total de 309 pessoas com deficiência visual: 91 pessoas cegas e 218 com baixa visão. Destes, a maioria é do sexo masculino, residente em Aracaju e a faixa etária, predominante, era de 20 anos ou mais.

A SMTT, por sua vez, embora não tenha um atendimento específico para pessoas cegas, tinha, até outubro de 2006, em seu cadastro para concessão de “passe livre”, 440 pessoas com deficiência visual – 255 homens e 185 mulheres –, não constando quantas apresentavam diagnóstico de perda total de visão.

Em nível estadual, obtive dados mais atualizados sobre as pessoas com deficiência visual no Núcleo de Atenção às Necessidades Especiais (NAT), da Secretaria do Estado do

Trabalho, da Juventude e da Promoção da Igualdade Social. Do total de pessoas com deficiência cadastradas neste serviço, ou seja, 1.350 pessoas, 271 tinham deficiência visual – 99 mulheres e 172 homens – com faixa etária entre 18 e 50 anos. Um dado importante encontrado no NAT foi em relação ao nível educacional dessas pessoas que apresentavam os seguintes graus de escolarização: 2º completo (87); 4º incompleto (34); e 8º incompleto (39). Apenas 08 pessoas com deficiência visual, cadastradas, possuíam o nível superior completo.

O NAT é o órgão responsável pela capacitação e inserção de pessoas com deficiência para a inserção no mercado de trabalho. Apesar da participação nos cursos, o NAT não possuía registro de contratação de pessoas cegas por parte da iniciativa privada.

A presença de pessoas com deficiência, em situação de rua, também é uma realidade em Aracaju e de acordo com informação prestada pela Secretaria Municipal de Assistência Social – Projeto Acolher –, das 10 pessoas com deficiência cadastradas no Programa, duas eram pessoas com deficiência visual. Além dessas relacionadas, durante o trabalho de campo, pude identificar mais duas, das quais, uma é o Luís, colaborador neste trabalho.

Em Aracaju, ações de proteção pública para pessoas com deficiência se expandem, porém de forma aleatória, dando a entender que, embora exista, por parte do poder público e da sociedade, a vontade de proteger, faltam informações sobre quem proteger e sobre a real demanda dessas pessoas. Quando se busca uma base estatística, ainda são os dados do Censo de 2000 que alimentam as ações.

Desconhecidas por parte dos serviços públicos, no anonimato de suas experiências, pessoas cegas transitam pelas ruas de Aracaju. Guiam-se pelos poucos pisos táteis da cidade, por rampas, entremeadas de buracos nas calçadas, ouvindo a muda sinalização sonora, tocando o braile apagado das vias públicas.

Na “contracorrente” (SOUZA, 2005), pessoas cegas caminham, em Aracaju, em busca de melhores condições de vida.

## CAPÍTULO 2

### OS DIAS E A NOITE

*Do ponto de vista dos homens comuns,  
iluminação e ignorância (luz e trevas)  
são duas coisas diferentes.  
Os homens sábios que realizam a fundo sua natureza  
particular, sabem que elas têm a mesma natureza*

Tchuang-Tse

Quando disse “olha o carro!”, eu pulei da calçada abaixo, saí me batendo assim, quando penso que não, eu passei a mão assim [fazendo o gesto] e segurei os dois irmãozinhos... o carro freou em cima de nós três, eu agarrado com eles dois, assim [demonstrando o abraço] na pista. Para mim, foi a maior alegria que eu já tive na minha vida, desde o tempo em que eu ceguei [com tom de voz mais baixo] foi essa... (Luís)

Eu penso que é a questão cultural mesmo, não é fato novo este tipo de tratamento. Desde uns tempos bem antigos, você abre a própria Bíblia e encontra exemplos desta natureza e olhe há milhares de anos, milhares de anos... Na Era de Cristo, do nascimento de Cristo para cá, você pega ali os Evangelhos e encontra exemplos deste tipo: deficiente visual esmolando, excluído da sociedade, sem espaço, menosprezado, ou seja, essa situação não é de agora, este tipo de tratamento existe desde os primórdios, desde muito e a sociedade hoje ainda não se livrou, ainda não se desfez desta bagagem cultural, deste aspecto. Me parece, que alguns ainda veem o deficiente com a imagem de carente, “esmolé”, como se diz né, de pedir esmola, e ser analfabeto, uma condição social miserável, tanto que a imagem de alguns ainda é essa! (Mário)

Nas inúmeras conferências que Jorge Luís Borges ministrou em sua vida, percebeu que as pessoas tinham preferências por temas pessoais e concretos. Assim, na conferência que encerra – a de número sete – o ciclo de palestras publicadas em “As Sete Noites” (1980), Borges decidiu falar sobre a cegueira, “da sua própria cegueira”.

A cegueira, quando narrada por aquele que a vivencia, adquire novos contornos. A convivência com pessoas cegas no CAP-DV e, posteriormente, com Mário, Lua e Luís se apresentou, para mim, como um convite à reflexão de tudo o que sobre ela estive a ouvir.

“Os Dias e a Noite” são as metáforas que me guiaram na compreensão do significado sociocultural da cegueira, “uma história permeada de lacunas e repetições” (SOUSA, 1997)

A visão exerce um papel fundamental no processo de apreensão do mundo e, por isso, adquiriu um valor primordial na nossa sociedade, não somente para o senso comum, nas nossas atividades cotidianas, mas para diversas áreas do conhecimento, sobretudo a filosofia,



base do pensamento racional científico ocidental. Ainda hoje a visão é o parâmetro para o delineamento e alcance das medidas de proteção social para pessoas cegas. Representada como seu oposto, a parcial ou total perda da visão, acaba por adquirir significados que ultrapassam a sua caracterização orgânica: limitação na percepção visual:

ser cego implica apenas e fundamentalmente em ‘não ver’. Toda e qualquer projeção semântica da cegueira para outros setores da potencialidade humana afora a visão, torna-se incorreta por conferir ao cego privações que não lhe cabem (OLIVEIRA, 2004, p. 3)

O imaginário social está repleto de “projeções semânticas” em que não cabem a cegueira. Predominantemente, a cegueira, ao longo do tempo, tem sido simbolizada por metáforas de angústia, acionadas pelo homem ante ao desconhecido e que influenciam não somente a relação da sociedade para com as pessoas cegas – e sua ação – mas a própria pessoa cega, no seu processo de socialização. Como chama atenção Mário, ainda hoje, perdura este “‘conceito limitador’ e isto vem de muito tempo, arraigado na sociedade, claro, não em sua totalidade, mas alguns membros dela tratam os deficientes dessa forma, por ser um problema antigo.”

É neste universo sociocultural – “crivado de equívocos e confusões” – que são feitas – e perpetuadas – as principais metáforas aceitas – e sentidas – na nossa sociedade, sobre a cegueira.

## 2.1 A CEGUEIRA: HISTÓRIA E METÁFORAS

*Do que eu não sei os nomes  
eu guardo as semelhanças*

Manoel de Barros

A cegueira estabelece uma condição que marca uma diferença entre cegos e não cegos, o que tem sido razão de estabelecimento de um lugar social para as pessoas cegas, ao longo do tempo, em quase todas as sociedades humanas. O discurso religioso, através dos tempos, tem sido solo fértil donde germinam tais imagens sobre a pessoa cega e se espraia a metáfora que associa cegueira à ignorância, à falta de conhecimento, à escuridão, presente no senso comum, na literatura, como também impregnam o discurso filosófico-científico ocidental até os dias de hoje.

Guardada na memória das sociedades, como a face tenebrosa da noite, das trevas, da escuridão que obscurece a luz, nascer ou tornar-se cego é andar pela cidade, não como Homero recitando versos pelas cortes, iluminando ágoras, mas, ainda hoje, envolto no véu da ignorância e carregando toda a miséria do mundo.

Na Grécia arcaica, berço da filosofia, da ciência e da cultura ocidentais, na época em que as ilhas ainda eram campos para a agricultura e o pastoreio, como entoava Hesíodo, a quem as Musas passaram-lhe às mãos o bastão de Homero, o caos tudo cria.... Nesta época, apesar do sentimento de angústia que as trevas provocavam, a noite era a “mãe da luz”:

Primeiro teve origem o CAOS – um abismo sem fundo.

Em seguida a Terra e o Amor.

Do Caos nasceu a sombra sob a forma de um par: Érebo e Noite.

Érebo e Noite se casam e têm outro par: Éter e Luz do dia, ambos filhos da Noite (Hesíodo)

O Amor, o mais belo entre os deuses imortais! Ele doma no peito o espírito e a prudente vontade, ainda nos diz Hesíodo! O Amor à Terra gera todas as coisas... No momento da Criação, a Noite, por Amor a Érebo, gera, de seu ventre, Éter e a Luz do Dia... “É a noite mais escura que anuncia o dia”, é um dito público que repete o mito...

É ainda da Grécia que vêm as narrativas míticas de duas cegueiras adquiridas, mais famosas e os dois cegos mais célebres: “Tirésias e Édipo”, sendo as versões mais conhecidas as duas peças trágicas de Sófocles (2008): “Édipo Rei e Édipo em Colono”. Esta última narra o exílio, a metamorfose e iluminação de Édipo.

É por causa das eternas querelas entre Zeus e Hera que Tirésias fica cego. Tirésias revela o segredo da condição feminina e, diante dessa inconfidência, Hera, sentindo-se desvelada, cega-o! Para compensar, na sequência, Zeus abre seu terceiro olho: “vidência”!

É o destino que conduz Tirésias aos deuses e à cegueira e a Édipo que mata seu pai e casa-se com sua mãe. Mas a cegueira de Édipo é voluntária, é a vontade de não ver mais o mundo de ilusões e dor e voltar-se para a escuridão de sua alma; alcançar a paz e o silêncio e, quem sabe, a iluminação. Vale citar um fragmento do “Édipo Rei”, o diálogo entre os dois personagens: Édipo e Tirésias, quando o primeiro força o segundo a revelar o Oráculo:

Tirésias – Pois bem, eu digo. Sem saberes, vives num comércio infame com os mais próximos de teus familiares, e sem te dares conta do grau de miséria a que chegaste.

Édipo – E imaginas poder dizer mais sem que isso te custe nada?

Tirésias – Sim, se a verdade conserva algum poder.

Édipo – Noutra parte, mas não em ti! Não num cego, que tem a alma e os ouvidos tão fechados quanto os olhos!

Tirésias – Mas tu, igualmente, não és senão um infeliz, quando me lanças ultrajes que toda a gente em breve te lançará também.

Édipo – Vives só de trevas, tu: como poderias prejudicar-me, a mim ou a quem quer que veja a luz do dia?

Tirésias – Não, meu destino não é cair sob teus golpes: Apolo não teria dificuldade em fazer-te pagar por eles.

Édipo – Se salvei a cidade, que me importa o resto?

Tirésias – Está bem, eu parto. Criança, leva-me embora.

Édipo – Sim, que ela te leve embora! Tua presença me aborrece e me pesa.

Tirésias – Eu parto, mas primeiro direi a razão porque vim. Teu rosto não me assusta: não és tu quem pode me destruir. Eu te digo sem receio: o homem que procuras há algum tempo, com todas essas ameaças, essas proclamações sobre Laio assassinado, esse homem está aqui mesmo. Acreditam ser um estrangeiro, um estrangeiro estabelecido neste país: ele se revelará um tebano autêntico – e esse fato não lhe causará alegria. Ele via: desse dia em diante será cego; ele era rico: mendigará. E, tateando o caminho à sua frente com o bastão, irá para uma terra estrangeira. De um só golpe, ele se descobrirá ao mesmo tempo pai e irmão dos filhos que o cercavam, esposo e filho da mulher da qual nasceu, rival incestuoso e assassino do próprio pai! Retorna agora, medita sobre meus oráculos, e, se puderes provar que menti, admitirei que ignoro tudo da arte dos adivinhos.

Com as transformações econômicas, sociais, políticas e religiosas ocorridas nas antigas colônias gregas, as epopeias foram substituídas por uma nova explicação racional das experiências cotidianas e da natureza. A filosofia e a ciência teórica, base desta nova mentalidade, afastaram-se da Mãe Noite e acalentaram-se no que podiam ver e conhecer, quando as coisas estavam iluminadas pela luz do dia, por “Hélios”, o Sol.

Porque “nascida sob os auspícios do deus Apolo, deus da luz e da clarividência, não é de se estranhar que a filosofia [e a ciência] vivesse obcecada pela luz e pelo olhar” (CHAUÍ, 1995, p. 43).

Associada à escuridão porque é, à noite, nas trevas, que as cores, formas e texturas não podem ser distinguidas, que a cegueira, para o pensamento filosófico e científico, desde a Antiguidade, enraíza-se como o oposto negativo da luz, da visão e do saber. Reproduzindo a assertiva de Oliveira, (2004, p. 3), no “circuito metafórico”, a analogia universalmente aceita é simples: “sem luz não vemos, sem ver não sabemos, a luz leva ao saber, as trevas, à ignorância... [...] não admira que o conceito de cegueira seja tantas vezes associado à incapacidade no sentido cognitivo”.

De acordo com Gerd A. Bornheim (1999, p. 89) uma das peculiaridades da língua grega foi oferecer o verbo ver como ato do conhecimento: *eidos*<sup>15</sup>. “Quem vê o *eidos* conhece e sabe a ideia, tem conhecimento da forma própria de uma coisa, da sua essência”, completa Chauí (1995, p. 35). Em Platão, *eidos* é o ponto que, “olhando para”, é que se conhece e se consegue explicar, para quem o pergunta, o que é a virtude única que serve de base para todas as outras virtudes:

[...] Ora é assim também no que se refere às virtudes. Embora sejam muitas e assumam toda variedade de formas, tem todas um caráter único, <o que é>, o mesmo, graças ao qual são virtudes, para o qual, *tendo voltado seu olhar* a alguém que está respondendo *é perfeitamente possível, penso, fazer ver, a quem lhe fez a pergunta, o que vem a ser virtude* [grifos nosso]. (PLATÃO; MÊNON, 72C-D)

Platão consolida, na civilização ocidental, a necessidade de educação do ato de ver para ter conhecimento e enlaça o ver e o pensar. Sem luz própria porque está envolta da “sombra refletida na caverna”, ora, a visão, para ver e conhecer necessita da luminosidade do Sol, como o é para Platão, em “A República” (2006); ou mesmo tendo sido reconhecida como o mais privilegiado de todos os sentidos, a visão, no entanto, foi condenada por Santo Agostinho (1996, p. 294) porque “os olhos amam a beleza e a variedade das formas” e não contemplam Deus, que é a fonte de luz que ilumina a visão e, portanto, fonte de conhecimento da verdade.

Na Renascença, com Leonardo da Vinci (1452-1519), o olho, “janela da alma, espelho do mundo”, é o principal meio pelo qual o entendimento “pode contemplar na maior plenitude e magnificência o trabalho do infinito da natureza”:

[...] você não vê que o olho abraça a beleza do mundo? [...] As partes constituintes da natureza são finitas, mas os trabalhos que o olho determina às mãos são infinitos, como o pintor demonstra ao apresentar um sem-número de formas de animais, plantas, árvores e lugares (DA VINCI *apud* KEMP, 2005, p. 50)

Leonardo da Vinci (*apud* KEMP, 2005, p. 47), para quem “nenhum conhecimento era válido se não fosse derivado da experiência”, não tinha dúvida de que era “olhando para” e “compreendendo”, a única forma válida de obter conhecimento.

Para René Descartes (*apud* CHAUÍ, 1999, p. 54) também os olhos, “pelos quais a beleza do universo é revelada à contemplação, é de tal excelência que todo aquele que se resignasse à sua perda, privar-se-ia de conhecer todas as obras da Natureza, cuja vista faz a alma ficar feliz na prisão do corpo”.

<sup>15</sup> *Eido* ou *eidô* significa ver, observar, examinar, fazer ver instruir, instruir-se informar, informar-se, conhecer, saber. Fonte: O olhar. Adauto Novaes

Para Descartes (1996), é “a razão que difunde a luz. Quem vê [continua], vê tudo embaralhado e se contenta com o que vê, portanto, [para corrigir a desordem] é necessário abrir os olhos e observar bem [...] O exercício do Método, porá fim [ao] estado de ignorância”.

Na Dióptrica (1996, p. 146-147), Descartes dá a explicação da luz e de como seus raios transpõem o olho para que a visão seja corrigida e possa ver e conhecer todas as obras da Natureza. Para ser fazer compreendido, inclusive pelos artesãos, Descartes se utiliza de uma imagem que parece já ser bem conhecida (e vista) em sua época:

Sem dúvida, vez ou outra, deve ter lhe ocorrido, enquanto caminhava pela noite sem luz, por locais um pouco difíceis, que o uso de uma bengala para guiá-lo, tornava-se necessário; então é possível que tenha sido capaz de perceber que sentia por meio dessa bengala, os diversos objetos à sua volta e que também era capaz de dizer se eram árvores, ou pedras, ou areia, ou água, ou grama, ou lama, ou qualquer outra coisa semelhante. Na verdade, este tipo de sensação é um tanto confuso e obscuro naqueles que não têm muita prática; no entanto, se a considerarmos naqueles que tendo nascidos cegos e que fizeram uso desta durante toda sua vida, veremos que por ser tão perfeita e exata, quase podemos afirmar que vêm através de suas mãos, ou que a sua bengala é um órgão de algum sexto sentido que lhes foi concedido no lugar da visão<sup>16</sup>.

Na França de Descartes, séculos XVI e XVII, era comum cegos pedindo esmolas e perambulando pelas ruas e praças de Paris. Soldados mutilados pelas guerras, pessoas que se tornaram cegas por castigo (pena judicial) e vingança, compunham um grupo bem maior de pobres, enfermos, mendigos, que se reuniam nos logradouros mal iluminados, “infectos”, lugares estes que Descartes logo se decepcionara com o que seus olhos viam. (CHAUÍ, 1999)

Com o solo preparado pelo racionalismo cartesiano, o século XVIII é tido como o tempo da “explosão das luzes”. O movimento guiado pelo poder da razão humana de tecer, fabricar seu próprio mundo, conhecido como o Iluminismo, se espalha por toda a Europa e tem entrada facilitada, na França, pelos filósofos conhecidos como “Enciclopedistas”.

Denis Diderot, principal redator da Enciclopédia, inquietante e inquietado com a França de Luiz XV, teve seu pedido recusado para assistir à retirada do curativo da cirurgia de catarata feita em uma mulher cega de nascença. Em resposta a essa recusa escreve, em 1749, “A carta sobre os cegos para uso dos que veem”, ressaltando como alguns cegos<sup>17</sup>, “cegos de bom senso”, graças ao tato e à audição, percebem o mundo, muitas vezes, com maior precisão do que aqueles cuja visão, para ele, é sem consequência.

<sup>16</sup> Traduzido por Joanne Irene Roberts Serra.

<sup>17</sup> Diderot se refere na carta a duas outras pessoas cegas de nascença: o cego de Puisaux que tinha pouco conhecimento de química e cursou botânica e o outro era Nicholas Saunderson (1682-1739), cientista cego, matemático e professor de ótica em Cambridge e membro da Royal Society.

Na carta sobre os cegos, Diderot fez críticas às aquelas cirurgias de cataratas e ao público que participava das sessões. Perante “espectadores supérfluos”, conforme descreve o autor:

A visão é restituída a cegos de nascença, sem que se tenha a preocupação de educá-los, sem sequer certificar-se de que seus olhos estão sãos, além do que, para a filosofia, significava a perda de oportunidade de encontrar “solução das dificuldades que tornam a teoria da visão e dos sentidos tão confusa e incerta (DIDEROT, 1988, p. 243).

Na Carta, o filósofo não está fazendo uma apologia à cegueira, como afirma Sergio Paulo Rouanet (1999), mas elogiando o “olhar educado” das pessoas cegas. Réguas e quadrados, como os fabricados pelo matemático Nicholas Sauterson (1682-1739); alfinetes, agulhas com os quais os cegos picavam a folha de papel preso a duas lâminas de alumínio, para escrever e a leitura feita com a ponta dos dedos, “cegos de bom senso” tecem suas visões sobre o mundo e suas percepções sobre os vícios e as virtudes; o sentido que vão imprimindo às suas vidas intermediados pelo tato:

[seus] braços [são convertidos] em balanças tão justas, e os dedos em compassos tão experimentados, que, nas ocasiões em que essa espécie de estática se realiza, eu apostaria por nosso cego contra vinte pessoas que enxergam (DIDEROT, 1988, p. 229)

Ao escrever sobre os cegos para os que veem, esse filósofo compõe um tratado sobre a cegueira em um momento em que as luzes anunciam a modernidade. Partindo do cego de Descartes, destaca o tato como também um mecanismo de acesso ao conhecimento do mundo e da moral. Na carta, cegueira e saber se unem sem que isso faça do cego uma divindade. O que o fazia admirar Saunderson, que “via pela pele”, não é o fato de ser cego, mas o seu conhecimento.

Cegos só têm conhecimento pelo tato [...] e sabe que os outros conhecem os objetos pela vista. [...] A vista é uma espécie de tato que se estende apenas a objetos diferentes de nosso rosto e afastado de nós.

- O que são os olhos? interroga ao cego.

- São um órgão sobre o qual o ar produz o efeito de minha bengala sobre minha mão.

- E vós ficaríeis contente em ter olhos?

- Se a curiosidade não me dominasse, disse ele, eu preferiria muito mais ter longos braços: parece-me que minhas mãos me instruiriam melhor do que se passa na lua do que as mãos de tocar. Valeria pois, que me fosse aperfeiçoado o órgão que possuo do que me conceder o que me falta (DIDEROT, 1988, p. 226, 228)

Dois aspectos sobre a cegueira ligam Diderot aos seus antecessores: a cegueira como uma falta que conduz para a “vida nas trevas” – mas que, nem por isso, “engana aos cegos os signos do poder, nem os amedronta o pesar da morte” – e como metáfora da ignorância. Na

carta sobre os cegos, Diderot (1988, p. 243) chama atenção para o fato de que também “o brilho de uma luz viva nos impede de ver” e, neste sentido, a cegueira é metáfora para nomear o estado de ignorância em que se encontra a sociedade de seu tempo.

Dois séculos depois, aproximadamente, José Saramago (2003) recorre a esta mesma metáfora para representar as transformações da sociedade contemporânea na passagem do século XX para o século XXI.

Com o pensamento racional moderno, conforme Chauí (1999), consolida-se o paradigma da visão para o saber e compõe-se uma teoria sobre o ato de ver que serve de suporte para o conhecimento:

os textos modernos sobre a visão são curiosos. Esquadrinham o olho, o sentido da vista, as coisas visíveis com o intuito de separar em cada um deles o subjetivo (ou ilusório) e o objeto (ou verdadeiro), decompondo-os em qualidades e propriedades a ser reunidas pela síntese do pensamento. [...] À indagação de Descartes – Quem é o sujeito do olhar? – Modernos e especialistas responderão: o intelecto, o entendimento, a consciência... O que vê o olho intelectual? As ideias, conceitos, essências[...] (CHAUÍ, 1997, p. 56-57).

Ainda que a percepção visual seja, até os dias de hoje, na nossa cultura, predominantemente enaltecida, pelo pensamento racional, como principal caminho para o acesso ao saber, também é reconhecido por este, que a semelhança ver e conhecer “não é absoluta. O ser humano dispõe de outros sentidos, além da visão: “o ouvido, o tato, o paladar e o olfato e também recebem informações que o sistema nervoso central analisa e interpreta” (BOSI, 1999, p. 66), como veremos adiante.

Sousa (2004) destaca que, ao lado da visão e do olhar, a cegueira também compareceu como objeto de investigação no pensamento filosófico-científico tradicional. Ao investigar situações em que era devolvida a visão, mediante cirurgias de catarata, a indivíduos, após cegueira prolongada, a filosofia e a ciência foram surpreendidas por uma “retumbante fala tátil”:

Um modo particular de estar/perceber;organizar o mundo [...]. Mesmo não sendo sua prioridade, a filosofia tradicional havia exposto ao mundo um conjunto particular de percepções, sensações, apreensões que podiam mesmo ser pensadas como um modo diferente de visão (SOUSA, 2004, p. 112)

Na trajetória da civilização ocidental, indivíduos cegos “afortunados” e que, com suas varas, escaparam do seu destino – a morte física ou a morte social – impuseram-se na vida social.

Não somente os exemplos já citados por Diderot em “A carta sobre os cegos para os que vêem”, mas, também, outros que, na condição de cegueira, produziram, com os parcos

recursos de escrita e de leitura, disponíveis naquele momento, conhecimento em diversas áreas: literatura, filosofia, teologia, astronomia...

A filosofia ocidental, como já fora citado, nasce do ventre das epopeias gregas. A *Iliada* e a *Odisseia*, cujos versos o poeta Homero, velho e cego, declamava de cidade em cidade colocava, aos olhos dos ouvintes, valores, qualidades, virtudes, contribuindo, dessa forma, para a formação do homem grego e para elaboração do seu ideal de humanidade (JAEGER, 1995). Também Hesíodo, pastor que, com o bastão de Homero, presente das Musas, tornou-se poeta e recitava não somente os versos homéricos, mas também recriava os mitos e retratava os valores próprios da vida campesina, a exemplo, do valor do trabalho. A ideia que difundia da existência de um antecedente primordial, abriu caminho para as cosmogonias filosóficas – “antes de Zeus, o Caos” (JAEGER, 1995, p. 86).

No momento em que o Cristianismo vivia sua crise mais crucial, com perseguições, mortes e dispersão das comunidades, um dos seus maiores inimigos era Saulo ou Paulo, o futuro Apóstolo do Internacionalismo Cristão. Diz a Bíblia, nos Atos dos Apóstolos, sobre a “Conversão de Paulo”:

Enquanto isso, Saulo só respirava ameaças e morte contra os discípulos do Senhor. Apresentou-se ao príncipe dos sacerdotes, pediu-lhe cartas para as sinagogas de Damasco, com o fim de levar presos a, Jerusalém, todos os homens e mulheres que achasse seguindo esta doutrina. Durante a viagem, estando perto de Damasco, subitamente o cercou uma Luz Resplandecente vinda do Céu. Caindo por terra, ouviu uma voz que lhe dizia: Saulo, Saulo, por que me persegues? Perguntou ele: Quem és, Senhor? Eu Sou Jesus, a quem tu persegues. Então, trêmulo e atônito, disse ele: Senhor, que queres que eu faça? Levanta-te, entra na cidade. Aí te será dito o que deves fazer. Os homens que o acompanhavam enchiam-se de espanto, pois ouviam perfeitamente a Voz, mas não viam a ninguém. Saulo levantou-se do chão. Abrindo, porém, os olhos, não via nada. Tomaram-no pela mão e o introduziram em Damasco, onde esteve três dias sem ver, sem comer nem beber. Depois deste período, apareceu-lhe Ananias, impondo-lhe as mãos, disse: Saulo, meu irmão, o Senhor Jesus, que te apareceu no caminho, enviou-me para que recobres a vista e fiques cheio do Espírito Santo. No mesmo instante, caíram dos olhos de Saulo, umas como escamas, e recuperou a vista.

Quando o Cristianismo prosperou, no contexto em que a cegueira era medida de punição, castigo, vingança, pena judicial e divina e mobilizava também práticas de caridade, Dídimo de Alexandria, teólogo cego, assumiu a direção da Escola de Alexandria. “Sem os olhos carnis para que possa abrir-se o olho do espírito” (PLOTINO *apud* CHAUÍ, 1999, p. 49), Dídimo foi importante tradutor das escrituras sagradas – do Velho e Novo Testamentos – e publicou “Sobre o Espírito Santo”. Cego antes de aprender a ler e escrever, aos 04 anos, obteve instrução em ambiente monástico. Gravou o alfabeto em madeira e, depois, aprendeu



pelo tato; também aprendeu “ouvindo” professores e pessoas que se prontificavam a ler para ele e “gravava” na memória (SILVA, 1987).

Tendo já atravessado a Idade das Trevas, na Renascença, sob “espírito científico”, Galileu Galilei (1564-1642), cujas lentes foram enaltecidas por Descartes (1998), ficou cego do olho direito “aquele que fez tantos e tantos, seja-me lícito dizer, trabalhos gloriosos... o outro que era imperfeito, mantém-se ainda sem pouco uso, uma vez que o lacrimejar contínuo, me tira a possibilidade de fazer qualquer das funções que se espera da visão” (GALILEI *apud* OTTO, 1987, p. 242). Na condição de cegueira em que viveu os últimos quatro anos de sua vida, Galileu continuou seus estudos, ditando trabalhos e correspondências científicas.

John Milton (1608-1674) utilizava o ditado para escrever também e armazenava os versos na memória e recitava-os a visitantes, quando apareciam... Assim Milton compôs o poema épico “Paraíso Perdido” e, mais tarde, “Paraíso Reconquistado”, dentre outras obras. Numa de suas correspondências regulares, Milton expressou sua visão sobre a cegueira:

Ao ponderar sobre minha luz é consumida antes da metade de meus dias neste escuro e vasto mundo. E nesse único talento que é mortal ocultar inutilmente alojado em mim, contudo com a alma mais disposta para com esta servir meu Criador, e apresentar meu valor, temendo que Ele retribua censuras. “Será que Deus exige jornada diária, negando luz?” Ingenuamente pergunto. Mas paciência, para evitar que o sussurro, em breve replique “Deus não precisa nem do trabalho nem dos presentes do homem. Quem melhor sustenta seu fardo suave, melhor estar a servir. Sua existência é soberana: milhões aos seus apelos apressam-se, a viajar sobre terras e mares sem trégua; eles também servirão àqueles que somente estão a ficar e esperar<sup>18</sup>.

No século XX, Borges (2008), acometido pela cegueira em fase adulta, foi progressivamente perdendo a visão, a cada dia, durante mais de meio século. Em 1955 quando confirmou-se a perda total da visão num dos olhos e, parcial, no outro, Borges foi nomeado diretor da Biblioteca Nacional, em Buenos Aires.

Ninguém rebaixe a lágrima ou rejeite  
esta declaração da maestria  
de Deus, que com magnífica ironia  
deu-me a um só tempo os livros e a noite.

Da cidade de livros tornou donos  
estes olhos sem luz, que só podem  
ler nas bibliotecas dos sonhos  
insensatos parágrafos que cedem  
as alvas a esse afã.

Conduzido pela cegueira, Borges ensinou literatura inglesa, estudou anglo-saxão, literatura escandinava e continuou compondo, a partir de então, poemas...

---

<sup>18</sup> Traduzido por Joanne Irene Roberts Serra

Na verdade, a cegueira me fez retomar de novo à poesia. Já que rascunhos me eram negados, tive de recorrer à memória. [...] O verso regular é, por assim dizer, portátil. Pode-se descer a rua ou andar no metrô enquanto se compõe e se trabalha um soneto. Naqueles anos, escrevi dúzias de sonetos e poemas mais longos... (BORGES, 1971, p. 114).

Os séculos XVIII e XIX foram de grandes mudanças na história das pessoas cegas e demarcaram outro rumo para sua inserção social. Em 1784 ocorreu a criação da primeira instituição destinada à educação de cegos – o Instituto de Jovens Cegos de Paris – onde estudaram Louis Braille (1809-1852) e José Álvares de Azevedo (1834-1854), ambos cegos. No século seguinte, Louis Braille inventou, em 1829, o método de leitura e escrita em relevo para cegos: “Sistema *Braille*”. Também foi, no século XIX, que José Álvares de Azevedo atuou como o principal articulador para a criação do primeiro educandário para cegos do Brasil e da América Latina, o Imperial Instituto de Jovens Cegos, hoje Instituto Benjamim Constant, em 1854. Para Sousa (2004):

os cegos da era pós-braille tinham-se distanciado, pois, a grandes passadas, dos homens cegos de Descartes. Homens que viam o mundo com suas varas, para experimentar lenta e gradualmente uma revolução que aos poucos ia abrindo uma profunda brecha na cultura, onde pouco a pouco iam se diluindo valores tradicionais de desvalorização e depreciação, para se instaurar um outro lugar, onde se plantava um indivíduo capaz de tocar numa infinidade de coisas e fenômenos tão ampla que nos permitem pensar de forma mais nítida na metáfora da cegueira como uma forma de visão. (SOUSA, 2004, p. 132)

Das letras talhadas em madeira, fundidas em metal, recortadas em papel; do ditado, quando muitos ainda recorrem ao Sistema *Braille*, não somente às pessoas cegas foi possível expandir e universalizar o acesso à escrita, ao conhecimento, como também legitimar, nas sociedades, seu modo particular de ser, estar, perceber e agir no mundo (SOUSA, 2004).

O século XX, segundo essa autora, é o período de maior ascensão dos cegos na cultura, na educação, inserção no mercado de trabalho, expansão das instituições e serviços especializados, como também expansão da sua organização em associações.

A “retumbante fala tátil” das pessoas cegas que tanto inquietou Denis Diderot, entre outros, no período da “explosão das luzes”, cada vez mais ganha visibilidade – e diferentes abordagens – principalmente com as recentes descobertas da neurociência e da ciência da cognição e da filosofia:

[Voltemos ao] velho problema de Molyneux [e de Locke] – pergunta-se se um cego de nascença que acaba de ser operado saberia reconhecer, com sua visão nova, um cubo e uma esfera que sabia distinguir com os dedos [...]. Por que não experimentaram com um rouxinol ou com um ramo de lilás, com uma esmeralda ou uma saia de veludo, que existem, em vez de volumes abstratos, que não existem? [...] Que deem ao cego uma bola ou um tijolo e ele saberá apreciar pelo tato as deformações contínuas, as rupturas e as singularidades, perguntará logo se vocês

conhecem pela visão a diferença entre uma bola e uma esfera, entre um cubo e um paralelepípedo. Ele rirá delicadamente do fracasso de vocês. (SERRES, 2001, p. 80).

São estes estudos que têm permitido desembaralhar a cegueira das metáforas sombrias, de angústia, do pavor e reencontrar o ser que habita na condição de cegueira e todas as suas particularidades e especificidades, “um saber fazer-se nem sempre presentes à experiência da visualidade” (SOUSA, 2004, p. 120).

Enunciar sobre tais particularidades e especificidades e caracterizar as estratégias que pessoas cegas produzem para compor suas experiências é o desafio que a autora lança a si mesma e, aqui, valho-me, extensivamente, de suas reflexões. Foi o encontro com a abordagem neurocognitiva e sua experiência também na condição de cegueira que lhe possibilitou desenvolver tal reflexão.

Dentro da cegueira, compreendeu que sempre vira com o corpo inteiro. Via com os pés que lhe indicavam as mudanças de solo, via com as mãos, com a face, via por todos os poros do seu corpo e continuava vendo todo um espetáculo interior que habitava o seu íntimo, a sua mente, e dialogava com o mundo exterior de um modo próprio, o seu modo de ver. Percebeu que a experiência da cegueira acha-se ela própria inunda de visão [...] visão olfativa, auditiva, todos os órgãos de ver, espalhados pelo corpo. (SOUSA, 2000, p. 19)

## 2.2 O SER NA CONDIÇÃO DE CEGUEIRA

*Apesar dos nomes,  
desconheces com  
quem estás a falar.*

José Saramago

Muitos são os nomes dados, ao longo do tempo, na nossa sociedade, às pessoas com deficiência física e/ou sensorial e, por extensão, às pessoas com deficiência visual: inválido, defeituoso, incapacitado, ceguinho, cegueta, deficiente.

A partir de 1970, como demonstram Ribas (2003) e Sassaki (2004), por influência da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, promulgada em 1975, pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e da Classificação Internacional das Deficientes, Incapacidades e Desvantagens (*handicaps*) – a CIDID – publicada em 1976 pela Organização Mundial de Saúde (OMS), tornou-se corrente o uso do termo “pessoa deficiente”. “De substantivo, deficiente passou para a função de adjetivo, provocando reações de surpresa e espanto – Puxa, os deficientes são pessoas!?” (SASSAKI, 2004).

Pessoas deficientes, pessoas portadoras de deficiência, pessoas incapacitadas, pessoas portadoras de incapacidades, pessoas com necessidades especiais. Especiais... o eufemismo que veio para descansar o preconceito. A partir do ano 2000, pessoas com deficiência, de todo o mundo, representadas por suas organizações, “fizeram soar o martelo” e decidiram o nome pelo qual queriam ser chamadas: “queremos ser chamadas de ‘pessoas com deficiência’ em todos os idiomas”. (SASSAKI, 2004).

Todos os nomes escolhidos para chamar as pessoas com deficiência e com deficiência visual, estão ligados à concepção de deficiência enunciada pela ciência médica, pela educação e publicações científicas em outros campos do saber. Ela está presente na arte, literatura, consolidada nas legislações, recorrente no senso comum, veiculada através dos meios de comunicação e, por fim, às nossas próprias experiências de encontro com pessoas com deficiência ou relatadas por outros. Nem sempre os nomes identificam o ser!

Na nossa sociedade, a compreensão da cegueira não é somente determinada pelo enfoque biomédico<sup>19</sup>, são os fatores de ordem cultural que influem no sentido atribuído à cegueira e à maneira de lidar com ela. Assim, ao longo do tempo, como afirma Sousa, a cegueira solidificou-se, na nossa sociedade, como um “terreno nebuloso e escorregadio, crivado de equívocos, confusões cristalizadas, ideias de estranhamento e segregação” (SOUSA, 2004, p. 98). Conforme chama atenção para a compreensão da especificidade do ser na condição de cegueira, é necessário, portanto, ultrapassar a designação da cegueira como fenômeno biológico em si e examiná-la a partir da articulação entre tal determinação biológica e as estratégias que cegos, “imersos na cultura, puderam engendrar para dar sentido aos seus modos de ser, estar e perceber o mundo” (SOUSA, 2004, p. 98).

Na cegueira, o tato predomina, reúne o sentido comum, é o encontro dos cinco sentidos... Como nos recorda esta autora, “é princípio bio-antropológico-cultural, inerente à própria condição humana” (SOUSA, 2004, p. 124).

---

<sup>19</sup> De acordo com o paradigma biomédico, a cegueira é uma deficiência sensorial causada por doenças que incidem no aparelho visual e que alteram o alcance da percepção visual do indivíduo no processo de apreensão do mundo externo. A Organização Mundial da Saúde (OMS) define a cegueira como sendo um total ou sério comprometimento da capacidade visual. Na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-10/2007), a OMS estabelece parâmetros conceituais de classificação da deficiência visual, que vai desde a baixa visão até a cegueira. Existem duas condições de cegueira, variando o grau de comprometimento: a cegueira absoluta, quando a pessoa é privada da percepção da luz, não sendo capaz de detectar algo; e a cegueira parcial, quando, embora a percepção da luz permita a distinção de contornos e sombras, a pessoa apresenta problemas graves na função visual. A OMS/CID-10 identifica ainda uma situação de cegueira cuja perda da visão é “não qualificada, é indeterminada”.

Nenhum mistério nesta forma de receber o mundo, afirma Sousa. Além do tato, demonstra que, no processo de apreensão do mundo, todos os outros sentidos – audição, olfato, paladar – comunicam-se, combinam-se numa complexa teia que se estabelece entre o mundo interno da pessoa cega e o ambiente à sua volta. Corpo e espaço envolvem-se numa trama em que pessoas, objetos, coisas, sentimentos, prazeres, lhes chegam através de sons, pelos cheiros, pelos gostos, pelo vento!

Nesta complexa teia interativa, como Sousa continua narrando, não há dádiva divina ou qualquer mágica, apenas a sinfonia dos sentidos encarnados no corpo a informar sobre o mundo e a maneira de agir nele. É “um trabalho silencioso do cérebro, a calcular, corrigir informações, a compor um texto”... A percepção tátil, a autora chama a atenção,

é uma espécie de visão econômico-seletiva, que se estrutura a partir de recortes mínimos do ambiente, pequenas fatias de informação, arranjados a partir de detalhes que vão estruturando uma ação no mundo, sempre mutável, sempre atualizada por percepções novas deste ambiente:

Seus pés enviam permanentemente informações ao cérebro; sua bengala funciona como uma extensão da percepção tátil das suas mãos, seus ouvidos exercitam permanentemente o trabalho fundamental de ‘ecolocalização’; seu olfato potencializado oferta-lhe informações preciosas sobre o ambiente à sua volta. Em última instância, encontrões são também outras pistas informativas sobre obstáculos que não haviam sido captados por suas outras vias de percepção, ao mesmo tempo que lhe permitem atualizar, constantemente, percepções e imagens anteriores desse espaço/ambiente em que se move (SOUSA, 2004, p. 117-118)

“Na rua, uma cena. Um instante. Visualizar um cego tateando a calçada com sua bengala, desviando-se dos obstáculos, atravessando a rua, alcançando o meio fio do outro lado...”

É o convite que Sousa nos faz a partilhar deste processo de apreensão das coisas pela percepção tátil. O que se vê como ameaças, situações de riscos – os buracos, a falta de sinalização, a ausência de pisos/pistas táteis, o barulho e velocidade dos carros – para pessoas cegas, o contato com tais obstáculos é o que permite a construção do “seu próprio modo de estar/perceber/conhecer esse mundo e intervir nele de forma mais ou menos competente” (SOUSA, 2004, p. 119).

Deixar de ver as coisas... olha não é brincadeira! Você está acostumada a fazer tudo vendo e, depois, fazer tudo no tato, procurando, tocando... Hoje eu não toco muito mais não, eu já vou em cima, só que, quando eu coloco uma coisa num lugar e alguém muda, tira, aí, sim, eu saio arrastando a mão, procurando e acho. No início, não, no início tinha que procurar mesmo, senão não achava, não tinha, não tinha este sistema de vida, de pegar as coisas, achar as coisas sem ver, era completamente diferente. Hoje, hoje, não me abalo não! (Lua)

Neste “novo sistema de vida”, Lua “pega as coisas”. Ao tocar, Lua (re) conhece um caminho que já a habitava, mesmo antes de tornar-se cega e que, assim como qualquer um de nós, nos primeiros anos de vida, é o que a coloca em contato com o mundo. Um caminho diferente daquele acionado pela percepção visual, o caminho onde o mundo está impresso: o tato... “poder-se-ia defini-lo como um olhar chegado, ou encontrado, aquele que não provoca a separação inelutável entre sujeito e o objeto do conhecimento” (BAVCAR, 2001, p. 22).

Com o olhar despertado pelo tato, Lua “vai em cima e já nem sai arrastando a mão procurando”, a mão corre, passeia, dança e comunica... “Muita gente aqui diz que eu enxergo!”. E Lua vê! O cérebro de Lua é capaz de ver imagens desenhadas e armazenadas na sua trajetória de vida, sentir, conhecer... “Quando o cego toca, é o cérebro quem vê”, Boris Cyrulink (2009, p. 83-84) contribui neste diálogo.

Há uma diferença entre o mundo tátil e o mundo visual e pode-se depreender, com base na reflexão – conexões – tecida por Sousa, que é esta a particularidade que diferencia pessoas cegas e não cegas. Contudo, como mais uma vez chama atenção:

reconhecer a percepção tátil, na sua qualidade de visão diferente do mundo, implica em não utilizar tal premissa para servir como escopo para práticas de disjunção, separação, enclausuramento, mas em validar, incluir no processo cognitivo, um modo particular de ser/perceber/estar no mundo, o qual não pode ser pensado como limitado, deficitário mas, antes, como um modo legítimo de participar e intervir na cultura. (SOUSA, 2004, p. 122)

As consequências advindas da dificuldade em (re) encontrar a “fala tátil”, este modo que “preside” a vivência da condição da cegueira, “como modo legítimo de intervir na cultura” são a argamassa que sedimentam o lugar social que ocupa a maioria das pessoas cegas no nosso país e que obscurecem o encontro “com quem estás a falar”.

## 2.3 NUM LUGAR “DIZÍVEL”

Adentro num caminho incerto. Se os fatores socioculturais remetem as pessoas cegas à condição de não pessoas, os determinantes econômico-sociais atam suas alternativas de vida aos limites da desvinculação social.

Embora, segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), não seja possível determinar, com segurança, se a desigualdade é causa ou consequência da ocorrência de deficiências, não se pode deixar de reconhecer que as condições de vida, saúde, mortalidade da população, influem significativamente, no Brasil, sobre as possibilidades de uma pessoa adquirir alguma deficiência ao longo da vida. (OPAS, 2004, p. 49).

Em sua maioria, advêm das camadas mais pobres da população, acrescentando, dessa forma, à condição de cegueira, outros riscos e vulnerabilidades sociais decorrentes das suas alternativas de preservação da vida.

É consenso na literatura que os dados estatísticos que permitiriam traçar um perfil sociodemográfico sobre as deficiências e, nestes, incluídas informações sobre a cegueira, são insuficientes e contraditórios, geralmente não são atualizados, nem sempre estão disponíveis. Variam segundo a fonte que os coletou, dificultando a definição e projeção da rede de serviços necessários às pessoas com deficiência.

O fato de a última contagem do IBGE datar de 2000 traz, evidentemente, decorridos nove anos, imprecisões na atualização de alguns dados, todavia dada a sua vigência, eles serão, nesta análise sobre a realidade social da cegueira, aqui reproduzidos. Em relação aos Censos anteriores, o Censo de 2000 ampliou o conceito de deficiência e seus respectivos graus de incapacidades, permitindo, segundo Marcelo Neri (2003, p. 2) maior especificidade na caracterização do perfil deste grupo, além de possibilitar avaliar o grau de severidade e heterogeneidade das deficiências. O dimensionamento e a avaliação das capacidades por parte das próprias pessoas pesquisadas também são, para este autor, um ponto de destaque deste Censo.

Todavia Neri (2003) chama atenção para o “inflacionamento” do número de pessoas com deficiência no Censo de 2000. Conforme demonstra, a ampliação da classificação das deficiências acabou por considerar que 14,5% dos brasileiros possuem, pelo menos, alguma deficiência – sensorial, física ou mental –, índice maior do que o previsto pela ONU que é de 10% da população mundial, quer em países desenvolvidos, quer em países em desenvolvimento. Para Cesário (*apud* NERI, 2003, p. 105), a alta prevalência de deficiências em países subdesenvolvidos dá-se, em maior proporção, em virtude das condições precárias de alimentação, saúde, educação, violência urbana, fatores estes que contribuem, por sua vez, para a ocorrência das incapacidades.

Segundo o Censo Demográfico de 2000, último dado oficial, o Brasil tinha, naquele ano, 24.600.256 milhões de pessoas com pelo menos uma das deficiências enumeradas por esta estatística. Neste ano, a deficiência visual correspondia ao maior número de casos de pessoas com deficiência no país.

De acordo com este Censo, eram, em número absoluto, 16.644.842 pessoas com deficiência visual, variando os graus de severidade – incapaz de enxergar (148.023) grande

dificuldade (2.435.873); alguma dificuldade (14.060.946) – e tinham o mesmo perfil demográfico que as pessoas com demais deficiência: a maioria pertencia à faixa etária de 15 a 64 anos (11.835.404), residia na zona urbana (13.189.917), eram mulheres (9.385.768) e também se autodeclararam brancos (8.249.797) e pardos (6.872.052). Também, em relação à inserção educacional, a maioria das pessoas com deficiência visual tinha até oito anos de estudo. Em números absolutos: 4.386.835 não tinham instrução ou possuíam menos de um ano de estudo; 4.094.958 de um a três anos e 4.607.257 de quatro a sete anos.

Do total de pessoas com deficiência visual, que tinham 10 anos ou mais (16.158.019), apenas 6.594.008 encontravam-se ocupadas, com rendimento nominal mensal de até dois salários mínimos, sendo que, nessa condição, os homens eram a maioria (3.922.779). Os que se encontravam sem ocupação eram 1.105.513 pessoas com deficiência visual desempregadas e a grande maioria compunha o lugar de “inativos” (8.458.499).

No que diz respeito à distribuição das pessoas com deficiência visual nas regiões e unidades federadas, a maior proporção era na região Nordeste que, em números absolutos, representava 5.747.460 pessoas. Em Sergipe, naquele ano, eram 203.762 pessoas com deficiência visual.

Dois fatores explicam, segundo a OPAS (2004), o crescimento do índice de deficiência visual no Brasil: o envelhecimento populacional e a dificuldade de acesso da população ao sistema de saúde pública, principalmente no que diz respeito a serviços ambulatoriais especializados ou mesmo à aquisição de óculos.

Para a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), 60% dos casos de deficiência visual poderiam ser evitados através de medidas preventivas que impedissem o estabelecimento de doenças e/ou acidentes e mediante diagnóstico precoce e tratamento imediato. De acordo com esta estimativa, são cerca de 10 milhões de pessoas que, em sua maioria, se tornaram ou nasceram com distúrbios visuais em decorrência das condições de vida a que estão submetidas e, conseqüentemente, do precário acesso ao sistema de saúde.

No Brasil, a cegueira é decorrente, entre crianças, de doenças infecciosas (rubéola, tracoma, toxoplasmose congênita ou adquirida nos primeiros meses de vida), de causas hereditárias, de sequelas neurológicas decorrentes de nascimento prematuro, de má formação congênita, da falta de atenção puerperal, do parto e da desnutrição. Em jovens e adultos, os distúrbios visuais são causados por patologias, muitas vezes de caráter irreversível, cuja



prevalência cresce com a expectativa de vida, (retinopatia diabética, glaucoma, degeneração macular senil, decorrente do processo de envelhecimento); de caráter reversível (catarata, patologias de córnea e hemorragia vítrea) e por acidentes. Entre idosos, a cegueira é adquirida ao longo do envelhecimento e, também, em acidentes (NERI, 2003, p. 100).

Pessoas cegas pertencem ao grupo que, no Censo de 2000, foi classificado como “incapaz de enxergar” e que, conforme citado acima, representava, em número absoluto, 148.023 pessoas nesta condição. De acordo com Neri (2003), deste total, também em números absolutos, a maioria são mulheres (77.863) que residem na zona urbana (117.835); e, se autodeclararam brancas (78.156) e pardas (53.989).

Em relação à idade, os dados do Censo confirmam a predominância de pessoas cegas na faixa etária de 60 anos ou mais (92.425). Cabe ressaltar que a concentração das pessoas cegas, nesta faixa etária, é significativamente maior que a soma de todos os outros grupos etários, que perfaz um total de 55.598 pessoas, evidenciando dois fatores apontados pela OPAS (2004) e Neri (2003): o forte impacto que o processo de envelhecimento tem na incidência das deficiências e, como no Brasil, a probabilidade de adquirir uma deficiência aumenta ao longo do ciclo de vida.

Quanto à escolaridade, a grande maioria (85.152) de pessoas cegas não tem instrução ou possui até um ano de estudo; 24.762 dessas pessoas possuem de um a três anos de estudo. Esta condição educacional vivida pelas pessoas cegas e pelas demais pessoas com deficiência e incapacidades é o indicador, segundo Neri (2003), que tem maior poder confirmatório do enraizamento das condições de vida desse segmento, nos limites da desigualdade social. A exclusão digital – 93,96% das “pessoas com incapacidade e, nestas, incluídas pessoas com incapacidade de enxergar”, não possuem computador – confirma, para este autor, também a desvantagem que este grupo apresenta, tanto no ambiente educacional, como no processo de inserção no mercado de trabalho (NERI, 2003, p. 65,68).

Em relação à ocupação, ainda com base na análise realizada por Neri (2003), a maioria (135.865) de pessoas cegas encontrava-se na situação de “inativos”; 1.838 pessoas estavam desempregadas e, apenas, 12.160 tinham alguma ocupação.

Para Neri (2003), serem as aposentadorias e pensões a principal fonte de renda, “já era um dado esperado, tendo em vista que as incapacidades, no Brasil, são percebidas como obstáculos para a inserção no mercado de trabalho e, desse modo, impossibilita este grupo de prover sua própria renda” (NERI, 2003, p. 81).

A renda mensal é outro dado revelador das condições de vida de pessoas cegas no país.

Tendo por base o Censo de 2000, Neri (2003, p. 66, 81) destaca que, em sua maioria, (41,62%), as “pessoas com incapacidades”, incluídas nesse grupo “pessoas com incapacidade de enxergar”, possuem renda familiar *per capita* abaixo de meio salário mínimo, estando em condições de maior miserabilidade do que as pessoas com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar, ouvir, enxergar (29,05%) e da população em geral (32,52%). É uma renda que, conforme dito acima, para as “pessoas com incapacidades”, em sua maioria, é proveniente de aposentadorias e pensões, diferenciando-se das pessoas com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar, ouvir, enxergar, cuja principal fonte de recursos é o trabalho (61,48%).

No momento de realização do Censo de 2000, existiam, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 806.720 pessoas com deficiência recebendo o Benefício da Prestação Continuada (BPC), ou seja, vivendo com uma renda mensal de um salário mínimo. Para Neri (2003, p. 66), era a presença desse mecanismo, decorridos cerca de quatro anos da sua instituição, que contribuiu para que pessoas com alguma ou grande dificuldade permanente de caminhar, ouvir, enxergar, apresentassem menor índice de miserabilidade do que a população total.

Se o baixo referencial dos rendimentos das pessoas com deficiência, conforme analisa, e o fato de terem algum tipo de deficiência e incapacidade, dado o tamanho desse grupo, em relação à população total, pouco alteram os índices da desigualdade brasileira; o “mesmo não ocorre com a escolaridade [citado acima] em que os anos de estudo exercem forte impacto sobre a desigualdade social” (NERI, 2003, p. 86-87).

Decorridos sete anos, por ocasião do lançamento do Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, a CORDE (2007) – e, posteriormente, o MDS (2007) – confirmaram os dados do IBGE/2000, destacando que, do total das pessoas com deficiência – dos 24.600.256 milhões de brasileiros – 70% vivem abaixo da “linha da pobreza”, 33% são analfabetos ou têm até 3 anos de escolaridade, e 90% estão fora do mercado de trabalho.

A desigualdade, no Brasil, nos últimos anos, vem assumindo uma nova configuração. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), edição 2007, revelam que, nos últimos seis anos, a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu em 7%, em relação à média nacional, que foi de 2,5%. Esta elevação não está relacionada a transformações no

mercado de trabalho, mas, sim, a um conjunto de transferências públicas (benefícios previdenciários e assistenciais e programas de transferência de renda), que garante renda mínima a famílias pobres ou em situação de extrema pobreza. No Nordeste brasileiro são principalmente o Programa Bolsa Família e o BPC, que justificam a redução da desigualdade de renda.

Nesse mesmo ano, o Censo Escolar<sup>20</sup> revelou diminuição das matrículas de pessoas com deficiência no sistema educacional, em relação aos anos anteriores. Em relação a 2006 houve uma diminuição de 6,6% de matrículas da educação especial e a região Nordeste, onde se realizou este estudo, apresentou maior queda (20,5%). Já em 2008, a situação educacional das pessoas com deficiência se estabiliza um pouco mais em relação a 2007. Com base na soma de todas as modalidades de educação especial – classes especiais, escolas exclusivas, classe comum ou educação de jovens e adultos (EJA) – em 2008, foram matriculados 695.699 alunos com deficiência, o que representa, também em números absolutos, uma elevação de 41.093 matrículas, em relação ao ano anterior. Também em Sergipe, este número se eleva: de 1.545 matrículas, no ano de 2007, foram registrados 4.116 alunos com deficiência na rede básica.

Em 2007 a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) apresentou dados sobre as pessoas com deficiência. Essa fonte informou que, nesse ano, 34,8 mil pessoas com deficiência foram inseridas no mercado formal de trabalho, o que representava menos de 1% do total de empregos formais registrados. Dos 348,8 mil inseridos no mercado de trabalho, 2,95% eram pessoas com deficiência visual, ou seja, 10.275 estavam inseridas no mercado formal, recebendo uma remuneração média de R\$ 1.412,84 reais. Ainda no quesito mercado de trabalho, os homens têm maior representatividade em todos os tipos de deficiência; no caso das pessoas com deficiência visual são 65,97%, ou seja, 6.778 homens com deficiência visual estavam inseridos no mercado de trabalho e recebendo maior rendimento (R\$ 1.515,82) que as mulheres.

É neste lugar “dizível” que pessoas cegas tramam, no Brasil do século XXI, suas experiências de vida.

Além de trilhar sob uma teia de preconceitos e discriminações, tal segmento enfrenta o desafio de compor uma sobrevivência em contexto de insegurança social.

---

<sup>20</sup> Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Sinopse Estatística da Educação Básica. Ministério da Educação. 2007.

## 2.4 O SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA PESSOAS CEGAS

*A gente fica mesmo cego  
para o que permanece  
igual aos nossos olhos.*

Liane Alves

O verbo proteger, do latim *protegere*, pressupõe ações que vão, desde auxiliar, amparar, abrigar, até “tomar a defesa de”. No Sistema Público de Proteção Social Brasileiro, ao longo do tempo, ora foram pactuadas medidas que privilegiaram o abrigo das pessoas cegas, seu amparo, ora ações que fortaleceram um aparato jurídico-político “em defesa” dos seus direitos sociais como direitos de cidadania.

No Brasil, até a criação do Imperial Instituto de Meninos Cegos do Brasil, em 1854, as medidas de proteção social às pessoas cegas, assim como às demais pessoas com deficiência – e, como ocorria tradicionalmente, em relação aos pobres – davam-se pela iniciativa da rede de filantropia privada, vinculada à Igreja Católica: Santas Casas de Misericórdia, Beneficências, Associações de Socorro Mútuo, Sociedades São Vicente de Paula, entre outras.

Criado durante o Governo Imperial, com o objetivo de promover a educação de jovens cegos, o Instituto dos Meninos Cegos, hoje, Instituto Benjamin Constant (IBC), impulsionou, ao longo do século XX, iniciativas da sociedade civil e, a partir de 1930, também incitou a adoção de medidas de proteção social no âmbito do Estado brasileiro, principalmente na área educacional. Atualmente, o IBC é o Centro de Referência responsável pelo acompanhamento e pela execução da Política de Educação Especial, na área de deficiência visual. Além do que, como será mostrado, contribuiu para a organização social das pessoas cegas.

O IBC foi o primeiro educandário para cegos na América Latina. Tinha capacidade de atendimento para 30 jovens cegos, de ambos os sexos, com faixa etária de 06 a 14 anos.

Das 30 vagas oferecidas, apenas 1/3 eram gratuitas e, para tanto, era necessária a comprovação da pobreza, mediante atestados emitidos pelo pároco e por duas autoridades do lugar de residência do aluno. De acordo com o projeto inicial, a escola deveria ser destinada a jovens cegos pobres e o alto número de “alunos pagantes” tinha, por finalidade, tornar o Instituto autossuficiente. O curso tinha duração de 08 anos, podendo ser prorrogado por mais dois. Eram ministrados instrução primária, educação moral e religiosa, música, alguns ramos da instrução secundária, ofícios fabris e língua francesa.

Em relatório não assinado, mas pertencente à administração do Instituto, constava que, durante duas décadas de existência – de 1854 a 1873 –, foram matriculados 64 alunos cegos, de ambos os sexos. Destes, apenas 29 encontravam-se em processo de alfabetização. Os demais – 35 alunos – saíram por terem sido expulsos por condutas consideradas “incorrigíveis”, por “incapacidade de instrução”, falecimento, ou conclusão do curso. Os alunos que concluíram o curso – 16 – passaram a viver com seus próprios salários, decorrentes das profissões para quais haviam sido habilitados: tipógrafo; professor de português, língua francesa, matemática, álgebra, música, religião, arte; encadernador; afinador de piano. Destes que trabalhavam, 05 sustentavam, com seus salários, suas famílias:

Dos 16 alunos educados neste Instituto, mais de 81% transformaram-se pela instrução recebida em cidadãos. Filhos de famílias pobres como são, com exceção de dois ou três, todos os mencionados seriam desgraçados a esmolar pelas ruas e praças públicas o amargo pão da caridade, engrossando as fileiras da mendicidade, entregues a todas as degradações da ignorância e da miséria, se o instituto não os transformasse, como transformou, em homens úteis pelas diversas profissões que exercem na sociedade, donde tiram recursos para viver independentes por seu honesto trabalho, sendo o arrimo, a alegria e o consolo de suas famílias, em lugar de pesados a elas e um motivo real dos mais aflitivos desgostos da mais funda mágoa pela tristíssima condição que parecia condená-los, irremediavelmente, à sua cruel enfermidade. (REVISTA DO INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT, 2004, p. 12).

Todavia, a ação do Instituto, perante a extensão da condição da cegueira, no Brasil, era restrita e de pouca abrangência, como o próprio relatório destaca:

O Brasil deve contar cerca de 6.000 cegos [...], o Instituto admite 30 alunos de ambos os sexos. Seis mil cegos vivem por aí miseravelmente, sem proteção e no maior desamparo, para os quais tem o Instituto fechado as suas portas. [...] Muitos seriam decerto os resultados colhidos, se a instituição fosse mais bem organizada e para maior o número de alunos (REVISTA DO INSTITUTO BENJAMIM CONSTANT, 2004, p. 12).

Embora neste documento constasse a existência de 6.000 pessoas cegas no Brasil, naquele período, o Inquérito de 1872<sup>21</sup>, revelava que, até aquela data, já havia 15.848 cegos, sendo que 9.469 eram homens e 6.379 eram mulheres e que deveriam estar vivendo “miseravelmente, sem proteção e no maior desamparo”. Mesmo com este diagnóstico, as vagas permaneceram reduzidas em toda a trajetória histórica do Instituto, e a ação de assistência e educação para os cegos tinha sido de restrita abrangência, pendente dos recursos públicos destinados para este fim.

Seguindo o modelo de ensino do IBC, foram criadas, ao longo do século XX, por iniciativa de filantropos e familiares, escolas residenciais, destinadas, principalmente, ao

<sup>21</sup>Cf.: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Os cegos no Brasil segundo o censo demográfico de 1940**. Rio de Janeiro, 1948

atendimento a crianças cegas e pobres<sup>22</sup>. Essas eram mantidas com verbas federais, estaduais ou municipais, donativos e contribuições individuais e promoviam cursos pré-primário, ginásial e profissional, cujo ensino abrangia setores industrial, artesanal e artístico (musical).

A partir de 1930, processaram-se profundas transformações no Estado brasileiro e na sociedade; mudanças essas que repercutiram no tratamento das demandas de pessoas cegas e com demais deficiências:

a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência; a esfera governamental prossegue a desencadear algumas ações, visando a peculiaridade desse alunado, criando escolas junto a hospitais e ao ensino regular; outras entidades filantrópicas especializadas continuam sendo fundadas. Há surgimento de formas diferenciadas de atendimento em clínicas, institutos psicopedagógicos e centros de reabilitação, geralmente particulares, a partir de 1950, principalmente. Tudo isso no conjunto da educação geral na fase de incremento da industrialização no Brasil. (JANNUZZI, 2006, p. 68).

Durante a “Era Vargas”, as medidas adotadas no interior do Ministério da Educação e Saúde, provocaram importantes mudanças para o IBC e para o ensino dos cegos. As vagas foram destinadas não somente a pessoas cegas, mas, também, “a amblíopes” (visão parcial), como forma de ampliar sua ação junto a esse segmento social. O Instituto também passou a ministrar curso para educação de amblíopes e cegos, habilitação de professores e a realizar pesquisas médicas (para combate das anomalias da visão e prevenção da cegueira) e pedagógicas. Todavia, no que diz respeito ao acesso às vagas, maior número delas era destinado aos contribuintes e, as gratuitas, reduzidas e condicionadas à apresentação de atestado de pobreza, firmado por autoridade.

Outras medidas foram adotadas, nesse período, para as pessoas cegas: conclusão das obras do Instituto, iniciada no governo Imperial de D. Pedro II; criação da Revista Brasileira para cegos, em *Braille* (1942); da imprensa *Braille*, com distribuição gratuita de livros (1943/1949); e, a realização do primeiro Curso de Especialização de Professores na Didática de Cegos (1947).

---

<sup>22</sup> Apoiadas pelo Instituto Benjamin Constant foram criados os seguintes estabelecimentos educacionais: Escola Rodrigues Alves, estadual regular para deficientes físicos e visuais, Rio de Janeiro/RJ, em 1905; Escola Estadual São Rafael, especializada no ensino cego, Belo Horizonte/MG, em 1925; Instituto de Cegos Padre Chico, instituição religiosa com participação do governo do Estado de São Paulo. Escola residencial, regime de internato, semi-internado e externato, São Paulo/SP, em 1929; Instituto de Cegos na Bahia, especializado, particular, Salvador /BA, em 1936; Instituto dos Cegos no Ceará, 1934; Instituto dos Cegos de Pernambuco, especializado, particular, Recife/PE, 1935; Instituto São Rafael, especializado, particular, Taubaté/SP, 1940; Instituto Santa Luzia, especializado, particular, Porto Alegre/RS, 1941; Instituto Paranaense de Cegos, especializado, estadual, Curitiba/PR, 1944; Fundação para o Livro do Cego no Brasil, especializado, particular, sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública federal, estadual, municipal, São Paulo/SP. 1946. Em 1990, a fundação passou a chamar-se Fundação Dorina Nowill para Cegos; Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cintra, especializado, 1947; Associação Linense para Cegos, especializada, particular, Lins/SP, 1948; Instituto Florisvaldo Vargas, Campo Grande/MS, 1957.

Apesar das ações implementadas no IBC e em todas as outras escolas que foram sendo criadas no Brasil, o Censo Demográfico de 1940 revelou o baixo nível de instrução das pessoas cegas e o número diminuto dos que sabiam ler e escrever com sistemas especiais de cegos. Do total de pessoas cegas incluídas nesse Censo, ou seja, 60.482<sup>23</sup>, em número absoluto, 48.736 (80,58%) não sabiam ler e escrever.

O Censo não somente revelou a situação educacional dos cegos, como também demonstrou que o crescimento da taxa de incidência da cegueira, no Brasil, já era uma realidade e que, no caso da cegueira adquirida, o maior número era por doença e por acidente. Quando relacionado à idade, as pessoas que adquiriram esse agravo por motivo de doença eram aquelas que possuíam idade mais avançada.

Até a década de 50, as iniciativas oficiais e particulares de atendimento às pessoas cegas, no Brasil, ocorreram de maneira isolada. De acordo com Sousa (1997), somente a partir desse período, mais especificamente do final dos anos 50, é que ficou evidenciada a ação governamental, ainda que, no âmbito das políticas sociais, de maneira setorial e focalizada, de forma a responder às demandas do momento.

No conjunto das promessas de Juscelino Kubistchek (1956-1961), estava a de firmar convênios com administrações estaduais e investimentos públicos, para o atendimento de cegos e surdos, principalmente na promoção da educação. Assim, da mesma forma que os governos anteriores, Juscelino Kubistchek não somente deu continuidade à realização de campanhas educacionais para combater o analfabetismo entre a população em geral – iniciadas no governo Vargas –, como também estendeu tal ação, como estratégia, para o atendimento educacional de pessoas com deficiência.

Em 1958, foi, então, instituída a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Visuais (CNERDV) que, a partir de 1960, passou a denominar-se Campanha Nacional de Educação de Cegos (CNEC). Essa campanha (e a campanha para surdos) foi medida importante para incluir a educação dos cegos no planejamento educacional do país: propiciou a capacitação de técnicos para o atendimento às pessoas cegas; instituiu cursos especializados para professores, assistentes sociais<sup>24</sup>, psicólogos, técnicos em locomoção, fisioterapeutas; implantou programas de reabilitação; contribuiu para a criação de órgãos de

---

<sup>23</sup> Neste número não foi incluída a categoria cegos-surdos-mudos, que perfaz um total de 219, em números absolutos, quando avaliada a quota de alfabetização. Estes foram incluídos na apuração da alfabetização dos surdos-mudos. Em conjunto, em 1972, havia 60.701 pessoas cegas no Brasil.

<sup>24</sup> Nesse momento, o campo de atuação dos assistentes sociais junto às pessoas cegas são os programas de reabilitação, com enfoque na abordagem de Serviço Social de Caso e de Grupo.

educação de cegos nas secretarias de estado e propiciou a ampliação da discussão relativa à cegueira, através de encontros, congressos, simpósios; incrementou a produção de livros em *Braille*; distribuição de material especializado a instituições e serviços de educação.

Foi no âmbito das ações da CNEC, sob seu patrocínio, que se criou o primeiro Centro de Reabilitação<sup>25</sup> de Cegos no Brasil, em São Paulo, ofertando “serviços que auxiliam os invidentes a se tornar aptos para a vida cotidiana, fornecendo-lhes meios para ajustamento pessoal, familiar, profissional e social”. Eram 08 atividades executadas no âmbito desse Centro de Reabilitação: Serviço Social, Psicologia, atividades da vida diária, orientação profissional, técnica de locomoção, fisioterapia e ginástica corretiva, comunicações e terapia ocupacional. As ações do Centro de Reabilitação de São Paulo também contribuíram para a expansão de outras iniciativas de reabilitação no país. Dentre essas, a implantação do Centro de Reabilitação Ninota Garcia, em Aracaju, Sergipe.

Todavia, as ações da CNEC, conforme demonstra Silva (1968), estiveram restritas a pequena parte do país – região Sul/Sudeste. No Norte e Nordeste<sup>26</sup>, observa-se, já nesse período, uma precariedade de obras de assistência ao cego, ausência de mercado de trabalho, principalmente no setor industrial, apesar do incentivo ao desenvolvimento industrial, impulsionado, nesta região, com a criação da SUDENE.

Se as campanhas populares, conforme evidencia Jannuzzi (2006), foram insuficientes na extinção do analfabetismo, a existência da CNEC<sup>27</sup>, em âmbito nacional, embora não tivesse impacto satisfatório na situação educacional das pessoas cegas, trouxe à tona questões em relação à cegueira, até então desconhecidas e desafios que nem sempre foram equacionados de maneira satisfatória.

Ao lado de tais medidas, solidificaram-se as ações de benemerência, não somente pelo incentivo às organizações da sociedade civil, privadas e filantrópicas, subsidiadas pelo Estado, como também no âmbito dos órgãos estatais. Destacam-se, neste período, as ações do Conselho Nacional de Serviço Social (1938) e da Legião Brasileira de Assistência (1942), áreas centrais da filantropia estatal que foram fundamentais para a expansão do número de instituições de atendimento às pessoas com deficiência.

---

<sup>25</sup> Sobre a expansão das ações de reabilitação no mundo e no Brasil, consultar: SILVA, Otto Marques. **Epopeia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS, 1986

<sup>26</sup> Para análise de como as ações da CNEC refletiram na assistência educacional ao cego em Sergipe, consultar: SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe**: uma trajetória de descaso, luta, dores e conquistas. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005. p 188.

<sup>27</sup> Além das ações da CNEC, ressalta-se a promulgação da Lei de Diretrizes Básicas da Educação, em 1961, que tornou obrigatória a consideração da Educação Especial no plano geral da Educação.



Para Sousa (1997), a institucionalização de pessoas cegas, iniciada no Brasil com a criação do IBC, é um longo processo de disciplinamento, reeducação e treinamento profissional, cuja preocupação está voltada para profissionalização e aproveitamento da mão de obra dos cegos. Ao tempo em que são desenvolvidas tais ações, essa autora ressalta que:

Desenvolve-se, nessas escolas, todo um saber sobre os indivíduos cegos que visa, sobretudo, corrigir ‘distorções’ de comportamento e postura, visando sua reabilitação para o convívio social. É assim que os cegos submetem-se a programas intensivos de orientação e mobilidade, atividades da vida diária, além de ensinamentos sobre higiene, cuidados pessoais e noções de etiqueta (SOUZA, 1997, p. 38)

Todavia, o processo de formação educacional, implementado pelas instituições para cegos, passou a ser questionado, no final dos anos 60 e a sofrer restrições (SOUSA, 2001). O movimento tinha, à frente, a Campanha Nacional de Educação Especial e considerava que o internamento de cegos era fator de segregação e de reforço à discriminação.

Nesse período, as ações de saúde, assistência e educação eram executadas pelas entidades filantrópicas. A ação governamental esteve restrita à concessão de aposentadorias por invalidez, o que levou a sociedade civil a mobilizar-se e demandar ações mais concretas, no sentido da formulação, implementação de políticas estruturais de distribuição de renda, habitação, saúde, emprego e educação.

Para as pessoas cegas foi um período de luta pela ampliação dos direitos civis e sociais, a partir de sua organização política nos espaços das instituições e oficinas:

Pequenos grupos de cegos, instados por necessidades econômicas, agrupando-se em torno de sua produção de vassouras, reacondicionamento de escovas de enceradeiras, pequenos trabalhos manuais de tapeçaria e outros, inauguravam, no Brasil, a forma ‘moderna’ do associativismo dos cegos, um modo de agrupamento que descendia do modelo institucional advindo das escolas residenciais, distinguindo-se fundamentalmente deste, na medida em que não mais se instituiu pela via da força de lei ou de norma governamental, mas nascia unicamente a partir da ação e da vontade dos próprios indivíduos cegos (SOUZA, 1997, p. 2).

Ao lado do “associativismo local”, ainda como afirma Sousa (2001), consolidavam-se organizações com estatuto de “representação nacional”. A primeira entidade foi o Conselho Brasileiro para o Bem-Estar do Cego, fundado no Rio de Janeiro, em 1954. Nesse mesmo ano, conforme Jannuzzi (2006, p. 72), Getúlio Vargas determina providências para que se conceda o direito de voto ao indivíduo cego.

A luta pelo direito à educação e ao trabalho foi fundamental para o processo de politização dos cegos em associações. Nasceram, a partir de então, associações da própria

“ação e vontade dos cegos” que, saídos do internato, lutavam por emprego, melhoria de vida e contra as discriminações sociais.

Decorridos já mais de cento e cinquenta anos desse marco inicial (criação do Sistema Braille), podemos vislumbrar o lento caminho que daí seguiu, partilhado por milhões de cegos que, aos poucos, foram reescrevendo sua história em alto relevo, tendo, nas suas associações, mais um instrumento de organização e de luta pela cidadania plena (SOUSA, 1997, p. 47).

Na “história escrita em alto relevo”, cada vez mais foi ficando evidente a necessidade de políticas sociais públicas para esse segmento social.

No bojo das políticas sociais implantadas no país, durante o regime militar, foram adotadas algumas medidas para as pessoas com deficiência. Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que se tornou responsável pela promoção do desenvolvimento da Educação Especial, em substituição às campanhas educacionais realizadas durante as décadas anteriores à sua criação. A LBA, que a partir de 1974, estendeu suas ações aos “inaptos ao trabalho”, ficou responsável pelo atendimento às pessoas com deficiência (e idosos) em programas de reabilitação, até então vinculados à previdência social.

A tendência assistencialista também influenciou as medidas adotadas no âmbito da previdência que ampliou o acesso de outras categorias profissionais<sup>28</sup> aos benefícios, sem contribuição. Para as pessoas com deficiência (e idosos) foi estabelecida a Renda Mensal Vitalícia (RMV) que instituiu o amparo previdenciário no valor de meio salário mínimo a pessoas que estivessem definitivamente incapacitadas para o trabalho, mesmo que nunca tivessem contribuído para a previdência<sup>29</sup>.

O contexto de instituição da RMV, como demonstram Boschetti e Bering (2006), foi o momento em que começaram os primeiros sinais de esgotamento do projeto tecnocrático que acabou por dissolver a base política que legitimou sua permanência, durante 20 anos, no controle do Estado e da sociedade brasileira.

A partir dos anos 1980, inicia-se um processo de “abertura lenta e gradual”. A mobilização dos trabalhadores e da população, em geral, reascendeu a sociedade democrática brasileira.

Esse também é um período de grande mobilização das pessoas com deficiência. Em 1984 foram criadas outras entidades nacionais: a Organização Nacional de Entidades de

<sup>28</sup>Trabalhadores rurais (a partir de 1971); empregadas domésticas (1972); trabalhadores autônomos (1973); garimpeiros (1974).

<sup>29</sup> A Renda Mensal Vitalícia só foi extinta com a promulgação do Benefício da Prestação Continuada, em 1995.

Deficientes Físicos (ONEDEF), a Federação Nacional de Educação de Surdos (FENEIS), o Movimento de Reintegração dos Hansenianos (MORHAM) e a Federação Brasileira de Entidades “de e para” Cegos (FEBEC)<sup>30</sup>. Estas logo expandiram suas atuações para nível internacional. A ONEDEF passou a representar a área de deficiência junto ao *Disabled People International* (DPI); os cegos vincularam-se à União Mundial dos Cegos (OMC) e à União Latino-Americana dos Cegos (ULAC); os surdos, pelas FENEIS, ligaram-se ao *World Federation of Deaf*.

A criação da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), em 1986, possibilitou que essas organizações conquistassem a “igualdade de participação com as federações filantrópicas” (JANNUZZI, 2006, p. 184), no âmbito governamental e reunissem forças e mobilização para atuar nesse contexto de abertura política.

Com atribuição de coordenar o tratamento adequado aos assuntos relativos a pessoas com deficiência, assegurar seus direitos básicos, a CORDE elaborou um Plano Nacional de Ação Conjunta para a Integração da Pessoa Deficiente, cujo objetivo era implantar uma Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, política essa que somente veio a ser definida em 1992.

As próprias pessoas com deficiência participavam (e ainda participam) da composição da CORDE, junto com representações governamentais. Seu Conselho Consultivo era composto, nesse período, por representantes da Federação Brasileira de Entidades dos Cegos, da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, da Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, das federações das APAES e Sociedade Pestalozzi e da Federação das Instituições de Excepcionais, como também representantes dos ministérios.

A década de 80 representa, assim, para as pessoas com deficiência, o fortalecimento de seu movimento. Para as pessoas cegas, como afirma Sousa (2001):

os anos 80 permitiram que o associativismo de representação local extrapolasse as suas fronteiras específicas e, também, se contaminasse do espírito politizador presente no seio dos movimentos sociais organizados da sociedade civil. É nesse período que se vê reforçado o estatuto da representação nacional, com o objetivo de organizar o movimento dos cegos em todo o país, estabelecer uma ponte de diálogo

---

<sup>30</sup> Pouco depois surge a União Brasileira de Cegos, UBC, caracterizando-se como uma entidade que congregaria todas as associações de representação nacional, incluindo-se as prestadoras de serviços, como Fundação Dorina Nowrill para Cegos e o Instituto Benjamim Constant. Ao longo da década de 1980, surgiram também as entidades de classe para cegos: Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais (ADEBEV); Associação Brasileira de Professores Cegos e Ambliopes (ABPCA) e a Associação Brasileira de Desportos para Cegos (ABDC).

entre as entidades locais, o governo e as instituições da sociedade civil, representar a coletividade cega brasileira e lutar em defesa de suas necessidades básicas e fundamentais. (SOUSA, 2001, p. 4).

O resultado “desta luta em defesa de suas necessidades básicas e fundamentais” está refletido no próprio texto constitucional. É nesse ato histórico que, pela primeira vez, o Estado e a sociedade brasileira assumem a proteção social para as pessoas cegas e com demais deficiências, como responsabilidade pública.

A Constituição de 1988 é tida como uma das mais avançadas sobre o tratamento da questão da deficiência: estabelece um salário mínimo para pessoas com deficiência e idosos; assegura o acesso aos serviços de habilitação e reabilitação; preconiza o atendimento “preferencial” na rede de serviços de ensino regular; transfere para estados e municípios a eliminação de barreiras de acesso e institui a política de cotas como mecanismo de inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Na carta constitucional, além dos direitos assegurados a todos, existem alguns dispositivos dirigidos especificamente às pessoas com deficiência:

- Título III, Capítulo II, inciso II, artigo 23 que designa o cuidado à saúde e assistência pública das pessoas portadoras de deficiência e artigo 24, inciso XIV que visa a garantia da proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

- Título III, Capítulo VII, artigo 37, inciso VII que estabelece “reserva de percentual dos cargos públicos para pessoas portadoras de deficiência e define os critérios de sua admissão”.

- Título VIII, Capítulo II, o artigo 203, inciso III que constitui, dentre os objetivos da assistência social, “a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária”.

- Título VIII, Capítulo III, o artigo 208, inciso III que afiança “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, como dever de Estado.

- Título VIII, Capítulo VII, o artigo 227, parágrafo 1º que garante “a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”. O

parágrafo 2º do mesmo artigo dispõe sobre “normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas portadoras de deficiência”.

A instituição do Sistema de Seguridade Social de responsabilidade estatal anunciou uma nova orientação à proteção social para as pessoas cegas e com demais deficiências. Na Ordem Social – Seção III – (Capítulo II, artigo 203, Da Assistência Social) – estão assegurados, além da habilitação, reabilitação e promoção da sua integração à vida comunitária (inciso IV), a garantia de um salário mínimo pago às famílias com pessoas com deficiência e com idosos (inciso V). A inserção deste direito é resultado da participação das pessoas com deficiência, através de suas organizações, nas audiências públicas, onde puderam apresentar, durante a Assembleia Constituinte, suas reivindicações, através de emendas populares<sup>31</sup>.

O processo de regulamentação dos princípios constitucionais vem consolidando, nos últimos 20 anos, um forte aparato jurídico-político de proteção aos direitos sociais das pessoas com deficiência. No decorrer da década de 90, foi sendo estabelecido um grande volume de leis e decretos, como forma de regulamentar os princípios constitucionais. Somente para citar alguns:

- Lei nº 7.853, ainda ao final da década de 80, em 24 de outubro de 1989
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente/Educação Especial)
- Lei nº 8.080, de 19.09.90 (Lei Orgânica da Saúde)
- Decreto nº 129, de 22.05.1991 (que regulamenta a Convenção nº 159 da OIT)
- Lei nº 8.213, de 08.12.1991 (Lei da Previdência Social)
- Lei nº 8.742 de 07.12.1993 (Lei Orgânica da Assistência Social)
- Política Nacional de Educação Especial (1994)
- Lei n.º 8.899, de 29 de junho de 1994 (Passe Livre)
- Decreto nº 1.774, de 08.12.1995 (regulamenta o BPC)
- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Diretrizes Básicas da Educação Especial)

---

<sup>31</sup> A proposta de inserção de benefício assistencial que assegurasse um salário mínimo mensal a pessoa com deficiência, foi reintroduzida na Comissão de Sistematização, mediante a apresentação de duas emendas populares assinadas por 81.776 pessoas, emendas 77 e 86. Cf. Ivanete Boschetti. **Seguridade Social e Trabalho: paradoxos na construção das políticas de Previdência e Assistência Social no Brasil**. Brasília: Letras Livres/Editora da UNB, 2006. p. 147-178. (Coleção Política social).

- Decreto nº 3.076, de 1 de junho de 1999 – (cria Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE))
- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 – (regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência)
- Lei nº 10098, de 19 de dezembro de 2000 (da Acessibilidade)

Para as pessoas cegas e com baixa visão, no âmbito da LDB/Educação Especial, foram instituídas as seguintes ações: criação de Centros de Apoio para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual (CAPs) e Núcleos de Apoio e Produção *Braille* (NAPPB); aquisição de material didático; aperfeiçoamento do Programa Nacional do Livro Didático/*BRAILLE*; instituição da Comissão Brasileira de *Braille* (Portaria Ministerial nº 319/99), com a competência específica de normatizar o uso e o ensino do Sistema *Braille* no país, e da Comissão Brasileira de Estudos e Pesquisas do Soroban (Portaria Ministerial nº 657/02); e apoio à realização de cursos de capacitação de professores, acerca das disciplinas específicas da educação de alunos com deficiência visual e financiamento de projetos.

Todavia, já em contexto neoliberal, o processo de regulamentação dos princípios e direitos formalizados na carta constitucional foi ritmado pela ampla reforma do “Estado Democrático de Direito”, para adaptá-lo às mudanças do capital.

No pacto social estabelecido a partir de 1990, quando se consagrou a entrada, na América Latina, das medidas de ajuste econômico implementadas nos países centrais (Europa, Estados Unidos e Japão), a sociedade capitalista brasileira passou a “apostar no mais radical mercado competitivo, em que a concorrência premia incessantemente a maior concentração do capital privado”, do que no enraizamento de uma “sociedade do bem-estar” (VIEIRA, 2004, p. 122, 135).

Verifica-se, a partir desse período, o abandono do conceito constitucional de Seguridade Social e a ênfase nas ações afirmativas (Política de Cotas, por exemplo) como medida de proteção pública, bem como o fortalecimento da rede privada de proteção. A proteção social pública toma a defesa dos direitos sociais das pessoas com deficiência, como integrantes de cidadania e privilegia a provisão de mínimos sociais para o atendimento às suas necessidades essenciais de vida.

O Programa de Publicização, promulgado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), dentre outras medidas de reforma do aparelho do Estado, favoreceu o crescimento do número de organizações não-governamentais, associações na sociedade civil que se voltam à defesa dos direitos das pessoas com deficiência. Neste contexto, mesmo “sob

o risco de ter suas demandas cooptadas por interesses governamentais” (JANNUZZI, 2006, p. 170), pessoas com deficiência continuaram a exercer o “controle social” das políticas sociais e defesa de direitos. Têm ocupado, cada vez mais, os espaços de representação da sociedade civil, não somente no Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONADE) como nos demais conselhos e conferências<sup>32</sup>.

Para as pessoas cegas, o reconhecimento, pelo Estado, da importância da participação destas, na gestão pública, e o processo expansivo das entidades significaram, segundo Sousa (2001), a descaracterização de seu papel de defesa de direitos:

Nos primórdios, as entidades costuraram a rotina da filantropia e da assistência; nos anos oitenta, realçaram as cores da reivindicação, complexificando um pouco mais o modelo original; agora [anos 1990] o Estado as convida para parceiras de suas políticas; desestruturadas, fragmentadas, incapazes de renovar suas lideranças, elas ainda não encontraram, em sua grande maioria, o novo lugar onde se plantarão e farão valer o estatuto de sua representação. (SOUSA, 2001, p. 7)

“Sem encontrar um novo lugar onde farão valer o estatuto de sua representação”, na passagem para o século XXI, pessoas cegas viviam em precárias condições de vida.

A condição de miserabilidade em que vivem as pessoas cegas, conforme demonstrado acima, e com demais deficiências, é reconhecida nos documentos oficiais e tem sido a justificativa para a instituição de mais instrumentos normativos – leis, decretos e portarias – que buscam a regulamentação dos direitos de cidadania para esse segmento social.

Como membro-parte dos organismos internacionais (Organização das Nações Unidas; Organização dos Estados Americanos), o Brasil vem ampliando, desde a década de 1980, seu aparato jurídico-político, no sentido de assegurar direitos e igualdade de oportunidades para as pessoas com deficiência.

O governo Luís Inácio Lula da Silva (2003), com vistas ao cumprimento das “Metas do Milênio-ONU”<sup>33</sup>, incluiu, no Plano Plurianual 2004-2007, ações de garantia dos direitos humanos das pessoas com deficiência, fundamentadas em três eixos básicos: equiparação de oportunidades, inclusão e prevenção das deficiências. Ações essas de distribuição de renda, de acesso aos serviços públicos de Seguridade Social e Educação, de combate à discriminação e controle social e de gestão pública. Dentre elas, foram instituídos o Programa Nacional de Acessibilidade, o Programa Pró-Transporte, o Programa Incluir (Educação), o Programa

<sup>32</sup>A I Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência ocorreu em maio de 2006 e a II Conferência, em dezembro de 2008. Até este período, pessoas com deficiência apresentavam suas demandas principalmente no espaço das Conferências Nacionais de Assistência Social.

<sup>33</sup>Metas do Milênio acordo firmado entre os Estados-membros da ONU em 2000, no sentido de combater a pobreza no mundo até 2015. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>.

Primeiro Emprego, a implantação de Núcleos de Reabilitação e a manutenção do BPC/RMV<sup>34</sup>.

Dentre as estratégias de desenvolvimento definidas no Plano Plurianual 2008-2011, o governo federal estabeleceu a Agenda Social, que compreende um conjunto de medidas voltadas também para pessoas com deficiência: acessibilidade na habitação, nos transportes e na escola; atendimento de reabilitação e concessão de órteses e próteses no Sistema Único de Saúde (SUS); educação inclusiva e inserção no mercado de trabalho.

Assim, em setembro de 2007, já tendo “acolhido” a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo<sup>35</sup>, o governo federal lançou o “Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência”, no qual define as estratégias, nessas áreas, que serão desenvolvidas em parceria com a sociedade civil e o setor privado<sup>36</sup>. Para tanto, serão destinados, até 2010, R\$ 2,4 bilhões e terão prioridade de atendimento as pessoas com deficiência que recebem o Benefício de Prestação Continuada, as que estão no programa Bolsa Família, os alunos da Educação Básica, as que apresentam deficiências decorrentes da hanseníase e as pessoas idosas.

No “novo contratualismo”, em que a ordem é imprimir um “menor padrão na desigualdade” (VIEIRA, 2004), a responsabilidade estatal tem circunscrito sua ação à promoção de mínimos sociais traduzidos em benefícios individuais (previdenciários e assistenciais) para pessoas não inseridas (temporária ou permanentemente) no mercado formal de trabalho e programas de transferência de renda para as famílias pobres.

Para pessoas com deficiência – e idosos – a Constituição de 1988 estabeleceu um salário mínimo de benefício mensal como “padrão básico de inclusão” (SPOSATI, 1997). Segundo essa autora, o estabelecimento do mínimo social, em texto constitucional, no campo da Seguridade Social (Assistência Social), representou, para esse segmento social, a definição de um patamar societário de civilidade, de responsabilidade pública e social e a confirmação do caráter assistencial não contributivo.

---

<sup>34</sup> Para avaliação da execução das ações voltadas às pessoas com deficiência constantes na PPA 2004-2007, consultar Ata da 50ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (CONADE). Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/atas\\_2007.asp](http://www.mj.gov.br/sedh/ct/conade/atas_2007.asp)> Acesso em: maio 2007.

<sup>35</sup> A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência foi ratificada no Brasil em **09 de julho de 2008**, sendo primeiro tratado internacional promulgado com status constitucional.

<sup>36</sup> São parceiros e patrocinadores do Programa de Inclusão Social: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, o Banco Nordeste, o BNDES e as empresas públicas. Também há o apoio das entidades patronais, os organismos internacionais, as universidades e os centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Disponível em: <[http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Direitos\\_de\\_cidadania.doc](http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/doc/Direitos_de_cidadania.doc)>



O BPC é o [primeiro] mínimo social [não contributivo] enquanto se constitui em um dispositivo de proteção social destinado a garantir, mediante prestações mensais, um valor básico de renda às pessoas que não possuam condições de obtê-la, de forma suficiente, por meio de suas atividades atuais ou anteriores (SPOSATI, 2004, p. 126-127).

Todavia, ao ser regulamentado pela Lei 8.742, de 1993 e, inicialmente, pelo Decreto nº 1.744, de 08 de dezembro de 1995, o acesso universal à prestação monetária continuada, no valor de um salário mínimo, conforme o princípio constitucional, foi reduzido a “forte seletividade de meios comprobatórios”: renda *per capita* mensal de até ¼ salário mínimo e confirmação da incapacidade. Operado pelos postos do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), o acesso ao BPC<sup>37</sup> tornou-se limitado pela lógica do direito trabalhista, securitária, contributiva, o que o torna um não direito, mas um “Amparo Assistencial”<sup>38</sup>.

O processo de regulamentação, em contexto de minimização da ação reguladora do Estado, fez do BPC, segundo Sposati (2004, p. 126), “um mínimo operacionalmente tutelado, um quase direito, na medida em que seu acesso é submetido à forte seletividade de meios comprobatórios que vão além da manifesta necessidade do cidadão”. Esses procedimentos restritivos terminam por retroceder o avanço constitucional que o colocam como direito de Seguridade.

Para Gomes (2004, p. 216), os procedimentos exigidos para acessar o BPC acabam fazendo, deste,

uma verdadeira armadilha da pobreza, dado o conjunto de critérios a que submete o candidato, seu grau de seletividade e cobertura, abrangendo situações de vulnerabilidades praticamente irreversíveis, bem como sua condição de direito solitário, desgarrado da assistência social e das demais políticas de proteção social.

Desde que foi criado, em 1996, o BPC, provisão mínima para as pessoas com deficiência e que, para Gomes (2004), pode ser transformado numa “verdadeira armadilha da pobreza”, se consolidou, no país, como “uma transferência de renda, de caráter não contributivo, intransferível, não vitalícia e que não pode ser acumulada com outro benefício de Seguridade, exceto assistência médica” (SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2007, p. 23).

Nos últimos quatro anos deste século o BPC adquiriu uma nova configuração e outros instrumentos normatizam a sua operacionalização:

<sup>37</sup> BPC substituiu a Renda Mensal Vitalícia (RMV) que no âmbito da Previdência Social, concedeu entre 1975 e 1996 uma renda a pessoas idosas e deficientes que comprovassem sua incapacidade para o trabalho.

<sup>38</sup> Denominação dada ao formulário do INSS onde o solicitante registra seu pedido.

- Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), em que foi afirmado como garantia de renda básica dirigida às pessoas com deficiências (e idosos) e que traduz a assistência social como política não contributiva de responsabilidade do Estado.

- Sistema Único de Assistência Social/Norma Operacional Básica (NOB/SUAS-2005), em que passa a integrar as ações do SUAS e é definido como transferência de renda no âmbito da Proteção Social Básica. O SUAS estabelece para o BPC uma nova forma de gestão.

- Programa BPC Escola (2007) que, mediante a ação intersetorial realizada entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Ministério da Educação (MEC), Ministério da Saúde (MS) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), garante para as pessoas com deficiência, até 18 anos de idade, o acesso à educação.

- Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007<sup>39</sup>, em que, dentre outras medidas, reafirma as alterações dadas ao BPC (natureza e finalidade, por exemplo) pela instituição da PNAS e NOB/SUAS.

Hoje, o BPC atende cerca de 1,4 milhões de pessoas com deficiência e é o maior financiamento da Assistência Social. Até setembro de 2008, foram destinados cerca de R\$ 5 bilhões para o pagamento do benefício para pessoas com deficiência no Brasil.

Do ponto de vista da regulação social, na PNAS, o BPC é dispositivo de Proteção Social Básica, “um processador de inclusão” que, em interface com demais políticas setoriais, possibilita às pessoas com deficiência (e idosos) a prevenção de situações de risco por meio de desenvolvimento das potencialidades e aquisições e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

Do ponto de vista do cotidiano da vida das pessoas com deficiência (e idosos), é recomendado ao BPC, como aos demais dispositivos de proteção social constantes na PNAS e NOB/SUAS, “maior aproximação possível [ao cotidiano destas pessoas], pois é [nele] que riscos, vulnerabilidades se constituem”. (PNAS, 2004, p. 11)

Assim, como dispositivo de proteção social, ao BPC é colocado o desafio de, no “novo contrato social”, ampliar sua natureza, de provisão mínima que atende à necessidade imediata de alimentação, por exemplo, e propiciar o alcance, inclusive, da segurança de autonomia e a

---

<sup>39</sup> O Decreto nº 6214 de 26 de setembro de 2007 revoga os anteriores: Decreto nº 1744 de 08 de dezembro de 1995 e o Decreto 4712 de 29 de maio de 2003.

ampliação de espaços de protagonismo social, conforme previsto na própria PNAS e NOB-SUAS.

Em relação às pessoas cegas, é o desafio de fazer com que a sua “experiência humana”, silenciada pelas estatísticas e documentos oficiais, não continue “cega aos nossos olhos”.

- Vejo, Vejo!

[...]

- Vês mesmo bem, como via antes, não há vestígio de branco?

- Nada, de nada, até parece que vejo melhor que via!

- Então o médico disse o que todos estavam a pensar [...]:

“É possível que esta cegueira tenha chegado ao fim”<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> José Saramago. Ensaio sobre a cegueira. 27ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 310p.

## CAPÍTULO 3

### AS METAMORFOSES DA VIDA

*Não haverá borboletas, se a vida  
não passar por longas e  
silenciosas metamorfoses.*

Rubem Alves

Metamorfose é o processo de renovação da vida. Inúmeras são as descrições de metamorfoses nas mitologias, literatura; vários são os exemplos do reino animal: cigarras, borboletas, peixes... No processo de metamorfose, a mudança que se opera na aparência, não afeta essência!

Para Antonio da Costa Ciampa<sup>41</sup> (2005), metamorfose “é a expressão da vida”: transformação permanente, quer tenhamos consciência ou não. Todavia, existem episódios em que se adquire a consciência e se reconhece como ser humano. E, para este autor, o indivíduo é o que ele faz” (CIAMPA, 2005, p. 140).

Neste capítulo, os três movimentos do processo de metamorfose – ruptura, iniciação e retorno - são chave que me conduziram pelos acontecimentos rememorados por Mário Lua e Luis, “o recurso que lançou luz” e me permitiu seguir, com profundidade, a amplitude de suas experiências sociais na condição de cegueira: ações, sentidos e percepções para afirmar-se na vida social.

Há um vai e vem nos três movimentos descritos seguir: uma etapa nunca é completa. Cada uma contém a outra no eterno retorno da memória.

#### 3.1 RUPTURA: O MOMENTO DA CEGUEIRA

Foi em janeiro de 2000, oito horas da manhã. Eu estava tomando café, não cheguei a nem tomar café direito. Deu uma dor bem forte num olho e, depois, no outro e, de repente, apagou tudo. Apagou como se fosse um interruptor quando apaga a luz! Fiquei desesperado, gritei, comecei a gritar bastante e os vizinhos vieram me socorrer. Eu pedia, me acuda, me acuda e a casa encheu de gente naquela manhã. Quando perguntaram o que havia acontecido, eu disse: ceguei, estou cego! E hoje eu me encontro nesta situação. Luís

---

<sup>41</sup> Sobre a utilização da “metamorfose” como chave de análise, consulte também Antonio da Costa Ciampa (2005).

Eu perdi a minha visão lá em Recife. Foi um acidente, eu caí. A queda provocou isso, descolou essa retina [aponta para o olho]. O outro fui perdendo aos poucos. Depois da queda eu não vi mais! A perda da visão me assustou mais do que o câncer. Não assim pelo fato de morrer, mas pelo fato de deixar de ver as coisas, de como mudar de vida, começar... Lua

Com a perda quase que súbita da visão eu continuava adolescente só que adolescente fragilizado, mutilado, um adolescente que nem tinha fantasias, nem visão de futuro, um adolescente que vivia a cada dia. Eu vivia curvado, deitado no quarto, às vezes na sala. Apenas ficava quieto no meu lugar, só isso, sem perspectiva no futuro, sem nenhuma esperança, só isso, quieto, apenas. [baixando a voz] Mário

Um filete de madeira, um fio, uma dor, interromperam a luz dos olhos de Mário, Lua e Luís e “uma longa e silenciosa metamorfose” se processou em suas vidas: luz virando espuma branca, espuma branca virando nuvem, nuvem virando neblina, neblina virando véu.

Aos olhos de Mário, Lua e Luís, os objetos e as pessoas tornaram-se vultos... “é assim como se estendesse um plástico bem grosso na frente das coisas” (Lua). As ruas, praças, calçadas são imagens da recordação que os guiam. A chuva e o vento, o calor e o frio, o som, o toque são os referenciais que passaram a aguçar-lhes o sentido.

Ao contrário do que se imagina, o preto é a única cor que inexistente para as pessoas que tornaram-se (ou nasceram) cegas<sup>42</sup>. Para Borges (1980), o preto e o vermelho eram as cores que lhe faziam falta: “o mundo do cego não é a noite, como se supõe”. No caso de Borges era o amarelo que “sempre lhe tinha sido fiel”, desde que começou a perder a visão, como um “lento crepúsculo” de todos os dias.

Assim como para Borges, para Luís, a perda da visão foi como a despedida do pôr do sol, dia a dia... Cada vez mais forte, a neblina cerrou sob seus olhos, até que, em janeiro de 2000, “encobriu tudo... como se fosse um interruptor que a gente pega para apagar a luz”. A partir de então, Luís passou a ver a paisagem em forma de vultos.

Eu vejo vulto! [O senhor está me vendo?] não, eu vejo quando o sol está bem quente, claro, aí escurece, aí fica assim, indo e voltando, o sol quente é bom para mim. Agora se estiver nublado, com chuva, pronto, é meia-noite para mim... com sol quente, clareia um pouquinho, assim, eu ainda vejo um vulto passando assim [faz o gesto com a mão]

O que sucedeu com Luís ocorreu com Mário e Lua, que também se tornaram cegos. Para estes, não foi o crepúsculo de todos os dias, mas o instante abrupto de um acidente ou o tempo de um eclipse que ritmou a perda de visão. Assim, Mário, Lua e Luís, com o plástico estendido à frente dos olhos, vêm cruzando um limiar significativo de suas histórias de vida.

---

<sup>42</sup> Cf. Amiralian (1997); Sousa (1997; 2004)

Sim, ocorre uma mudança, né, na vida da gente... ocorre uma mudança psicológica, principalmente quando a gente vive um tanto desinformado dos recursos existentes para deficiente. (Mário)

Mudar de vida, é isso mesmo, começar uma vida nova, porque, olha não é brincadeira. Você acostumada a fazer tudo, vendo, depois, fazer tudo, no tato, procurando, tocando, né, porque, hoje, eu não toco muito mais não, eu já vou em cima! No início, tinha que procurar mesmo, senão não achava; não tinha, este sistema de vida de pegar as coisas, achar as coisas sem ver; era completamente diferente! (Lua)

[...] É uma adaptação, é como se você nascesse, fosse aprender a andar, a falar, a ler, alfabetizada novamente; tudo isso é uma mudança extrema mesmo. E, nisso, a gente tem que ir se adaptando, até conseguir! (Lua)

Para Amiralian (1997, p. 282-283), a perda da visão é vivenciada como uma linha demarcatória entre um antes e um depois. Esta perda, assim, constitui ponto de partida para a (re) organização de suas vidas, um longo caminho de construção de uma nova sociabilidade, em que a vida do indivíduo, antes do evento, é o parâmetro de como esta nova experiência social será vivida.

Antes da perda da visão, Mário era um “adolescente dinâmico, de não ficar em casa quieto, era irrequieto”. Teve uma infância difícil, tanto financeira, como de saúde. Seu pai, aposentado por invalidez, recebe um salário mínimo para uma família composta de cinco pessoas e ainda paga uma pensão. Até aos sete anos Mário teve “asma alérgica” e, residindo no interior, sofreu muito com o precário acesso à saúde. Não tinha interesse nos estudos, não gostava de ler, escrever. Estudou até a segunda série e, depois, abandonou a escola e passou a trabalhar – “em serviços simples” para ajudar no orçamento da família. Trabalhava negociando verduras, coisas na praia, “tanta coisa...”, fala rindo. Ainda trabalhou como ajudante de pedreiro até os 14 anos mais ou menos.

Luís também deixou de estudar para “ganhar o seu”. Engraxava sapatos, vendia picolé, teve um carrinho de pipoca e, depois, começou “a trabalhar como cidadão”: aprendeu a profissão de pedreiro e “trabalhou em muitas firmas com carteira assinada”, “classificado como pedreiro”. Sofreu um acidente no trabalho, mas a aposentadoria por invalidez, no valor de um salário mínimo, “o seu quase nada”, somente veio a ter direito depois que perdeu a visão. Luís tem oito filhos; seis residem com ele e sua esposa que não trabalha para cuidar das crianças ainda pequenas. Com a sua aposentadoria, sustenta a família: paga aluguel, água, luz, gás, vestuário, material escolar, medicamentos, supermercado; “com esse dinheiro que eu ganho não dá para nada!”.

Lua tem uma condição material diferenciada de Mário e Luís. Assim como Mário, Lua teve “asma alérgica” na infância, mas, ao contrário deste, estudou e chegou a concluir o curso pedagógico, “é professora primária”. Com sua irmã, “abriu uma escolinha primária – Menino Deus”, em Recife, onde morava com a família. Lua casou-se e teve dois filhos. Seu marido “trabalhava por conta própria, ele é *chef* de cozinha mas agora está aposentado”. O primogênito teve um “problema na hora do parto e ficou deficiente”. Foi a partir deste momento que Lua deixou de trabalhar para cuidar do seu filho que faleceu aos nove anos. Lua conta que teve câncer de mama... porém, “a perda da visão, [lhe] assustou mais do que o câncer”.

As inserções sociais diferenciadas de Mário, Lua e Luís tiveram implicações também variadas na forma como estes vêm tecendo suas experiências na condição de pessoa cega. Ora suas experiências se assemelham, ora se diferenciam, evidenciando o que chama atenção (AMIRALIAN, 1997, p. 67) que, no caso de cegueira adquirida, são muitas variáveis a influir no processo de perda da visão, ocorrendo, por “diversas condições, por várias formas e em diferentes idades”.

Mário tornou-se cego aos 15 anos, por acidente. Um filete de madeira perfurou-lhe o olho esquerdo e, três meses após o acidente, também veio a “perder o olho direito”:

Quando eu me acidentei, fui, de pronto procurar um médico. Fui ao Hospital João Alves [serviço de emergência do Hospital Governador João Alves Filho, da rede pública estadual de saúde]. No primeiro atendimento foi dito que eu não teria nenhum problema e não teria maiores problemas com a visão. Só que, na mesma semana, eu perdi minha visão do esquerdo, eu perdi o olho que sofreu o trauma, na mesma semana! Com quinze dias, quando voltei para a consulta de retorno, fui transferido para outro oftalmologista e este queria extrair o olho que havia ocorrido o trauma, já que eu tinha baixa possibilidade de recuperação da visão esquerda. Eu cheguei até a assinar os papéis autorizando a cirurgia. Mas eu voltei para casa e, em casa, meu pai discordou da ideia, tendo, em vista, que tudo estava ocorrendo sem nenhum exame. Eu não voltei para a cirurgia. Com três meses, depois do acidente, passei a sofrer a perda gradativa, agora, do olho direito. Retornei aos médicos, eles examinaram. No período de realização dos exames, a perda da visão acelerava a cada dia e em seis meses, aproximadamente, eu não via mais nada pelo olho direito... isso ainda em tratamento, em tratamento [com a voz mais baixa]. Eu cheguei a viajar para Belo Horizonte, na esperança de fazer o transplante de córnea nos dois olhos, quando foi detectado, além da infecção, o descolamento da retina. Tudo isso estragou o fundo do olho, na linguagem deles; na linguagem técnica que eu não sei. Mas, basicamente foi assim: o transplante ficou inviável devido ao descolamento da retina e da infecção profunda dos olhos, tanto esquerdo como o direito.

Luís ficou cego aos 50 anos, por glaucoma. Ele vinha apresentando fortes dores de cabeça e não foi buscar tratamento ao se iniciarem os sintomas. No momento em que perdeu a visão foi conduzido pelos vizinhos para a unidade de saúde do seu bairro e o médico lhe dera

encaminhamento para um oftalmologista. Seus vizinhos o levaram para uma das clínicas da rede privada:

[...] Quando me deu aquela dor de cabeça e eu comecei a ter febre, uma febre bem forte, eu gritei e meus vizinhos me socorreram. Eles foram ao Posto, pediram ambulância e, quando o médico, clínico geral, me atendeu, confirmou que eu estava perdendo a visão. Aí o médico disse para me levar, com urgência, para um atendimento oftalmológico e fez um encaminhamento. Foi quando meus vizinhos me levaram para uma clínica particular. Mas, quando cheguei a esta clínica, disseram que eu não podia ser atendido porque eu não tinha plano de saúde e nem a clínica atendia pelo SUS. Resultado, a clínica me deu outro encaminhamento, e meus vizinhos me levaram para o Hospital João Alves Filho. Foi quando eu topei com um boa doutora que, hoje, esta doutora é como uma mãe minha, como uma segunda mãe minha.

Lua, assim como Mário, tornou-se cega por acidente – uma queda no meio da sala da sua casa, o fio enganchou no chinelo e ela caiu. Ao cair, Lua “machucou” a costela e, mesmo não tendo apresentado fratura, foi necessário permanecer em repouso durante quase três meses. Quando recebeu alta do repouso e pode levantar, Lua sentiu que “havia algo errado com a sua visão... essa retina [aponta para o olho] foi descolada.... Eu fiz a cirurgia, mas não tive bom resultado; a retina descolou e eu fiquei somente com uma visão. Um ano depois, eles disseram que eu também ia perder a outra.

Com a confirmação diagnóstica de perda da visão, Mário, Lua e Luís atravessam a “linha demarcatória” e chegam à sua outra condição de vida.

Quando eu perdi a visão, no primeiro momento, teve o isolamento, eu me isolei em casa, me isolei em casa de 15 até meus 20 anos, vinte e poucos anos. Eu não tinha nenhuma perspectiva, nada, nada...

Com a perda quase que súbita da visão, eu continuava adolescente só que adolescente fragilizado, mutilado, um adolescente que nem tinha fantasias, nem visão de futuro: um adolescente que vivia cada dia, cada dia, sem pensar, sem se preocupar, talvez seja palavra mais adequada: um futuro vazio das ilusões da idade, vivia a cada dia, apenas isso, apenas isso...

Eu tinha um problema, acredito que em decorrência do acidente, eu tinha irritação com o impacto da luz solar e também elétrica. Isto me levava a viver sempre curvado, cabeça baixa... então eu vivia neste estado, curvado, deitado, no quarto; às vezes na sala, normalmente no quarto.

Não saía para nada, ficava em casa mesmo. Eu acredito até que, neste período, eu tive um princípio de depressão, porém nunca me lamentei, nunca me questionei por quê? Nunca pensei em tirar a vida, não, apenas ficava quieto no meu lugar, no meu lugar, só isso, sem perspectiva no futuro, sem nenhuma esperança, eu não tinha mesmo, só isso, quieto. (Mário)

Eu cheguei até ao ponto, que eu lembro, de querer tirar a própria vida, quando eu perdi a visão; eu tentei fazer tudo isso... [silêncio]. (Luís)

[Então] no início, logo quando eu perdi, quando eu cheguei em Aracaju – eu morava em Recife – eu estava muito pra baixo, sabe [com tom de voz mais baixo] fiquei um ano na casa da minha irmã até meu esposo arranjar uma localização para ele, casa e



tudo. Na casa da minha irmã, eu não só sofri como fiz eles também sofrerem, porque eu não estava aceitando. Fiquei trancada, não queria ver ninguém, não falava com ninguém, só recebia meu filho e meu marido; os outros eu não queria nem falar nem dizer nada, não ia para a mesa, as refeições traziam no quarto, [baixa cada vez mais o tom da voz] era assim!

A perda da visão me assustou mais do que o câncer. Não pelo fato de morrer, mas pelo fato assim deixar de ver as coisas, de como mudar de vida, começar...

Não foi uma coisa assim que eu fiquei porque tinha que ficar, não vejo desse jeito, eu vejo assim como aconteceu, infelizmente, foi um acidente; levei uma queda e a queda provou isso. (Lua)

O momento da cegueira, também representou para Mário, Lua e Luís, a ruptura com a rede à qual pertenceram ao longo de suas vidas.

Depois da minha deficiência, os amigos que eu tinha, entre aspas, sumiram, desapareceram. Eu passei a conviver apenas com meus pais e minhas duas irmãs. Alguns passam e não falam comigo, nem parece que me conheceram. Infelizmente algum ser humano tem este tipo de comportamento, não é? (Mário)

Minha família me abandonou quando minha mãe morreu. Eu tenho sete irmãos. Eles nunca ligaram para mim, são “tirados a rico”. Eu digo: eu me dou melhor com o povo estranho do que com minha própria família, é... Eu, hoje, só tenho Deus e os amigos por mim! (Luís)

Ao contrário de Mário e Luís, foi Lua que rompeu com sua rede de relações ao vir para Aracaju: “deixei meus amigos do prédio onde morava e da igreja que participava...”

Mário, Lua e Luís, recusando-se em continuar atados na alta torre, tomaram uma decisão: jogaram a lançadeira em movimento contrário, desmancharam o tecido da solidão e da dor e, com novas linhas, passaram a fabricar outra tessitura em suas vidas.

Embora Mário tivesse retornado à vida social somente “dez anos depois de isolamento quase que total”, aos 17 anos, Mário decidiu “se expor” e “converteu-se à fé protestante”:

Eu não aderi à fé evangélica na esperança de resolver meu problema da deficiência, não! Eu passei a fazer parte da fé evangélica, assim, sem interesse, digamos, sem interesse; porque quero resolver esse problema, eu quero receber um milagre. Não, foi por opção, opção. (Mário)

Lua, que “perdeu a visão” de um dos olhos quando ainda morava em Recife, quando recebeu o diagnóstico de que “ia perder a outra”, veio para Aracaju:

Eu acho assim que o fato de ter acontecido aquilo então eu também não vou perder a minha vida por causa disso, entendeu.

A esperança...agora é viver e pronto! (Lua)

Luís, reconheceu que “muitos estavam em situação igual à sua”, a exemplo de seus três irmãos. Assumiu Luís que ainda “era novo” e optou por continuar saboreando tudo deste mundo”.

Depois eu botei minha mente no lugar, eu disse, eu vou me acostumar, porque não é só eu, tem muitos por aí, eu estou novo, eu preciso mais é de viver, se eu fizer uma presepada dessa, que é que eu vou fazer? Vou fazer uma besteira e não vou vê nada do mundo mais, saborear nada desse mundo; e hoje, eu vivo minha vida tranquilo, é... (Luís)

Após o momento da cegueira e ao decidir dar continuidade às suas vidas, Mário, Lua e Luís, apoiaram-se em suas famílias, criaram novos laços, que se tornaram referências para suas ações, para o processo de ressocialização, para a composição de novos valores, sentimentos, percepções e propiciaram o atendimento de suas necessidades. De acordo com Amiralian (1997), a família, a escola, igreja, grupos de trabalho, instituições e seus profissionais e o Estado constituem os sistemas socioculturais que estabelecem representações sobre a cegueira e exercem influência na definição do lugar a ser ocupado pela pessoa cega na vida social.

Mário e Lua contaram com o apoio de suas famílias.

A proteção familiar ela se torna ruim quando esta proteção impede que a pessoa com deficiência visual desenvolva seu lado social, a sua vida. A liberdade social da pessoa com deficiência continua, é claro. E quando a proteção da família tolhe essa liberdade, aí se torna ruim.

É natural a superproteção da família mas, com o tempo, é preciso administrar melhor a situação.

A proteção social é boa quando tem doses saudáveis. Quando a família não lhe rejeita porque você é deficiente. Essa proteção eu chamaria de emocional. É boa, é saudável neste ponto: quando dá à pessoa a sensação de que ainda é parte da família, apesar da sua deficiência.

Graças a Deus, até hoje, não me senti excluído da minha família. (Mário)

Eu acho que a família é muito importante. Se não for com a ajuda da família é muito difícil conseguir superar, muito, muito mesmo. Eu acho que se eu não tivesse o apoio que eu tenho, da minha família, eu teria me entregado ao pior [pequeno silêncio].

Minha família me apoiou muito. E este apoio, das minhas irmãs, a daqui e de Recife, do meu marido, meu filho, principalmente, foi muito importante para eu ver que a vida continuava e que não era um ‘bicho de sete cabeças’. (Lua)

Luís, com o apoio da Dra Nara Maynard, “sua primeira doutora de vista”:

Foi ela que me atendeu no momento em que eu ceguei. Foi com ela que eu fiz a perícia para receber minha aposentadoria. Ela preencheu o laudo, carimbou, assinou e me levou de carro até o INSS. Hoje esta doutora é como uma mãe minha, como uma segunda mãe, porque ela fez tudo comigo, tudo o que pôde... (Luís)

“[...]E, como se ouvisse a chegada do sol, escolheram uma linha clara e foram passando-a devagar entre os fios, delicado traço de luz, que a manhã repetiu na linha do horizonte” (COLASANTI, 2004).

### 3.2 INICIAÇÃO: O CAMINHO DAS PROVAS

A lei é clara, só tem direito ao benefício quem é incapaz de prover seu próprio alimento, então, está lá dizendo, o deficiente é inválido para o mercado de trabalho [silêncio] é uma contradição. Contradição, ao mesmo tempo em que o benefício é concedido, apenas, a quem não tem capacidade de prover seu alimento, este mesmo governo diz que devemos promover a inclusão e ter inclusão é abrangente, não é verdade? Não é só escola, é o mercado de trabalho também [silêncio].

Se o deficiente visual é dependente apenas do benefício do governo e além disso, este deficiente contribui para o orçamento familiar, ele não tem a menor condição de fazer curso, normalmente o custo dos cursos é de R\$ 100 reais para a cima. Meu rendimento investe na família, paga a alimentação, vestuário... (Mário)

É o meu “quase nada” mesmo, minha irmã. É um “quase nada” porque, quando eu recebo eu tiro uma parte para a farmácia, uma parte para o aluguel, outra parte para água, para luz e acabou. Às vezes, não dá nem para encher o botijão de gás... Eu vou juntando o que eu ganho aqui, [mostrando o semáforo], juntando num cantinho que é para quando o bujão secar eu já ter o dinheiro para eu comprar... para eu não estar sofrendo dentro de casa! Casa que tem menino... [Um longo silêncio] (Luís)

O meu maior desafio foi fazer a aula de mobilidade. Para mim a parte pior da perda da visão foi o uso da bengala, sabe? Hoje, não, mas, no início foi, porque eu não aceitava, tinha vergonha da bengala. O pior de tudo era isso, eu tinha vergonha e não aceitava a bengala. Um orgulho besta, que, no momento a gente não leva em consideração que é besta, acha que é grande coisa! Eu acho que a vaidade pesou mais aí, sabe? (Lua)

A decisão de tomar em suas mãos, as tessituras de suas vidas, após o momento da cegueira, iniciou Mário, Lua e Luís numa sequência de desafios e oportunidades para “fazer-se” como pessoas cegas.

Iniciação é o processo de socialização de Mário, Lua e Luís na condição de cegueira em Aracaju. Trata das ações – respostas e sentimentos – que imprimiram para atender suas necessidades essenciais de vida. Os direitos sociais, garantidos constitucionalmente, o aparato jurídico que assegura igualdade de oportunidade para pessoas com deficiência e a rede de pertencimento são mediações fundamentais na reorganização de suas vidas. Neste percurso, novos saberes foram alcançados, outros sentidos foram aguçados, valores foram reaprendidos, interesses recolocados, relações sociais fortalecidas e limites superados, a cada dia.

#### 3.2.1 Sobrevivência

Quando Mário, Lua e Luís tornaram-se cegos, em 1993, 2000 e 2000, respectivamente, estava estabelecido, na sociedade brasileira, através da Constituição, o valor mensal de um salário mínimo de benefício, como o padrão mínimo de civilidade para pessoas com

deficiência – e idosos. Também tinha sido definido, no âmbito da previdência social, um salário mínimo para os benefícios contributivos.

Para Mário e Lua a renda mensal de um salário mínimo foi assegurada pelo BPC e, para Luís, pela aposentadoria por invalidez. Foram estes benefícios – assistencial e previdenciário – que delinearão o modo de vida e a maneira que cada um passou a atender às suas necessidades, relacionadas à sobrevivência, a partir do momento da cegueira.

Mário teve acesso ao BPC três anos depois de estar vivendo na condição de cegueira. O salário mínimo liberado pelo governo trouxe “um certo conforto” para sua sobrevivência e a de sua família e é o que permite hoje que não lhes falte o básico:

Em 94, 95, 96... meu pai ouviu, através da imprensa, sobre um benefício do governo federal. Ele procurou se informar e fomos até o INSS. Lá fui encaminhado para um médico do SUS, que forneceu o laudo, o atestado desta deficiência, e retornei ao INSS. No INSS fui submetido à perícia e, desta perícia também fui encaminhado para a Assistente Social do INSS. Meu benefício foi aprovado e, no mês de novembro, passei a receber este benefício, em 96. De lá para cá venho fazendo, periodicamente, as revisões, inclusive talvez no mês de março, abril eu faça outra revisão. E, assim foi. Nós tomamos conhecimento do benefício através da imprensa, do programa de rádio, procuramos estes locais e eu adquiri!

E damos graças a Deus pelo salário mínimo, se é difícil com ele, imagine sem; seria bem mais difícil, bem mais difícil... Eu e minha família passamos muitas dificuldades, muitas dificuldades... Quando tinha só o rendimento do meu pai, que também é aposentado com o mínimo, o salário mínimo por invalidez, com desconto de 30% – ele paga pensão – minha mãe não tem rendimento, minhas irmãs não trabalhavam, não, eram todas menores, aí não tinha... Passamos dificuldades... (Mário)

Lua, tal como Mário, foi usuária do BPC, benefício que teve acesso logo depois que se tornou cega. Contudo, seu benefício foi cancelado assim que seu esposo, contribuinte da previdência social como autônomo, aposentou-se e a renda *per capita* familiar ultrapassou a condicionalidade exigida pelo BPC: a renda *per capita* de até  $\frac{1}{4}$  de salário mínimo mensal.

Ao contrário de Mário, Lua não tinha o BPC para sua sobrevivência, tinha o benefício como forma de continuar sendo independente economicamente. Agora, Lua aguarda a idade de 65 anos para ter acesso a este benefício, na condição de idoso, cuja única condicionalidade é a idade. No momento, seu sustento financeiro é garantido por esposo e seu filho.

Luís tinha conhecimento do direito ao BPC para pessoas com deficiência na condição de cegueira, mas buscou aposentar-se por outro caminho. Embora reconhecesse que o BPC dá segurança de renda, “até enquanto vida tiver,” não foi com este benefício que organizou sua vida após a cegueira. Tendo “carteira profissional assinada”, Luís “lutou, na Justiça”, pelo

direito à aposentadoria por invalidez, direito adquirido quando exercia a função de pedreiro e que lhe deu a “condição de cidadão”:

Quando eu cheguei na previdência social, eu já estava cego e apresentei minha carteira, a minha documentação. Eles não quiseram aceitar. Queriam me aposentar, mas sem a carteira profissional. Eu disse por quê? O funcionário me disse porque para pessoas com deficiência era a aposentadoria dada pelo governo. Eu não quis aceitar, eu disse não aceito. Não aceito porque consta na minha carteira profissional os anos em que eu contribuí trabalhando nas firmas como pedreiro e eu não quero esta aposentadoria dada pelo governo porque assim eu não tenho direito ao décimo’. Foi então que o funcionário me disse, “se o senhor quiser o amparo social, do governo, que é um direito da aposentadoria para o deficiente, o senhor pode ter o direito, mas se não quiser, não tem outro tipo de aposentadoria, não, para o senhor”. Foi quando eu disse, “vou procurar a Justiça!

Eu contei para o Promotor tudo o que aconteceu, mostrei os documentos e ele me deu um encaminhamento para eu levar à Previdência, juntei com o relatório da médica, fiz a perícia e aí comecei a receber a minha aposentadoria por invalidez. Eu tenho o décimo, todo ano, eu tenho o décimo, porque eu contribuí! (Luís).

Com a renda de um salário mínimo, da aposentadoria por invalidez, Luís mantém sua família mais numerosa do que a de Mário. Como a renda é insuficiente para sua sobrevivência, da sua esposa e oito filhos, Luís complementa esta renda pedindo dinheiro nos semáforos.

Eu comecei a pedir no semáforo quando eu perdi a visão. Eu peço nos semáforos, para os motoristas, por causa da precisão. Hoje eu tenho uma aposentadoria de um salário mínimo, não nego para ninguém! Eu digo e muita gente sabe que um salário mínimo para dez pessoas, para pagar aluguel, água, luz, não dá para nada, vai embora! (Luís)

Para Mário, foi justamente para evitar a situação vivida por Luís, a principal motivação do governo em conceder um benefício para pessoas com deficiência: “para não ter aquela questão da humilhação, pessoas com deficiência visual esmolando, foi para respeitar a dignidade da pessoa, daí a concessão desse benefício”. Ele entende que, a liberação, por parte do governo, de um salário mínimo, para o deficiente visual, atende, basicamente, a um critério: “a manutenção nesta questão alimentar”.

Alimentação básica, vestuário, fazendo esforço, sacrifício, transporte, remédio. A questão do lazer, por exemplo, se for ao cinema, desejar viajar no final de semana, fazer uma excursão com a família, não dá. E o telefone, se a pessoa tiver apenas um salário mínimo duvido muito que ele possa ter um telefone, sobretudo fixo, uma assinatura é quase 50 reais, só nisso. Você recebe 300 tira 50 fica 250 fora as ligações, não dá, é complicado, não é?

Despesas com transporte, saúde, vestuário, essas necessidades, não são supérfluas, são básicas!

O salário mínimo é insuficiente, a pessoa sobrevive. Claro, é melhor que nada, eu não acho ruim esta situação do governo.

Mas é muito insuficiente, é pouco para você ter as necessidades básicas atendidas.

Lá em casa? Quinhentos reais, mais ou menos. Mordomias nós não temos. Eu diria que temos o básico, mesmo com os R\$ 500,00 reais, mesmo com R\$ 500,00 reais. [vai diminuindo a voz]. Alimentação, graças a Deus, não falta, o básico nós temos... Quinhentos reais é o nosso rendimento, não dá, é pouco, mas é bom, dá para sobreviver... [um longo silêncio] (Mario)

Ao contrário de Lua, que tem o seu sustento garantido pela família, Mário e Luís, com a renda do benefício, são provedores de suas famílias que, mesmo antes da cegueira, já viviam em condição de privação material. Além de destinar suas rendas para a manutenção de suas famílias, Luís e Mário as empregam no atendimento às outras necessidades.

### 3.2.2 Saúde

O primeiro contato que Mário e Luís tiveram com o serviço público de oftalmologia, em Aracaju, foi durante o processo de perda da capacidade visual.

Conforme já narrado por Mário e Luís, o atendimento acessível para ambos, foi o do serviço de emergência do Hospital João Alves Filho da rede pública estadual de saúde.

Lua residia em Recife e, tendo melhor condição financeira que Mário e Luís, fez a cirurgia para o descolamento de retina através do sistema público de saúde. Todavia, o tratamento era “particular”: “é que a aplicação a *laiser* pelo SUS demora... como eu não podia esperar, tive que fazer particular...”. Silêncio. (Lua)

Mário e Lua, embora hoje não apresentem sintomas decorrentes da cegueira, quando necessitam de consulta oftalmológica, pagam com dinheiro que reservam para este fim ou com a ajuda de familiares. Luís, ao contrário, cuja cegueira foi adquirida por doença e que os sintomas – fortes dores – ainda permanecem, somado ao desafio de manter a subsistência de sua família, após o momento da cegueira, iniciou um longo trajeto junto às unidades básicas de saúde, clínicas oftalmológicas da rede privada de Aracaju, para manter seu tratamento.

Eu caminhei e caminho, eu não meço esforço, não, para ir ao médico, ele pode ser aonde for. Se servir para mim, eu vou atrás. Desde quando venha o endereço para minha mão, eu vou, eu vou [baixando a voz]. (Luís)

Poucas são as unidades públicas de atendimento oftalmológico em Aracaju. Em 2006<sup>43</sup>, quando realizei o mapeamento da rede de proteção pública para pessoas com deficiência desta cidade, obtive a informação de que, naquele período, estavam lotados em diferentes unidades de saúde na rede pública municipal e estadual, 15 oftalmologistas para atender à demanda do Estado de Sergipe. A alternativa existente são as consultas a preços

<sup>43</sup> Fonte: Secretaria Municipal de Saúde/NUCCAR/Serviço de Reabilitação Físico-Motor. Entrevista realizada em 2006.

populares, pagas em valor inferior ao do mercado, alternativas estas a que recorrem Mário e Lua.

Luís, ao contrário dos outros dois, tem acesso ao seu tratamento oftalmológico através de encaminhamentos e indicações da rede de relacionamento que constrói no espaço da rua.

Hoje eu tenho diversos médicos de vista. Eu já passei por todos os médicos de vista daqui de Aracaju. Aqui mesmo neste corredor [apontando para a avenida à frente de onde estávamos] tem cinco médicos de vista e eu já passei por todos eles [cita os nomes dos médicos]. Também tenho um, que me atende no posto médico do Conjunto Augusto Franco. Eu posso chegar a qualquer hora e não preciso marcar ficha; tem a doutora do CAP e tem um médico aqui, neste Centro Médico, [aponta para o prédio alto à nossa frente]. Este é um médico que também não faz “cara feia” para me atender. É só eu chegar e dizer que quero ser atendido, a secretária pega a minha ficha e ele me consulta imediatamente! E mais, este médico só trabalha com dinheiro, mas comigo, a hora que eu chegar, qualquer hora, eu mostro o cartão dele, que ele me deu e eu sou atendido... É bom por causa disso! (Luís)

Se Luís obtém as consultas pelo contato amigável tecido na rua, o mesmo não ocorre em relação às medicações:

A senhora me vê assim, deficiente visual, mas eu estou à base da medicação, eu uso colírios porque é obrigatório! Eu precisei de uma medicação e fui pegar no posto médico e eu tive que brigar para eles me darem o remédio... [silêncio].

O posto médico está cheio de remédio para pressão, remédio para verme, não é todo mundo que está com verme... porque não coloca um remédio adequado para dar? Por que tem isso? Isso não precisava existir, é para gente comprar! Esse remédio caro, o que eu preciso, não existe, eu não sei por quê!

Eu compro meus remédios na farmácia, é uma farmácia que colocaram para os aposentados, para os beneficiários comprarem medicação. Eu já estou acostumado, pego um e pago um, pago um, pego outro, direto, todo mês eu faço isso! Eu compro para pagar por mês, pego um e pago aquele que estou devendo, aí pego um, e aí vai...

Eu pago a conta da farmácia com minha aposentadoria. Eu uso três qualidades de colírios, tem que comprar os três. [Os três ficam em quanto?] Ficam em R\$ 138,70 reais, quando aumenta o preço, aí pronto, aí é que fica salgado mesmo para comprar!

Agora, por exemplo, com o problema da vesícula, os comprimidos que eu comprei ficaram em R\$ 28,70 reais, a caixa. Agora tem mais esse para entrar na conta também [abaixando a voz].

Quando eu vejo que a conta da farmácia está muito alta, eu faço um acordo para eu dar a metade. Porque se eu for pagar tudo me prejudica dentro de casa [silêncio]. (Luís).

### 3.2.3 “Um conceito limitador”

Mário, ao contrário de Luís, esporadicamente acessa aos serviços de saúde. Todavia, quando o solicita, distingue, nas instituições de saúde, a presença de “um conceito limitador” por parte dos profissionais, em relação à capacidade da pessoa com deficiência visual.

Para você ter uma ideia, eu, por duas vezes, fui ao médico: uma com minha mãe, outra com minha irmã. O fato é o mesmo, se repetiu na verdade. A doutora, em vez de dirigir a palavra a mim, dirigiu a minha irmã, perguntando o que eu tinha e eu ao lado da minha irmã: o que é que ele tem? Como minha irmã precisou sair para resolver um problema com a ficha de atendimento, eu comecei a conversar com a doutora, a explicar a razão da minha presença ali, o que é que eu pretendia, quais os exames que eu queria realizar. Quando eu comecei a conversar com ela, ela se transformou, o tratamento mudou completamente. Ou seja, eu tive a impressão que, num primeiro momento, a imagem, a ideia que ela tinha a meu respeito, talvez, acho que era de ser até incapaz de explicar o que eu pretendia ali, eu acho que é um exemplo de como algumas pessoas ainda veem o deficiente visual.

Meu Deus! Da mesma forma, aconteceu comigo e minha mãe: perguntou para a minha mãe o que é que eu tinha? Aí minha mãe disse: ele sabe dizer! [risos] Minha mãe é direta, minha mãe é muito direta! [rindo, risos]

Eu vivenciei estas duas situações, fui tratado dessa forma, perguntar ao meu auxiliar o que eu preciso. (Mário)

Embora Mário reconheça que hoje, mais amplamente, há, na sociedade, maior respeito em relação à pessoa com deficiência visual, identifica, não somente nas instituições de saúde, mas também em relação ao critério de acesso ao BPC e ao trabalho, a falta de confiança na capacidade da pessoa com deficiência visual, a crença, ainda na incapacidade.

Neste aspecto repete que “perdura o preconceito, que é o estabelecimento de um conceito limitador, você pode isso, você não pode aquilo. Em alguns momentos, é a própria sociedade que estabelece o que a pessoa deficiente deve fazer; ela julga, antecipadamente, o sucesso, a possibilidade de sucesso e de fracasso do deficiente”

O preconceito da sociedade, hoje, não está relacionado com a deficiência, não!

A sociedade, hoje, voltando à história da nossa sociedade, o que acontece é que ela ainda, ela ainda não acredita muito, no potencial existente do deficiente visual, grande parte não acredita, grande parte não, no potencial do deficiente visual ingressar no mercado de trabalho.

O preconceito que existe hoje é no aspecto profissional. Ah, você não pode fazer isso, ah ele não vai conseguir fazer isso, isso é muito difícil para ele, mais fácil seria essa outra tarefa, ele teria mais sucesso neste outro campo; ou seja, a própria sociedade em alguns momentos, estabelece o que a pessoa deficiente tem que fazer, ela julga antecipadamente o sucesso, a possibilidade de sucesso e de fracasso do deficiente. Nesse aspecto perdura o preconceito, que é o estabelecimento de um conceito limitador: não, você pode isso, você não pode aquilo. (Mário).

De acordo com Neri (2003), a existência do preconceito em relação à capacidade contributiva das pessoas com deficiência é um dado que ainda persiste na sociedade, sobretudo, em contexto competitivo, sob a regência da polivalência que orienta grande parte das empresas. Para este autor, o preconceito está relacionado ao “desconhecimento acerca das reais possibilidades e limitações da pessoa com deficiência” em participar do processo produtivo (NERI, 2003, p. 152). Conforme a literatura sobre o tema, o preconceito somado à



baixa escolarização e qualificação profissional é a causa, para a maioria das pessoas cegas, sobretudo para as usuárias do BPC, do acesso precário ao mercado de trabalho, com remuneração equivalente ao benefício (PASTORE, 2000; NERI, 2003)

Em entrevista que realizei com a Dra. Wilma Amorim, da Procuradoria Regional do Trabalho, ela afirma ser, o preconceito a principal razão da precária inserção das pessoas cegas no mercado de trabalho em Aracaju, o que não ocorre com as demais deficiências.

Naquela cidade cada um sonhava o segredo. O menino sem nome conheceu o garoto sem pernas. Ele não tinha pernas e, mesmo assim, não precisava de ninguém para ir embora. Eles tentaram. O garoto sem pernas mostrou o mundo como conhecia. O que não tinha nome, embarcou. Como quem nunca mais quer voltar. Por um tempo eles olharam para a mesma direção. Ele nunca lhe deu um nome. Ele nunca lhe trouxe as pernas. O que pra um era sina, para o outro era o mistério (CANEPPELE, 2009, p. 9)

### 3.2.4 O trabalho

O trabalho, nas histórias de vida de Mário e Luís, é uma necessidade essencial, resguardando as especificidades de suas experiências. Para eles, “fazer-se” pelo trabalho é uma forma “digna” de unir-se à sociedade. Ainda que, na sua conformação alienada, o trabalho, conforme destacou Yazbek, representa uma forma de obter maior rendimento, de modo atender às necessidades relacionadas à sobrevivência, ter alguns bens e tranquilidade, ascender socialmente e ter dignidade pessoal (YAZBEK, 2003, p. 97).

Mário e Luís haviam trabalhado desde a infância, logo cedo responsabilizaram-se pela suas sobrevivências e a de suas famílias e por este motivo, deixaram de estudar. Lua, ao contrário, concluiu o curso pedagógico e, somente depois, é que exerceu as atividades de professora na sua própria escola: “quando terminei o pedagógico, aí eu abri uma escolinha primária com a minha irmã, lá em Recife. O nome da escolinha era Menino Deus, linda a escolinha! Fui professora, além de diretora e eu ensinava de manhã e, à tarde, eu era diretora, minha irmã de manhã era diretora e de tarde ela pegava outra turma” (Lua).

Mário esteve no mercado de trabalho dos 10 aos 14 anos e, depois do acidente que lhe causou a cegueira, “luta” pelo trabalho, “para não depender até último fôlego do governo. Na experiência de Mário, já cego, a inserção no mercado de trabalho se apresenta como possibilidade de obter autonomia na provisão das suas necessidades e adquirir, com seus próprios esforços, melhores condições de vida. Sob a insegurança de “trocar o certo pelo duvidoso”, Mário, na condição de usuário do BPC, percorre o caminho do estudo e da qualificação profissional, para realizar seu projeto.

Depois que eu perdi a visão, eu não trabalhei mais. Mas pretendo, só que em razão da escolaridade, né, aí é problema, enquanto não tiver esta qualificação técnica, profissional, o acesso ao mercado de trabalho torna-se difícil! Por isso que eu estou estudando. (Mário).

Luís, ficou cego já adulto, trabalhou na informalidade até aos 18 anos, quando aprendeu a profissão de pedreiro e integrou-se no mercado formal de trabalho, com carteira assinada e adquiriu direitos trabalhistas. Durante o tempo em que trabalhou, Luís viveu momentos de desemprego, dado às oscilações da economia brasileira, com o falência do “milagre brasileiro”. Após o acidente de trabalho, ocorrido em 1982, seu braço direito ficou imobilizado o que o deixou sob proteção da política de previdência social e Luís não conseguiu mais retornar, regularmente, à sua profissão:

Ah, se eu pudesse... Se eu pudesse estava aqui, estava com a minha “colher”, fazendo isso [faz o movimento quando trabalhava de pedreiro], porque eu trabalhei muito assim nesses prédios! Ah, eu adorava subir lá em cima, adorava a época em que era são, com a minha “colher”, minha ferramenta, eu adorava, fazer [baixando a voz] adorava... Mas hoje eu não posso fazer mais! [silêncio] (Luís).

Luís não pôde mais exercer a profissão de pedreiro. A aposentadoria, por invalidez; partiu vínculo com o mercado de trabalho, encerrando a possibilidade do exercício da função que o “tornara cidadão”.

Na condição de cegueira, Luís não chegou a participar de programas de reabilitação que pudessem levá-lo a identificar outra atividade produtiva. Frequentou por pouco tempo, o CAP que, em Aracaju, capacita para inserção no mercado de trabalho. Também não participa da associação que promove curso de informática e mantém contato com as empresas, para o encaminhamento de pessoas com deficiência visual ao mercado de trabalho. Aposentado por invalidez e na condição de cegueira, Luís não imagina outras formas de atividades produtivas e garante a sua sobrevivência com a “condição de inativo” e a mendicância, para completar a sua renda.

Para Lua o tempo em que trabalhou como professora e teve sua própria escola é um tempo bom para lembrar. Não se sente atualizada para voltar a ensinar. Até pensou em ensinar *Braille* mas, até então, não havia surgido a oportunidade.

Todavia, é Mário quem, com sua narrativa, demonstra o “longo e pedregoso” caminho que segue para se inserir no mercado de trabalho. Além do preconceito, ele identifica o desemprego como mais um obstáculo a ser transposto.

Você vê, nós vivemos num país onde o desemprego é grande, em contrapartida, recentemente, o Jornal Nacional divulgou, em São Paulo, por exemplo, um monte de pessoas desempregadas, só que também havia um monte de postos de trabalhos

esperando pessoas para preencherem. O que faltava? Pessoas qualificadas para os postos. A qualificação vem por onde? Da educação, da promoção de cursos preparatórios, por isso que eu digo a você, a educação é a base, tanto para quem tem a visão perfeita, como para quem não a tem, para quem não a tem [baixando a voz] (Mário)

Ante a ameaça do desemprego, o nível de escolaridade e qualificação profissional, competência técnica e desenvolvimento de novas habilidades (polivalência) têm sido, como ressalta a literatura corrente, os requisitos exigidos pelo capital aos milhões de brasileiros desempregados – tanto para quem tem a visão perfeita, como para quem não a tem – escamoteando “a face excludente dos avanços das forças produtivas, no final do século XX” (LANCILLOTTI, 2003, p. 77).

Na sua história de vida, Mário assume para si, com seus próprios esforços, a busca de uma vaga, uma vez qualificado, no mercado de trabalho.

É apropriando-se deste conjunto de medidas de proteção ao trabalho para pessoas com deficiência<sup>44</sup>, garantido na Constituição de 1988, que Mário, na cidade de Aracaju, organiza sua experiência, almejando sua inserção na vida social, através do trabalho. Apesar de ter assumido esta responsabilidade para si, Mário entende que os empresários também deveriam investir na qualificação dos possíveis candidatos às vagas originadas pelo sistema de cotas.

O “investimento” em qualificação, por parte dos empresários, não somente lhes permite “colher os frutos,” como também é a possibilidade, na compreensão de Mário, para as pessoas com deficiência ter a porta aberta para o mercado de trabalho.

Para Mário, uma rede de instituições poderia atuar na inserção dos deficientes no mercado de trabalho: empresários, Estado e associação.

Esta é a rede que, para Mário, é capaz de tecer a inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência visual, em Aracaju, e que pode desmontar o “preconceito que existe hoje, no aspecto profissional”. São alternativas que Mário imagina circunscrita ao ciclo do capital contemporâneo.

Se, para Luís, a saúde é o bem maior, para Mário, a educação é o caminho de fazer pessoas cegas ou não, “crescerem e terem grandes conquistas”. Este é o caminho compreendido por ele, que o levará ao mercado de trabalho, caminho este descoberto, após o momento da cegueira, quando passou a frequentar o CAP-DV.

---

<sup>44</sup> Lei 8213/1991 que institui a Política de Cotas, que assegura a inserção das pessoas com deficiência no mercado de trabalho.

Estou estudando, estou investindo em mim [com o BPC?], Sim, investindo em mim para que, no futuro, adquirindo uma qualificação profissional, tendo e conquistando um espaço, no mercado, que me renda um melhor salário, eu pretendo abrir mão do mínimo e trabalhar, né. Agora, se houver um contratempo, aí, recorro ao INSS [rindo] não é brincadeira, não. A vida não é fácil, não, a vida não... [silêncio] (Mário).

### 3.2.5 A educação e o CAP-DV

Foi em torno da Política Educacional que, no Brasil, se organizaram as medidas de proteção social para pessoas com deficiência<sup>45</sup>.

Em Aracaju, o CAP-DV tem tido proeminência no processo de socialização das pessoas com deficiência visual e na garantia da equiparação de oportunidades para estas pessoas, quer em relação à educação, quer no trabalho, saúde, cultura, lazer, bem-estar. Ademais, é nesta unidade educacional que pessoas com deficiência têm a oportunidade de aprender o Sistema *Braille* e ter aulas de Orientação e Mobilidade.

Quando se tornaram cegos, Mário, Lua e Luís, em momentos diferenciados e por motivos específicos, ingressaram no CAP-DV.

Se as experiências de Mário e Lua tanto se diferenciam do ponto de vista da sobrevivência material, agora elas se assemelham. É no CAP-DV que ambos “conhecem os recursos que hoje se tem para a pessoa com deficiência visual” (Mário) e enfrentam desafios para se apropriar dos meios e oportunidades que lhes permitiram dar continuidade às suas vidas, realizar projetos, após o momento da cegueira. Contudo, se a experiência de Luís, na manutenção da sua sobrevivência e de sua família é semelhante à de Mário, agora elas se distanciam.

Luís foi para o CAP-DV encaminhado pela Superintendência Municipal de Transportes de Aracaju (SMTT) para aquisição da carteira do Passe Livre. Durante o pouco tempo que permaneceu, não aprendeu *Braille*, apenas participou das aulas de orientação e mobilidade, mas não faz uso da bengala.

Eu já usei bengala, perdi duas novas, uma que roubaram e, outra, que eu deixei no banco da rodoviária.

- [E como o senhor faz?]

- Para eu andar? Sozinho? Quando estou sem acompanhante? Ah, eu circulo devagarzinho por cima das calçadas, toco nas paredes e vou longe.

---

<sup>45</sup> Cf. Jannuzzi (2006); Mazzota (2005); Sousa (1997; 2004); Souza (2005)

- [E como é que o senhor se guia quando não tem a parede para tocar?]

Quando não tem parede para eu tocar, quem passar perto de mim eu peço para me levar e as pessoas me levam: ‘vai para onde? Para tal lugar. Eu vou passar por lá, eu deixo o senhor!’

- [E o senhor atravessa a rua?] Atravesso, eu atravesso, só é ruim para atravessar a avenida Augusto Maynard, porque tem um canteiro no meio da pista, aí é ruim, mas quando não tem o canteiro no meio, eu coloco o ouvido de um lado [faz o gesto], está silencioso, não vem carro eu passo.

- [O senhor se guia pelo ouvido?] É, é... Luís.

Mário, ao se “expor gradativamente”, encontrou uma amiga, em 2004, que tinha assistido a uma palestra sobre deficiência visual e ficou sabendo da existência dessa unidade educacional:

No ano de 2004 uma colega minha estava participando de uma palestra, em uma Universidade, e a palestrante era uma professora daqui do CAP, a professora Irma e estava abordando o tema da deficiência visual. Quando terminou a palestra, minha colega procurou a professora e falou sobre mim. A professora pediu que ela me trouxesse ao CAP. Minha colega falou com minha mãe, falou comigo. Minha mãe se interessou, eu, porém, fiquei ainda indeciso, ‘tudo bem, irei com você’, falei para minha colega. Mário

Lua escolheu vir para Aracaju, após ter ciência de que “perderia a visão, do seu outro olho”. Dois dias depois que estavam instalados na cidade, seu filho foi admitido na Prefeitura Municipal de Aracaju, setor de Patrimônio, e o primeiro serviço que lhe delegaram foi ir ao CAP-DV.

Quando meu filho chegou ao CAP e viu pessoas com deficiência visual, ele nem sabia o que era o CAP, ele pensou, “arranjei um lugar para minha mãe”! Quando ele voltou, à tardinha, voltou todo feliz e disse: ‘mainha arranjei um lugar adequado para a senhora preencher seu tempo’. Eu perguntei, ‘como assim?’ Ele disse ‘o CAP, o Centro de Apoio Pedagógico a Deficiente Visual. Eu não sei até que ponto vai servir para a senhora, mas amanhã painho vai lá com a senhora e leva para senhora conhecer’. Aí, no outro dia eu fui, com meu esposo. Lua

### **3.2.6 O Braille**

A escrita braile tem um ritmo, “um som, ao mesmo tempo surdo e nítido do ponteiro ao perfurar o papel grosso e bater contra a chapa metálica do tabuleiro inferior”. (SARAMAGO, 1995, p. 146).

Em 1819, o oficial do exército francês, Charles Barbier, levou o método de comunicação noturna, por ele mesmo idealizado, para ser utilizado nos campos de batalha,

para o Instituto Nacional dos Jovens Cegos<sup>46</sup>, em Paris, que logo começou a ser utilizado pelos alunos internos. Tratava-se de escrita codificada e expressa por pontos salientes representando os trinta e seis sons básicos da língua francesa.

Em 1829, um estudante daquele Instituto, Louis Braille, fez uma adaptação do código militar de comunicação noturna, criado por Barbier, para as necessidades dos cegos. De início, tal adaptação foi denominada de sonografia e, mais tarde, de *Braille*.

O Sistema *Braille* teve rápida penetração em vários países e se consolidou como o método de escrita e leitura utilizado nas instituições educacionais que se formavam pelo mundo, seguindo a experiência da França<sup>47</sup>. O método *Braille* foi trazido para o Brasil por José Álvares de Azevedo, também aluno do Instituto dos Jovens Cegos de Paris.

Para Sousa (1997, p. 36), o Sistema *Braille* foi a “ponte que transportou as pessoas cegas da condição de marginais e excluídos social e culturalmente para o lento resgate da cidadania, reconhecimento como sujeitos sociais”. Conforme afirma, o *Braille* amplia a visão de mundo da pessoa cega para além da experiência cotidiana; torna as pessoas cegas em “sujeito intelectual, ou seja, leitor e produtor de escrita”; dá-lhes individualidade e contribui para a organização política desta coletividade. O *Braille*, continua, permite aos cegos “tocar uma infinidade de coisas e fenômenos” (SOUSA, 2004, p. 94-95; 132).

O chão estava quente. Era uma destas tardes ensolaradas de verão em Aracaju. Caminhávamos por uma das extensas ruas de Aracaju, que nos levaria do CAP, onde Mário e eu nos encontramos, até a Biblioteca Pública Epifânio Dórea, onde, há poucos dias, havia sido inaugurado o Setor de Braille, o primeiro do Estado.

No caminho, entre buracos e tropeços, dúvidas quanto o sentido do trânsito dado à falta de sinalização, Mário me contava sobre como fazia para estudar, quais recursos, qual apoio obtinha, quais as matérias e assunto de que mais gostava e quais lhe despertavam forte interesse...

- “Tenho muita vontade de estudar, ler, conhecer o pensamento de Karl Marx...”

- Olho-o curiosa e pergunto: Por quê?

- Ah... porque eu gostei da forma como ele explica a sociedade capitalista, num livro que eu li lá na escola.... Eu acho interessante a forma como ele explica o porquê das nossas diferenças sociais!

- Sorrio para Mário com um ar de cumplicidade. Mário sente meu sorriso... Caminhamos por algum tempo em silêncio.

<sup>46</sup> O instituto de Jovens Cegos de Paris foi a primeira instituição de ensino criado na França por Valentin Haüy distanciando-se dos asilos e ermitérios que se espalharam por toda a Europa, principalmente na França, durante a Idade Média.

<sup>47</sup> Em 1878, durante o Congresso Internacional, o sistema Braille foi consagrado como o método universal de ensino para cegos.

Se, para Mário, Karl Marx (1818-1883) “ainda” é desconhecido – não existem livros de Karl Marx traduzidos em *Braille* – é recorrentemente citado na literatura marxista, a passagem em que Marx e Engels (1989) chamam atenção sobre as condições materiais para que os homens possam “fazer história”.

Como um grande enigma apresentado às suas histórias de vida, a escrita braile, para Mário e Lua apresentou-se como mais um desafio a ser transposto nas suas socializações, na condição de cegueira.

Quando eu cheguei ao CAP, ainda chorava muito por causa da perda da visão. Na entrevista, a diretora perguntou se eu tinha interesse em aprender alguma coisa, eu disse que queria aprender o Braille, por causa da leitura. Eu não queria ficar sem ler e como eu não conseguia mais ler a tinta. Aprendi o braile, mas tinha medo de não conseguir. A professora disse “você consegue”! Fui quebrando a barreira, chegando aos pouquinhos, me adaptei e comecei o braile. (Lua)

Quando recebi aquele mar de pontinhos [se referindo ao livro em braile], eu pensei: aí meu Deus, como é que a gente vai aprender isso aqui? E, para surpresa minha, toda aquela imagem, ideia que eu tinha de ser tão difícil, de ser complicado, eu fui percebendo aos poucos que não era tão real aquela ideia, aquela imagem que eu tinha. Claro que não é fácil, porém, durante seis meses, foi durante seis meses, tendo duas aulas por semana que eu aprendi o Braille. (Mário)

Mário e Lua conseguiram. Aquele “mar de pontinhos” é o fio com o qual Mário e Lua tecem suas experiências, começando assim “um modo de vida que não tinham e que – [com a condição de cegueira] – passaram a ter”. Mário e Lua, cada um com sua história de vida, trazendo consigo suas vivências anteriores, seguem por diferentes caminhos.

Para Mário, o ingresso no CAP-DV e o aprendizado do *Braille* foi a chance que, “sendo apoiado por pessoas interessadas”, teve de “atingir um patamar elevado, na área intelectual”....

Eu percebi isto. Embora eu tenha perdido muito tempo, 10 anos que eu abandonei o caminho, há chance de construir minha vida, meu futuro, através da educação, do estudo. (Mário)

Um caminho que, para ele, também é ritmado de desafios:

Você sabe melhor que eu, a Educação, no nosso país, a situação não é das melhores, tem havido conquistas, sim, claro!

Na minha opinião, nosso grande problema em relação à Educação, está na estrutura; tem que haver um investimento maior que abranja a todos, dê oportunidade a todos, e ao deficiente.

Além do problema da estrutura para a educação no nosso país, tem a condição socioeconômica do povo, a renda é baixa, sobretudo a do deficiente. O salário mínimo, é mínimo mesmo, só dá para o básico do básico. Digamos, para ele se preparar, se qualificar e ser dependente do salário mínimo é difícil, cabe a quem de direito proporcionar, oferecer os meios, e é o Estado!

Eu acho que o governo deve, e tem feito, de forma tímida, mas tem feito, temos que reconhecer, mas precisa fazer ainda mais, tornar disponíveis os recursos para o deficiente visual, na questão educacional, para que ele cresça. (Mário)

Optei por transcrever somente a narrativa de Mário, sem interrupções:

Quando o deficiente adquire este conhecimento, quando ele é educado no estudo, ele se desenvolve intelectual e culturalmente; passa a conviver na sociedade como uma pessoa consciente dos seus direitos e deveres e com a possibilidade, com a oportunidade de, se mostrar também como uma pessoa produtiva e ativa na vida social, contribuindo para o progresso e desenvolvimento, seja lá de que forma, seja através do esporte, da arte, da política, não sei!

Eu penso que, quando o deficiente visual adquire estudo, tem escolaridade, ele tem, nas mãos, a oportunidade de contribuir, e não apenas figurar como gente na sociedade, mas participar dela, participar dela... Competir também, claro, dentro de suas limitações. Ele passa a conviver na sociedade; não apenas como um indivíduo beneficiário dos direitos previstos na legislação, “ah! eu tenho um benefício que recebo mensalmente, tem direito a “n” coisas e está bom”! Não, eu penso de outra forma!

Se queremos ter grandes conquistas, todos, sem exceção, todos, deficientes ou não, o caminho é a educação, preparo, estudo. E eu acho que, para nós, deficientes visuais, estarmos equiparados às pessoas, é necessário conhecimento, educação, estudo; não há outro caminho!

Eu penso que só provaremos que somos capazes se tivermos conhecimentos; se não tivermos, só ficaremos nos sonhos ou na pregação que somos iguais!

### 3.2.7 “A liberdade de volta”

Da mesma forma que a escrita braile, a aula de Orientação e Mobilidade, no CAP-DV, se impôs como necessária para Lua e Mário. Para Lua, foi a oportunidade de “ter sua liberdade de volta” e, para Mário, dar continuidade “à construção da sua vida através do estudo”.

Logo que eu me matriculei aqui no CAP, minha mãe vinha comigo, foi um ano assim. Depois ela teve um problema de saúde, ficou impossibilitada de vir. Como eu já vinha tendo aula de orientação e mobilidade, comecei a vir sozinho! Eu pego dois ônibus; um aqui, na Barão [avenida] até o Terminal do Centro [terminal de ônibus] e, na rodoviária, eu pego outro, São Cristóvão, [linha intermunicipal] para minha casa. Eu não moro próximo ao ponto de ônibus; do ponto até a minha casa, eu caminho uns 20 minutos, a pé! Eu já conhecia este trajeto até aqui, aí eu disse: “olha, eu não vou parar de estudar não, eu vou sozinho”! Meus pais ficaram preocupados; na verdade, eu nunca andei sozinho. A primeira vez, você sabe, sempre dá... você fica assustado, apreensivo, é uma preocupação; mas não tinha outra alternativa, enfrentei assim mesmo, deixei o medo de lado e vim. Eu vim e, graças a Deus, não teve nenhum imprevisto

A partir desta primeira vez, eu vou e volto, tranquilo sem nenhuma preocupação. Claro, tenho consciência dos riscos, risco de um acidente, risco até de ser assaltado, tudo isso é risco.



Já fui até à associação, sozinho! A professora Eci, daqui do CAP, foi comigo uma vez, para me ensinar o trajeto e, depois, fui sozinho. Eu estava fazendo o curso de informática na Associação e aí me aventurei em ir só.

O curso de informática conclui, também, no ano passado. (Mário).

De acordo com Sonia B. Hoffmann (2003, p. 6), o processo de orientação e mobilidade é “uma intervenção que oferece às pessoas com deficiência visual, informações e oportunidades de deslocamento – de um ponto a outro – de forma autônoma e segura nas mais diversas estruturas, espaços e situações ambientais”. Para esta autora, também é a oportunidade de estabelecer comunicação, intercâmbio e convivência, construir conhecimento, valores e prolongar a sensibilidade (HOFMANN, 2003).

Assim orientados, pessoas cegas retomam o movimento dos seus corpos. Seus braços e pernas alongados por uma fina e longa bengala branca<sup>48</sup> que protege, sinaliza e anuncia a existência de buracos, pedras, postes, tantos outros obstáculos espalhados pelas ruas e calçadas. Subidas e descidas, rampas ou a inexistência destas, a bengala, para pessoas cegas, é o fio que permite passar pelas barreiras e chegar aos locais públicos, eventos sociais e às oportunidades de educação e trabalho. Ação e Interação. Linha vertical esticada, do chão ao esterno, a bengala se amolda ao corpo da pessoa cega, de forma a aperfeiçoar e ampliar os sentidos que possuem e trazer, de volta, a autoconfiança e independência. Neste processo, a família é de fundamental importância para redescoberta da segurança e autonomia.

Para Lua, as aulas de orientação e mobilidade não foram tranquilas. Lua, que já tinha iniciado a escrita braile, uniu, ponto a ponto e anotou “o drama da bengala”: “vou dar uma cópia para você, fala sobre o quanto aquele momento foi duro para mim!”

Lua tinha vergonha da bengala. Para ela, foi a pior parte da perda da visão. Como chorava muito, sua professora de orientação e mobilidade achou melhor suspender suas aulas, na rua, e ficar só aprendendo a andar com a bengala dentro do CAP. Lua teve o apoio do seu esposo: “foi na teimosia dele comigo que eu fui conseguindo”:

Aí eu fui pensando, fui analisando mais [baixou a voz] e fui me conscientizando também, “se eu nunca pegar esta bengala, acho que nunca, nesta vida, vou sair sozinha; nesta vida não vou ter mais a minha liberdade”. Eu sabia que a bengala ia me dar a liberdade de voltar a sair, à hora que eu quisesse, sair para onde quisesse, sozinha, sem depender de outra pessoa, porque a dependência você tem sempre, você se liberta de uma coisa, mas de tudo, não!

Aí eu pensei assim: ‘eu quero a minha liberdade’! [pequeno silêncio]. Aí pedi para Maria Helena, a professora: ‘eu quero ir para a rua’. Dali em diante a gente foi e eu

<sup>48</sup> Bengala longa e branca é a bengala criada por Richard Hoover, oftalmologista do exército americano para locomoção dos soldados que retornavam da guerra.

não chorei mais. Eu fui criando coragem, criando coragem, me empolgando com a minha liberdade novamente. Aprendi a pegar ônibus e tudo!

Agora, assim, eu ando sozinha, da minha casa para aqui, para associação e da associação para minha casa... Somente lugar que eu conheço. Não é mais questão de medo, é questão de não conhecer mesmo! Quando o coral vai se apresentar, se o ponto de encontro for aqui na ADEWISE, para todo mundo pegar o mesmo transporte e ir, tudo bem, eu venho. Ou então a gente marca encontro no Terminal DIA (Terminal de Integração de Ônibus), todo mundo se encontrando lá, aí eu vou sozinha. Mas, se disser para ir direto ao local em que vai se realizar a apresentação, aí, ou meu filho, ou meu esposo, tem que me levar, é assim... (Lua)

Mário, assim como Lua, também compreende que é o “não conhecer” que faz a pessoa, na condição de cegueira, conviver com limitações de algumas liberdades; com a possibilidade de enfrentar desafios e de superar os limites para atingir os objetivos.

Para Lua, a cegueira é mais um limite do que uma deficiência. Deficiência, afirma, “é quando não se tem mais chance na vida, fica-se preso à uma cama, vegetando, esperando morrer. Mas, o fato de ter perdido um braço, uma perna, a visão, eu não considero deficiência. Eu considero uma limitação!”

Mário: Limites, desafios, superações... É uma situação que abrange a todos, no caso do deficiente visual, só é mais acentuado.

Lua: Hoje mesmo teve uma estagiária aqui na Associação, fez umas brincadeiras, e elas acham que não há diferença entre pessoas cegas e não cegas, apenas uma dificuldade. Então eu disse, não existe nem diferença, nem dificuldade. Diferente eu não sou, dificuldade qualquer pessoa tem. O que existe é um limite! Se eu estou numa calçada alta, eu paro. Quem enxerga, sabe que tem que descer. Eu não, eu chego ali e paro. Ali foi o meu limite. E, no meu caso, um limite que eu não tinha e passei a ter. Eu vejo dessa maneira!

- [E você, Mário, dá um exemplo!]

Mário: um exemplo... [ficou pensativo] É no aspecto da locomoção mesmo! Porque, se eu for para São Paulo e alguém me leva até ao ônibus, ou avião, eu desço no aeroporto ou rodoviária. E depois? E para o hotel ou a casa onde vou me hospedar, como vou? Vou sozinho? Não! Não é verdade? Não vou conseguir sozinho, preciso de alguém para me auxiliar neste trajeto. É, talvez o exemplo mais concreto seja este: limitação da liberdade, no aspecto da locomoção [silêncio]. Você pode acrescentar, locomoção nos ambientes desconhecidos, em tais ambientes você precisa do auxílio de alguém, precisa! Talvez este exemplo seja melhor... isto é o detalhe, a base, o centro do significado é esse, se for um espaço que eu já conheça, não... Que limite tem eu vir para a escola e voltar para casa? Agora, se você disser “vá lá na minha casa amanhã”, eu vou? Não, mesmo você me passando um endereço, porque é um espaço que eu não conheço, entendeu?

- [Entendi.]

Mário: Gravou isso?

- [ Gravei]

Mário: Ah tá!

Com a escrita braile e protegidos por suas bengalas, Mário e Lua, aos poucos, foram explorando, conhecendo o caminho e avançando nas suas buscas de superação dos limites, para alcançar seus objetivos, trajetória esta “que abrange a todos”, como bem lembra Mário.

No transcurso de suas vidas, depois de cegos, com a escrita braile e a bengala, ou a recusa destes instrumentos, como fez Luís, cada um com o seu gesto, modelou a matéria-prima necessária para organizar a vida e participar mais amplamente da convivência social.

Cientes de suas necessidades mais prementes, na condição de cegueira, Mario, Lua e Luís, resistem e, silenciosos, caminham e agem, ligam-se, unem-se à cidade, apropriando-se das possibilidades históricas que lhes permitam produzir melhores condições materiais de vida. É desta ininterrupta urdidura, dia a dia, que engendram as maneiras, significados e sentidos que dão às suas práticas de vida “para manter-se vivos”, construir o presente e o devir.

Coragem, escolhas, trajetos e instrumentos: mãos e tatos, *Braille* e bengala, pés, ouvidos, olfatos, Mário, Lua e Luís, ao percorrer o longo e tortuoso caminho das provas, obstáculos, desafios e oportunidades, de histórias tão diversas que parecem distanciá-los, se unem, novamente, na vontade de viver.

### 3.3 RETORNO: CORAGEM DE VIVER

*A vida é assim: esquentando e esfriando,  
aperta e daí afrouxa,  
sossega e depois desinquieta.  
O que ela quer da gente é coragem.*

Guimarães Rosa

Comecei estudar e percebi que é possível o deficiente visual continuar ou construir a sua vida, ter um projeto de vida... Ter um projeto de vida! (Mário)

Foi quando as portas começaram a se abrir; clarear mais a minha visão.

Aí eu pensei assim... Eu quero a minha liberdade!

De lá para cá, eu só sou luta! (Lua)

Eu quero continuar saboreando a vida! (Luís)

Um filete de madeira, um fio, uma dor, interromperam a luz dos olhos de Mário, Lua e Luís e uma “longa e silenciosa metamorfose” se processou em suas vidas: luz virando espuma branca, espuma branca virando nuvem, nuvem virando neblina, neblina virando véu, véu virando esperança, liberdade e sabor de viver.

Tendo atravessado a linha demarcatória que imprimiu às suas vidas outro modo de viver, Mário Lua e Luís redescobrem, no processo de socialização na condição de cegueira, a coragem de viver, a capacidade de ser criativo e, na condição de pessoa cega, contribuir para o desenvolvimento social.

“O retorno”, aqui representa, o fortalecimento das alianças que foram restabelecendo com a vida, com a cidade de Aracaju, após o momento da cegueira.

No processo de socialização, ainda que de maneira diferenciada, Mário, Lua e Luís reencontraram duas mediações fundamentais para a continuidade da tessitura de suas vidas, na condição de cegueira: a “condição de cidadão” que a Constituição de 1988 assegura à pessoa com deficiência e a rede de pertencimento, que eles alargam, expandem, cada vez mais, para além da rede familiar.

Tecendo suas experiências de vida em um contexto de acirramento das desigualdades sociais: desemprego, individualismo, intolerância, preconceito, lutando “para compreender um viver que lhe escapa” (MARTINS, 2008, p. 9), sobreviver e resistir é a força que os mantêm em aliança com a vida social.

Em Aracaju, conforme descrito no Capítulo I, o cuidado com as pessoas com deficiência e particularmente, com as pessoas com deficiência visual, é recente. Existem poucos pisos táteis, duas faixas de pedestres com sinais sonoros, nenhuma escrita *Braille* indicando os locais e outras adequações de engenharia urbana que garantam os direitos de cidadania para esta parcela da população.

Só é ruim para mim atravessar a avenida Augusto Maynard, porque tem um canteiro no meio da pista, aí é ruim. Mas quando não tem o canteiro no meio, eu coloco o ouvido de um lado [faz o gesto], está silencioso, não vem carro eu passo. (Luís)

A experiência de Luís na condição de cegueira, é vivida no espaço, da rua, nos cruzamentos, de semáforo em semáforo, donde extrai sua sobrevivência. Luís já se tornou bastante conhecido pelos moradores dos bairros São José, Salgado Filho, Jardins, nos quais ele circula mais frequentemente.

Nos últimos nove anos, desde que Luís passou a pedir dinheiro nos semáforos, a rua tornou-se, para ele, mais que uma fonte de renda; é um espaço onde constrói sua rede de pertencimento: “eu me dou melhor com o povo estranho do que com a minha própria família” [silêncio]

Além da doutora Nara Maynard, que fez seu primeiro atendimento no momento da cegueira e a quem se refere como “uma mãe” e todos os outros médicos que relacionou, como os que lhe garantem o tratamento de glaucoma, no dia a dia das ruas, Luís amplia sua rede:

Eu tenho Hélio, eu tenho uma cunhada, eu tenho um rapaz que é como se fosse um irmão meu. Se eu precisar de um carro, é só mandar o Hélio ligar para ele e dizer onde é que eu estou que ele vem me buscar e me leva para onde eu quiser. Eu tenho os motoristas dos ônibus, os motoristas que me dão dinheiro no semáforo, um político que me ajudou no momento em que eu ceguei e um amigo que me orientou para receber a aposentadoria por invalidez. Eu tenho muita gente boa!

É por isso que eu digo que, na rua, estou passando meu tempo, estou evitando ficar em casa gemendo de dor.

Na rua eu estou caminhando, estou alegre. [silêncio] (Luís)

O Hélio é o rapaz que acompanha Luís pelas ruas de Aracaju. Eles se conheceram na rua, nos semáforos quando pedia dinheiro na companhia de outra pessoa. Um dia Hélio se aproximou e, deste dia, foi surgindo uma forte amizade entre os dois! O Hélio, não cobra para acompanhá-lo por isso, sempre que pode, Luís lhe dá um dinheiro, pois reconhece que ele deixa de limpar os carros para estar com ele nos semáforos. Hélio não só lhe oferece o ombro direito, como também o conduz no quadro da bicicleta. Luís também contou que é ele que marca e o leva para as consultas e para realizar exames. “Por tudo isso”, disse: “só tenho a agradecê-lo”. E tomado por um silêncio prolongado e um olhar distante, Luís foi invadido pelas lembranças de momentos da vida em que se experimenta a gratidão, em que se tem um ombro amigo.

É no movimento desordenado da rua, portanto, que Luís obtém as condições materiais que completam a sua renda e cria as suas relações sociais se rebelando contra a condição de submissão, da impessoalidade da lei que rege este espaço social.

Tem uma lei aí para proibir a gente de pedir no sinal; eu digo, não saio! Não tem lei para empatar eu pedir, eu nunca vi essa lei para proibir pedir, é proibido pedir, eu nunca vi dizer! (Luís)

De acordo com Roberto DaMatta (1997), a vida na rua é “um combate entre estranhos”, uma luta, a luta pela vida; “é cada um por si, enquanto Deus olha por todos”. As relações sociais na rua, são instrumentos de solução dos problemas. É o espaço do anonimato e corre-se o risco de ser tomado pelo que não é, um “eu sou ninguém”, um “subcidadão”. As regras de cidadania definem o cidadão pelos deveres e obrigações, pelo “não pode, não deve”. A lei na rua, ao igualar, subordina, explora, submete e “fica-se à mercê de quem quer que esteja manipulando a ordem social naquele momento”. (DAMATTA, 1997, p. 92-23).

Mas as ruas, como também demonstra esse autor, tem seus cantos e recantos, espaços de encontrar, comunicar, tecer relações.

Por razões diferenciadas, Luís, Mário e Lua, após o momento da cegueira, com as aulas de locomoção e mobilidade, também passaram a ocupar os espaços públicos de Aracaju. Atravessam a cidade, fazem uso do sistema de transporte precariamente acessível às pessoas com deficiência, para dar continuidade a seus projetos de vida.

Embora algumas vezes ainda se encontrem e partilhem experiências no CAP-DV e na associação, Mário e Lua, após aprenderem a escrita braile e terem as aulas de orientação e mobilidade, seguem por caminhos diferentes.

Mário, mesmo tendo aprendido o *Braille* e a locomoção, ao contrário de Lua e Luís, continuou vinculado ao CAP-DV. Mário, no CAP-DV, passou a realizar monitoria em *Braille* e Sorobã, dar aulas de informática e, também, é responsável pelo acervo da Biblioteca nesta escola. É no CAP-DV que Mário encontra o apoio de “pessoas interessadas” e dá continuidade aos estudos:

A professora Auxiliadora daqui do CAP, conversou com a professora Marisa que dá assistência aos alunos na escola Severino Uchoa [escola da rede pública estadual] sobre meu aprendizado aqui, no CAP, e perguntou se havia a possibilidade de eu me submeter uma avaliação para poder ingressar naquela escola. Aí a porta foi aberta, a oportunidade me foi oferecida! A professora Marisa me submeteu a uma avaliação de Matemática e de Português. Eu fiz a avaliação, consegui a média, um pouco mais da média e fui aprovado. Então comecei a estudar no Severino Uchoa, supletivo, fundamental, da 5ª a 8ª, pelo sistema modular e de lá pra cá, de setembro até agora estou estudando no Severino Uchoa, fazendo curso supletivo, estou bem, não tenho do que reclamar, não. (Mário)

Eu falo para você, eu estou estudando não é por estudar apenas. Eu tenho meu objetivo, me qualificar e futuramente conseguir um trabalho que me renda, um salário que supere o salário mínimo. Eu não quero ser dependente, até meu último fôlego de vida do governo federal. Eu não tenho essa ideia!

E esta oportunidade só me abre caminhos. (Mário)

A ida à Escola Estadual Severino Uchoa, para Mário, não só possibilitou dar continuidade e realizar seu projeto de vida, como também ampliou sua rede de relações. O contato com outros jovens é o que faz Mário reconhecer que, mesmo existindo “um conceito limitador” sobre a capacidade produtiva da pessoa com deficiência visual, hoje a sociedade se aproxima e “trata” com respeito, protege.

Lá no Severino Uchoa, conheci um rapaz, estudante, e ele está se aproximando de mim e do meu colega de uma forma tão interessante. Ele vai com a gente até o ponto de ônibus, coloca a gente no ônibus, nos apresenta aos colegas dele, às colegas de classe, à namorada, faz maior propaganda nossa, até parece que a gente é celebridade na escola! (Mário)

Ao cruzar as ruas da cidade em busca do seu projeto de vida, Mário identifica esta atitude de respeito, não somente na escola onde passou a estudar, mas em lugares diferenciados da cidade de Aracaju.

Até mesmo os motoristas de ônibus, alguns não, alguns ainda têm o tratamento grosseiro. Eu já tive experiência com motorista de ônibus que, antes mesmo de eu sentar na poltrona, ele viu que a poltrona estava molhada e suja e limpou... Esta é uma situação que eu interpreto como uma relação de respeito e, neste aspecto, a sociedade está melhorando; hoje eu não tenho aquela posição radical, é preconceito puro, não, não é.

Algumas pessoas comuns também me oferecem ajuda, outras não [rindo]. No geral eu tenho uma opinião positiva sobre o comportamento das pessoas em relação ao deficiente visual. Eu tenho notado que tem melhorado. As pessoas respeitam, tratam com mais carinho e, muitas vezes, oferecem ajuda, as pessoas são mais sensíveis, respeitam mesmo, pelo menos eu tenho vivenciado isso. (Mário)

Lua, ao contrário de Mário, após ter concluído o curso em *Braille*, transposto o desafio das aulas de Orientação e Mobilidade, e ainda tendo participado das oficinas de terapia ocupacional, saiu do CAP e foi participar do Coral da ADEWISE:

O curso de braile era só em dois dias e o resto da semana, eu ficava parada, pensando o que não devia. A diretora disse para mim: “olha você pode fazer terapia ocupacional, assim você preenche mais a semana”. E foi o que eu fiz. Fiz para preencher o tempo mesmo e ocupar a cabeça, muita coisa eu já sabia e eu ficava ajudando a professora. Eu gostei muito da terapia ocupacional, com a professora Eliana!

Aí em 2004, eu deixei o CAP... não tinha mais atividade para mim lá, o que eu queria mesmo era o braile, a mobilidade, para andar sozinha e, depois do braile, eu entrei no coral, na ADEWISE. (Lua)

Por razões diferenciadas e em períodos distintos, Mário e Lua participaram da ADEWISE. Mário esteve na associação a fim de participar de dois cursos oferecidos pela Associação: um curso básico de informática no sistema Vox para deficiência visual e outro, sobre a formação de gestores para liderar uma associação. Foi ao final desse curso, um dia depois, que se associou:

Quando eu me tornei sócio não foi a situação assim, cheguei hoje e amanhã eu me tornei sócio, não; eu fui acompanhando as ações dela e, quando eu me tornei sócio eu já tinha uma noção de como funcionava a associação, entrei consciente. (Mário)

Nos planos de Mário não estava incluída a participação na direção da Associação. Foi quando, estando com um grupo de colegas, a maioria também matriculada no CAP-DV, surgiu a ideia de formação de uma chapa a fim de participar do processo eleitoral que ocorreria no ano seguinte, em 2006. Mário foi indicado pelo grupo para o cargo de Presidente, mas diante do seu projeto de estudar, recusou o convite, participando do processo eleitoral, no cargo de segundo secretário...

Aceitei. Foi boa a experiência, não sofri nenhum desgaste do meu nome, se é uma das coisas que eu me preocupo muito é com isso, com o desgaste do meu nome, com a imagem pessoal. Nós perdemos, mas ainda bem que foi uma campanha e uma eleição que não houve desgaste, de ninguém, tudo bem, o jogo foi limpo. Eu avalio como positiva a experiência. Todos nós saímos como iniciamos o processo, amigos, um de bem com o outro. Isso é o que importa! (Mário)

Lua, ao contrário de Mário, foi para a ADEWISE com o objetivo de fazer parte do Coral, envolveu-se com as atividades da Associação e fez parte da diretoria por três gestões. Num primeiro momento Lua integrou a chapa, ocupando o cargo de segunda tesoureira. “É um trabalho que não faz nada, só quando o primeiro não está e é muito difícil isto acontecer [rindo]. Só fui para completar uma chapa mesmo. No segundo momento, quando eu a reencontrei, Lua ocupava o cargo de Diretora Administrativa – Gestão 2006-2009 – e, também, exercia outras funções na ADEWISE...

Além de diretora? Eu sou secretária do coral [rindo], o maestro me deu este cargo porque o coral estava precisando de alguém que ficasse encarregada da parte administrativa e ele disse que comigo é tudo certinho, tudo organizado. Aí todo mundo aceitou e eu fiquei como secretária [rindo]. (Lua)

Neste período, Lua também pôde voltar a ensinar, um projeto que considerava impossível de ser realizado.

E, agora, estou também no “Projeto Vida Iluminada”, um convênio da Associação com a UNIMED. As coordenadoras estavam precisando de voluntário, é um projeto que não teve dinheiro para pagar os professores, a maioria está sendo voluntário, elas me convidaram, aí eu pedi para ficar na parte do Braille, elas concordaram e então eu aceitei. Meu expediente é pela manhã e, à tarde, eu fico e dou aula de braile!

É, voltei a ser professora! (Lua)

Depois dessa experiência, Lua participou, mais uma vez, do processo eleitoral da ADEWISE, desta vez como candidata à Presidente:

Eu nem sei porque aceitei ser presidente, eu sabia que me escolheram pelo trabalho que fiz como diretora, mas não tinha assim aquela ansiedade, aquela vontade de um dia ser presidente da Associação. Eu sei que muitos lutam por isso, por este cargo, mas eu não esperava que eu fosse chegar a esse ponto assim tão rápido. Hoje me vê assumindo um cargo desse, que carrega toda a responsabilidade da Associação. Então, para mim, isso é uma vitória, não do voto, nem dum cargo, mas uma vitória pessoal. Entendeu? (Lua)

Já tínhamos terminado nossas entrevistas, mas nos encontramos algumas vezes na cidade. Nesse dia, Lua me contou que, pela manhã, tinha conduzido sua primeira reunião com a diretoria, na função de presidente.

Hoje foi a primeira reunião da nova diretoria. Graças a Deus saiu tudo certinho, recebi elogios na reunião porque disse que foi uma reunião tranquila, boa, em paz. Também fiz a pauta, organizei tudo em Braille, para não ficar sem saber o que ia falar [rindo]. Aí foi até elogiada a reunião de hoje [rindo]. (Lua)



Unindo os pontos em *Braille*, Lua escreveu, mais uma vez, sobre esse momento de sua vida. Eu cheguei a escrever: “A luta de uma diretoria.” É bem engraçado! Eu não tenho aqui, mas vou mandar para o seu e-mail, para você ver, é bem engraçada!... Depois Lua me enviou o e-mail...

De: Lua <lua@gmail.com>

Para: Clarissa <Clarissa@infonet.com.br>

Assunto: A luta de uma diretoria

Sou uma simples Diretora de uma Associação.

Que não tem fins lucrativos e, muito menos, remuneração

Hoje 29 de janeiro de 2009 dormi como diretora

E acordei como Presidente, o que não faz muita diferença

Mas que mexe com muita gente.

Se você me perguntar, o que sinto neste momento?

Responderei imediatamente que ainda não sei

Porque tanta gente quer ser presidente.

Loucura? Status? Quem sabe? Só mesmo o Presidente.

A família diz: você é louca! Você não vai ter paz.

E ela pergunta: será? Mas serei uma presidente...

Alguém pergunta e o que isso significa para você?

Ainda não sei... Mais posso perguntar ao ex-presidente.

Deve ter suas compensações, se não ninguém queria ser

Um presidente sem remuneração.

Estou brincando gente, é só para tirar minha preocupação

De ser a nova presidente da nossa Associação.

E aqui deixo um beijão de todo coração.

Amo muito a nossa Associação. (Lua)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*As visões se clareando  
Até que um dia acordei*

Geraldo Vandr 

O táxi havia chegado. Lembrei que era necessário deixar as capas da tese, escritas em braile, para encadernação. Entreguei-as a Elizabeth que, ao ver aquele “mar de pontinhos”, logo reconheceu a escrita braile e perguntou se eu trabalhava com pessoas cegas.

Parei por um instante de fechar a mala que tinha sido aberta para retirar o material e, olhando-a com curiosidade, com a mesma curiosidade com que eu olhara para Mário, Lua e Luís, respondo que sim e inicio o diálogo. Pergunto a Elizabeth se ela conhece o Braille e ela responde afirmativamente. Na escola de seus filhos, estudam duas crianças cegas e eles partilham o material.

Já tinha fechado as malas, guardei-as no carro. Despedimo-nos e, da janela, olho para Elizabeth que estava com as capas da minha tese entre os braços. Ela acena, e me deseja uma boa viagem. Sigo, com a certeza de que ali ficara uma narrativa pronta para recom  ar...

Ao longo desse tempo, ouvi muitas histórias de vida de pessoas cegas, além das de Mário, Lua e Luís. Ouvi narrativas de pessoas não cegas que, ao saber do meu tema de trabalho, logo tinham algo para partilhar e, minha própria narrativa.

A cada encontro, com Mário, Lua e Luís, e com tantas outras pessoas cegas que passei a conhecer, conviver além de meu pai, minha “visão foi clareando”. O diário de pesquisa, está encharcado de cada um destes encontros. Desde que fui professora ledora no CAP-DV, muitas foram as oportunidades de descobrir o mundo, guiada por pessoas cegas. Um mundo aberto, largo e que lhes chega em fatias, em pedaços, ao alcance do Braille, da bengala e pela velocidade das ruas.

Continuo a encontrar com os colaboradores deste estudo: nas vias públicas; no transporte; em eventos sobre a questão da deficiência em Aracaju; atividades do CAP-DV e da ADEVISE, leio suas entrevistas nos jornais locais. Lua sempre me envia mensagens por meio eletr nico.

Mário, frequentemente, está na Universidade Federal de Sergipe, a convite de setores variados, para falar sobre a deficiência visual e se prepara para o vestibular em Direito. Concluiu o curso em espanhol e termina o curso em inglês.

Lua ainda cumpre o seu mandato na Associação, como presidente. Em 2009, me pediu que a acompanhasse durante um curso de formação de dirigentes de entidades “de e para”

cegos, em São Paulo. Além de ter a oportunidade de participar do curso, vivi a experiência de partilhar e apresentar a cidade, de São Paulo, para Lua.

Luis continua nas ruas de Aracaju, pedindo dinheiro nos semáforos. Ainda não aprendeu braile nem faz uso da bengala.

A condição de cegueira foi o ponto de partida deste estudo. Quis, com este trabalho, conhecer, a partir da própria voz das pessoas cegas, seus modos de vida, representações, sentimentos e agir histórico e, ao mesmo tempo, apreender as condições socioeconômicas em que tramam suas experiências em Aracaju. Interessava-me também, conhecer mais profundamente sobre a vida de pessoas que, na condição de cegueira, para acessar o Benefício da Prestação Continuada (BPC), principal mecanismo de proteção social para pessoas com deficiência, precisavam comprovar “sua incapacidade para vida independente e para o trabalho”.

Entretanto, logo este objetivo se ampliou. Ao encontrar Mário, Lua e Luís, partilhar suas experiências, ouvir suas narrativas, não somente o BPC, mas as políticas sociais estruturais que compõem o sistema de proteção social brasileiro – saúde, educação, trabalho e acessibilidade – e a rede de pertencimento, se apresentaram como mediações fundamentais para a organização de seus modos de vida.

Ao privilegiar as histórias de vida, sabia que, no campo do Serviço Social, ousaria um “território” pouco explorado teórica e metodologicamente e, muitas vezes, preterido, nas análises das políticas sociais. A convivência com pessoas cegas no CAP-DV fortaleceu a minha vontade e coragem em realizar este trabalho, assumir seus riscos e desafios.

Este estudo tem uma especificidade: Mário Lua e Luís têm cegueira adquirida e, neste sentido, trazem consigo, uma história de inserção social, anterior à perda da visão e este fator influenciou no processo de socialização na condição de cegueira. Foi partindo do acontecimento da cegueira, em suas vidas, que colocaram em movimento suas memórias. Ao reconstruírem, narrativamente, suas experiências, Mário, Lua e Luís, entrelaçaram histórias de pertencimento, agruparam vivências, acordaram lembranças à luz do olhar do presente e na perspectiva do futuro.

Eu almejo dias melhores, condição mais confortável, sim, como e quando vou tê-la, só o tempo dirá. Há muito, o caminho é longo, caminho é longo... é, você atingir seus ideais, você concretizar um projeto de vida, você tem que percorrer, a estrada é muito longa, você sabe bem como é isso, onde você está hoje, você não começou ontem, né? [Não!]. A estrada que você vem percorrendo, certamente é de anos, de anos. A sua realidade se aplica a minha também! (Mário)

Destaco alguns aspectos de suas experiências que considero importantes para estas considerações finais. Aspectos estes, cujas nuances, detalhes, foram possíveis de ser apreendidos, dado ao percurso teórico-metodológico que optei por seguir neste trabalho.

Primeiro, a condição de cidadão, assegurada pela Constituição de 1988 e ratificada pela Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), a partir da qual as pessoas cegas, nos últimos 20 anos no Brasil, delineiam seus modos de vida e que, para Mário Lua e Luís, potencializa suas respostas e ações para o atendimento às suas necessidades básicas. Os benefícios, previdenciário e assistencial, para eles, são indispensáveis às suas sobrevivências e de suas famílias.

Contudo, estes benefícios que garantem a segurança alimentar, conforme desvelado pelas narrativas de Mário e Luís, deixam, de lado, o atendimento às necessidades, também essenciais para a vida humana – saúde, educação, trabalho, engenharia urbana – e que demandariam ações que vão além dos programas de transferência de renda e das ações afirmativas.

Diante da precariedade de tais ações, é a rede de pertencimento que atende às suas demandas. Para além de suas famílias, Mário Lua e Luís, de acordo com a singularidade de seus modos de vida, revelam, na cidade de Aracaju, uma outra rede, sutil, pronta para agir. Pequenas ações que se espalham pela cidade de forma silenciosa, que movem-se de forma espontânea, estabelecem laços temporários, de reciprocidade, prontos para auxiliar, amparar, proteger.

Um segundo aspecto, ainda relacionado ao Sistema de Proteção Social diz respeito à presença do preconceito, entranhado nas instituições sociais e conduzindo as ações dos profissionais: práticas institucionais que desconsideram as particularidades da condição de cegueira e restringem-se à adequação do modo de vida das pessoas cegas, ao modo de viver de pessoas não cegas. Conforme identificou Mário, um “conceito limitador” que não reconhece a capacidade produtiva das pessoas cegas. Fator este que, somado ao desemprego, contribui para o processo de exclusão das pessoas cegas ao mercado de trabalho.

Se preconceitos e discriminações podem logo se dissolver, no âmbito das relações pessoais, o mesmo não acontece no âmbito das relações com instituições sociais e com o Estado. Como a analogia deficiência/incapacidade continua a fundamentar o acesso às políticas sociais, preconceitos e discriminações permanecem cristalizados.

O terceiro aspecto relaciona-se ao Sistema Braille e a bengala como importante mediação que permite às pessoas cegas, o acesso ao desenvolvimento sociocultural, assegurando-lhes, dessa forma, a participação na vida social.

Nas adversidades da sociedade contemporânea, numa conjuntura órfã de ações coletivas, resistir é a força que impulsiona a vontade de Mário, Lua e Luis, na condição de cegueira: unir-se, traçar seus destinos, fazer escolhas, criar significados, objetivar suas capacidades e deliberações. Os direitos sociais são os fios que orientam o agir histórico deles e mantêm suas sociabilidades. Os obstáculos, para Mário, Lua e Luís, não são impedimentos para buscar melhor qualidade de vida (YAZBEK, 2003), e ver Aracaju mais acessível.

Realizei este trabalho, percorrendo o fio ilimitado das histórias de vida de Mário, Lua e Luis. Vivi este processo de pesquisa, como motivação para pensar, com vontade de saber; abri-me a infinitos diálogos.

Segui Mário, Lua e Luis em suas histórias de vida e partilhei de suas experiências, com a certeza de que algo mais havia a ser dito, não somente de suas vidas, suas singularidades, na condição de cegueira, mas do nosso tempo.

Suas narrativas impuseram-me um olhar atento sobre o que nos liga, sobre os reais valores componentes da vida humana e da sociabilidade: cooperação, reciprocidade, igualdade, liberdade.

Quanto a mim, “parteira de suas lembranças” (KOMINSKY, 1999), foi a oportunidade de percorrer um longo caminho de desafios para (re) encontrar o tato e os outros sentidos a comunicar um mundo que, até então, somente me chegara através e unicamente da visão. Este foi o desafio que se tornou importante à minha vida.

## REFERÊNCIAS

- AMIRALIAN, Maria Lúcia Toledo Moraes. **Compreendendo o cego**: uma visão psicanalítica da cegueira por meio de desenhos-estórias. São Paulo: Casa do Psicólogo. 1997, 321p.
- BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios da vontade**: ensaio sobre a imaginação das forças. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 317p.
- BARBOSA, Ana Cecília Campos. “**É pouquinho, mas o pouco com Deus é muito, e o muito sem Deus é nada**”: uma discussão sobre cidadania e previdência social sob a ótica da psicologia sócio-histórica. São Cristóvão, 2002. 45f. Monografia (Graduação em Psicologia)-Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe.
- BAVCAR, Evgen. A luz e o cego. In: **Arte e Pensamento**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001. 05p.
- BENJAMIN, Walter. **Experiência e pobreza**: magia e técnica, arte e política. Tradução Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 3. ed. São Paulo: editora brasiliense. 1987. 114-119p. (Obras escolhidas).
- \_\_\_\_\_. O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura, Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio Jeanne Marie Gagnebin 3. ed. v. I. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 197-221. (Obras Escolhidas).
- BEZERRA, Holien Gonçalves. “E.P. Thompson e a teoria na História”. In: Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, n. 12, out. 1995. p. 119-127.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Tradução e João Wanderley Geraldi. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, jan.-abr., 2002. p. 19-28. Disponível em: <[http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19\\_04\\_JORGE\\_LARROSA\\_BONDIA.pdf](http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/rbde19/rbde19_04_JORGE_LARROSA_BONDIA.pdf)>. Acesso em: fev. 2009.
- BORGES, Jorge Luís. **A cegueira: sete noites**. Tradução João Silvério Trevisan. São Paulo: Max Limond Ltda., 1980. p.165-183.
- \_\_\_\_\_. **Elogio da sombra** (poemas). Tradução Carlos Nejar e Alfredo Jacques. Porto Alegre: Globo, 1971. 62p.
- \_\_\_\_\_. **O fazedor**. Tradução Josely Vianna Baptista. São Paulo: Companhia das Letras, 2008
- \_\_\_\_\_. **Perfis**: um ensaio autobiográfico. Tradução Maria da Glória Bordini. Porto Alegre: Globo, 1971. 64-124p.
- BORNHEIM, Gerd A. As metamorfoses do olhar. In: NOVAES, Adauto (Org). **O Olhar**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 89-93.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social e trabalho: paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil**. Brasília: Letras Livres/ UNB, 2006. 322p (Coleção Política Social).

\_\_\_\_\_. *et al.* Programas de transferência de renda: a nova face da política de assistência social no governo Lula”. In: **INFOGESST: nota técnica do Grupo de Estudos e Pesquisas em Seguridade Social e Trabalho**, ano I, n. 1. Brasília/DF, nov. 2004.

\_\_\_\_\_.; BEHRING, Elaine Rossetti. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2006. 213p. (Biblioteca básica de Serviço Social, v. 2).

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do Olhar. In: NOVAES, Adauto (Org). **O Olhar**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 65-87.

BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social**. 2. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2004, 219p.

\_\_\_\_\_. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 14. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 484p.

\_\_\_\_\_. **Velhos amigos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 107p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out.1988.

CAIADO, Katia Regina Moreno. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos**. Campinas: Autores Associados/PUC, 2003. 150p. (Coleção Educação Contemporânea).

CAMPBELL, Joseph. **O herói de mil faces**. Tradução Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Pensamento, 2007. 414p.

CAMPOS, Ana Cecília. **É pouquinho, mas o pouco com Deus é muito, e o muito sem Deus é nada: uma discussão sobre cidadania e previdência social sob a ótica da Psicologia sócio-histórica**. São Cristóvão, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Psicologia). Departamento de Psicologia, Universidade Federal de Sergipe.

CANEPPELE, Ismael. **Os Famosos e os Duendes da Morte**. 2ª edição. São Paulo: Ed. Finaflor, 2009.

CARVALHO, Maria do Carmo B. de *et al.* **Uma nova concepção de proteção às pessoas portadoras de deficiência**. São Paulo/Brasília: IEE/PUC-SP/Secretaria de Assistência Social/MPAS, 1997, 56p

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: NOVAES, Adauto (Org). **O Olhar**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 31-63.

CHEVALIER, Jean. GHEERBRANT, Alain. **Dicionário dos símbolos: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números**. Tradução Vera da Costa e Silva... *et. al.* 15. ed.. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

CIAMPA, Antonio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina**: um ensaio de psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 2005, p.256.

COETZEE, J. M. As maravilhas de Walter Benjamin. Tradução de José Rubens Siqueira. In: **Revista Novos Estudos**, n. 70. São Paulo: CEBRAP, nov. 2004. p. 99-113.

COIMBRA, Ivanê Dantas. **A inclusão do portador de deficiência visual na escola regular**. Salvador: EDUFBA, 2003. 240p.

CORREIA, Claudia. A integração do deficiente ao mercado de trabalho: uma conquista social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 34, ano XI, dez. 1990. São Paulo: Cortez. p. 119-134.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci e as ciências sociais. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n. 34, ano XI, dez. 1990. São Paulo: Cortez. p. 21-40.

D'ANGELO, Aída *et. al.* **Assistência aos cegos em São Paulo**. São Paulo, 1945. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)- Escola de Serviço Social, 1945.

DAMÁSIO, Antonio R. **O erro de Descartes**: emoção, razão e o cérebro humano. 2. ed. 3ª reimpressão. Tradução: Dora Vicente e Georgina Segurado. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p. 5-76.

DAMATTA, Roberto. **A casa & a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. 163p.

DEBERT, Guida G. Problemas relativos à utilização da história de vida e história oral. CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**: teoria e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 141-156.

Di GIOVANNI, Geraldo. Sistemas de proteção social: uma introdução conceitual. In: OLIVEIRA, Marco Antonio (Org.). **Reforma do Estado e políticas de emprego no Brasil**. Campinas: UNICAMP/IE, 1998, 326p.

DIDEROT, Denis. **Carta sobre os cegos para os que vem**. Tradução e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 225-251. (Coleção Os pensadores)

\_\_\_\_\_. **Adição à carta precedente**. Tradução e notas de J. Guinsburg. São Paulo: Nova Cultural, 1988. p. 255-260 (Coleção Os Pensadores).

DORION, Georges; GUIONNET, André. **La sécurité sociale**: que sais-je? 8. ed. Paris: Presses Universitaires de France, 2004 janvier.

ELIADE, Mircea. O Sagrado e o Profano. Lisboa: Livros do Brasil. 1975, p. 215

FENELON, Déa Ribeiro. E. P. Thompson: história e política. In: Dossiê: Diálogos com E. P. Thompson, Projeto História, **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP**, n. 12, out. 1995. p. 77-93.

FERNANDES, Florestan (Org). Introdução. In: **K. Marx, F. Engels**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 9-143.



FERRERA, Norberto O. Culturalismo e experiência: leitura dos debates em torno da obra de E. P. Thompson. In: **Diálogos**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá., v. 3, n. 3, DHI/PPH/UEM, 1999. p. 309-321. Disponível em: <<http://www.diaologos.uem.br/viewarticle.php?id=60&layot=abstact.pdf>>. Acesso em: fev. 2009

FRANCO, João Roberto; DIAS, Tércia Regina da Silva. A pessoa cega no processo histórico: um breve percurso. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 11. N. 30. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministerio da Educação, abr. 2005. p. 3-9.

FREDERICO, Celso. **O jovem Marx (1843-1844)**: as origens da ontologia do ser social. São Paulo: Cortez. 1995. 212p.

FUKS, Julián. **Histórias de literatura e cegueira**: {Borges, João Cabral, Joyce}. Rio de Janeiro: Record, 2007. 157p.

GARCIA FILHO, Antonio **A reabilitação em Sergipe**. [s.n.], 1966. 204p.

GOMES, Ana Ligia. **O benefício de prestação continuada**: um direito da assistência social – uma imperfeita tradução? São Paulo, 2001. 140 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HESÍODO. **Teogonia**: trabalhos e dias. Tradução de Ana Elias Pinheiro e José Ribeiro Ferreira. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. 170p.

HOBBSAWM, Eric. Ser comunista. In: **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 148-173p.

\_\_\_\_\_. Abertura. In: **Tempos Interessantes**: uma vida no século XX. Tradução de S. Duarte. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p.15-22.

HOMERO. **Ilíada**. Tradução de Carlos Alberto Nunes. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2009. 572p.

\_\_\_\_\_. **Odisséia**. Tradução Carlos Alberto Nunes. 2. ed. São Paulo: Ediouro, 2009. 429p.

IAMAMOTO. Marilda Vilela. **Trabalho e indivíduo social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 9-99.

INSTITUTO Benjamim Constant. **Revista Comemorativa de 150 anos do Instituto Benjamim Constant**. Rio de Janeiro: IBCENTRO, set 2004. 50p. (Edição Especial)

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2000. Características Gerais da População. Rio de Janeiro. 2000. 1-178p.

\_\_\_\_\_. **Os cegos no Brasil segundo o censo demográfico de 1940**. Rio de Janeiro, 1948, 95p.

\_\_\_\_\_. **Síntese dos Indicadores Sociais 2008**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2008/default/shtm>>. Acesso em: 08 out. 2008.

INSTITUTO Brasileiro e Geográfico. **Censo demográfico de 2000**. Brasília, 2002.

INSTITUTO de Pesquisa Econômica Aplicada. **Comunicado da Presidência nº 09. PNAD 2007: primeiras análises – pobreza e mudança social**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/default.jsp>>. Acesso em: 08 out. 2008.

JAEGER, Werner Wilhelm. **A primeira Grécia: Paidéia: a formação do homem grego**. 3. ed. Tradução Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes, 1995. p. 23-105.

JAIME, Lucíola Rodrigues; CARMO, José Carlos do. **A inserção da pessoa com deficiência no mundo do trabalho: o resgate de um direito de cidadania**. São Paulo: Autores, 2005. 112p.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006, 243p. (Coleção Educação Contemporânea).

KEMP, Martin. **Leonardo da Vinci**. Tradução de Maria Inês Duque Estrada. Rio de Janeiro: Zahar, 2005. p. 47-79.

KOSMINSKY, Ethel Volfzon. A utilização do dado qualitativo e a subjetividade do pesquisador. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Agruras e prazeres de uma pesquisadora: ensaios sobre a sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiróz**. Marília/São Paulo: UNESP-Marília-Publicações/FAPESP, 1999. p. 77-88.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas: Autores Associados, 2003. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 85). 111p.

LE MOS, Patrícia Ribeiro. **ADEVISE. Associação dos Deficientes Visuais de Sergipe**. São Cristóvão, 2008. 56f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)-Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

LIMA, Jorge Antonio Monteiro de. **Tirésias, olhos da alma sã: a busca da doença e o encontro com a saúde**. São Paulo: Vêtor, 1999. 315p.

LIMA, Paula Soraya N. **O centro de reabilitação Ninota Garcia e a educação especial em Aracaju**. São Cristóvão, 203. 54f. Monografia (Graduação em História)-Departamento de História, Universidade Federal de Sergipe.

LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa *et al.* Avaliação do benefício de prestação continuada. In: PAES-SOUSA, Rômulo; VAITSMAN, Jeni. (Orgs). **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados**. Brasília: MDS/SAGI, v. 2, 2007. 412p.

LUIZ, Moisés Bauer. **As ações afirmativas desenvolvidas em favor das pessoas deficientes**. Canoas, 2006. 70f. Monografia (Pós –Graduação em Direito do Estado)- Centro Universitário Ritter dos Reis. 1 CD-Rom

MARTINELLI, Maria Lúcia (Org). Os métodos na pesquisa: A pesquisa qualitativa. In: Pesquisa e produção de conhecimento em serviço social. **Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS**, Ano V, n. 9, jan.-jun. 2005. p.117-129.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio.** São Paulo: Veras, 1999. 143p. (Série Núcleo de Pesquisa).

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala.** 2. ed. revista e ampliada. São Paulo: Contexto, 2008. 172p.

\_\_\_\_\_. **Exclusão social e a nova desigualdade.** 2. ed. São Paulo: Paulus, 2003. 140p.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos (1844) e outros textos escolhidos.** Tradução de José Carlos Bruni... *et al.* 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. p. 13-48. (Coleção Os pensadores)

\_\_\_\_\_. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana: manuscritos econômicos filosóficos. (1844). In: FERNANDES, Florestan (org). **K. Marx, F. Engels.** 3. ed. São Paulo: Ática, 2003. p. 146-181.

\_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã (Feuerbach).** Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira. 7. ed. São Paulo: HUCITEC, 1989. 138p.

MASSARI, Solange Aparecida. **As pessoas com deficiência física ou visual e a acessibilidade urbana em Santo André – SP.** São Paulo, 2006. 75f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social e Secretaria de Gestão e Avaliação da Informação. **Avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao benefício de prestação continuada da assistência social: um novo instrumento baseado na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde.** Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em: mai, 2008.

MAZZOTTA, Marcos J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas.** 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005, 208p.

MEINERZ, Andréia. **Concepção de experiência em Walter Benjamim.** Porto Alegre, 2008. 81f. Dissertação (Mestrado em Filosofia)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** São Paulo/Rio de Janeiro: HUCITEC/ABRASCO. 1996

MINISTÉRIO da Educação e do Desporto. **Projeto de implantação de Centros de Apoio Pedagógico para atendimento às pessoas com deficiência visual (CAPS).** Brasília: Secretaria de Educação Especial, abr. 1997. 18p. (mimeo).

MINISTÉRIO da Justiça / Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Programa Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência.** Brasília, 2007.

MINISTÉRIO de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social,** Brasília, novembro de 2004. 60p.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Gestão e Avaliação da Informação. **Avaliação de pessoas com deficiência para acesso ao benefício de prestação continuada da assistência social: um**

novo instrumento baseado na classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em: maio 2008.

\_\_\_\_\_. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica**: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, jul. 2005. 80p

\_\_\_\_\_. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, nov. 2004

MINISTÉRIO do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Plano plurianual 2004-2007**, Brasília, 2003. Disponível em: <[http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41/\(menspresanexo\).pdf](http://www.sigplan.gov.br/arquivos/portallppa/41/(menspresanexo).pdf)>. Acesso em: nov. 2006.

\_\_\_\_\_. **Plano Plurianual 2008-2011**, Brasília, 2007. Disponível em <[http://www.seplag.ce.gov.br/categoria 5/plano-pluiranual/2008-2011/arquivos-para-download/PPA%202008-2011%20VOL%20II.pdf/view](http://www.seplag.ce.gov.br/categoria%20plano-plurianual/2008-2011/arquivos-para-download/PPA%202008-2011%20VOL%20II.pdf/view)>. Acesso em: maio 2008.

MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego/Secretaria de Inspeção do Trabalho. **A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho**. 2. ed. Brasília: MTE, SIT, 2007. 100p.

MOLJO, Carina. “La historia oral y su relación com el trabajo social”. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 63, ano XXI, p. 94-119, jul. 2000.

MÜLLER, Ricardo Gaspar. Revisitando E.P. Thompson e a “miséria da teoria”. In: **Diálogos**: Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá, v. 11. n. 1, 2007. p. 98-136. Disponível em: <<http://www.dialogos.uem.br/viwarticle.php?id=398&layot=abstract.pdf>>. Acesso em: fev. 2009

NABAIS, Márcia Lopes de Moraes *et al.* Estudo profissiográfico: o encaminhamento do deficiente visual ao mercado de trabalho. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 6, n 15. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministerio da Educação. abr. 2000. p. 8-23.

NERI, Marcelo Neri *et. al.* **Retratos da deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBGE/CPS, 2003. 200p.

NEVES, Paulo Sergio da Costa; LIMA, Marcus Eugênio O. Percepções de justiça social e atitudes de estudantes pré-vestibulandos e universitários sobre as cotas para negros e pardos nas universidades públicas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12 n. 34 jan./abr. 2007, 17p

OLIVEIRA, João Vicente Ganzarolli. Eficiência e alteridade. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 8, n. 21. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministério da Educação, abr. 2002.p. 23-26

\_\_\_\_\_. Guiado por cegos. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 7, n. 18. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministério da Educação, abr. 2001. p. 3-5

\_\_\_\_\_. Do essencial invisível. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 5, n. 14. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministério da Educação, dez. 1999. p. 17-21.

\_\_\_\_\_. **Cegueira e metáfora**. Disponível em: <<http://www.ibcnet.org.br>>. Acesso em: 13 set. 2004. 6p.

ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. **Metas do milênio acordo firmado entre os Estados-membros da ONU em 2000, no sentido de combater a pobreza no mundo até 2015**. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/odm>>. Acesso em: maio 2007.

ORGANIZAÇÃO Mundial da Saúde. **CID-10: Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cid10/v2008/cid.htm>>. Acesso em: out. 2008.

\_\_\_\_\_. **CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://arquivo.esse.ips.pt/esse/cursos/edespecial/CIFIS.pdf>>. Acesso em: out. 2008.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE / COORDENADORIA NACIONAL PARA INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA. **Relatório sobre a prevalência de deficiências, incapacidades e desvantagens**. Brasília, 2004. 53p.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. 2ª reimpressão. São Paulo: LTR, 2000. 245p.

PEDROSA, Inês. **A eternidade e o desejo**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008. 179p.

PLATÃO. **Mênon**. Tradução de Maura Iglésias. Rio de Janeiro/São Paulo: PUC-Rio/Loyola, 2001. p. 18-111 (Coleção Biblioteca Antiqua).

\_\_\_\_\_. **A República**. Tradução e organização de J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2006. 263-299p.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do indizível do dizível. **Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência**, São Paulo, v. 39, n. 3, mar. 1987. p. 272-286.

\_\_\_\_\_. **Variações sobre a técnica do gravador no registro da informação viva**. São Paulo: CERU/FFLCH/USP. 1983. 4. 1983. 182p (Coleção Textos)

RIBAS, João Baptista Cintra. **O que são pessoas deficientes**. 6. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 2003. (Coleção Primeiros Passos)

\_\_\_\_\_. **Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo**. São Paulo: Cortez, 2004, v. 4. (Preconceitos)

ROUANET, Paulo Sérgio. O olhar iluminista. In: NOVAES, Adauto (Org). **O Olhar**. 7ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 125-148.

SACKS, Oliver. Ver e não ver. **Um antropólogo em Marte: sete histórias paradoxais**. Tradução Bernardo Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 113-154.

SADER, Eder; PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica: teoria e pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 39-65.

SANICOLA, Lia. **As dinâmicas de rede e o trabalho social**. Tradução Durval Cordas. São Paulo: Veras, 2008. 292p. (Série Livros Textos, 3)

SANT'ANNA, Affonso Romano de. **A cegueira e o saber**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 9-29p.

SANTO AGOSTINHO. Misérias e tentações do homem. **Confissões. Livro X (27-41)**. Tradução de J. Oliveira Santos, S. J., e A. Ambrósio de Pina, S. J. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. 285-304p. (Coleção Os Pensadores).

SANTOS, Flavia Daniela dos. **A aceitação e o enfrentamento da cegueira na idade adulta**. São Carlos, 2005. 141f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial)-Universidade Federal de São Carlos. 2004.

SANTOS, Jakeline Lima. **Educação especial no Brasil e no CREESE**: relatório de estágio supervisionado I e II São Cristóvão, 2004. 62f. (Graduação em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

\_\_\_\_\_; ANDRADE, Vanessa Matos. **O cotidiano escolar do deficiente visual**. São Cristóvão, 2004. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)- Departamento de Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe.

SARAMAGO, José. **Ensaio sobre a cegueira**. 27. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 310p.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. Disponível em: <[http://www.biblioteca.planejamento.gov.br/.../at\\_managed\\_file2009-09-22.4935795656](http://www.biblioteca.planejamento.gov.br/.../at_managed_file2009-09-22.4935795656)>. Acesso em: nov. 2009.

SECRETARIA do Combate à Pobreza, da Assistência e do Trabalho. **Guia de referência para pessoa portadora de deficiência do Estado de Sergipe**. Sergipe, mar. 2004, 47p. (SÉRIE: INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO SOCIAL. GOVERNO DE SERGIPE).

SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**: protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência. Tradução Oficial/Brasil. Brasília, set. 2007

SECRETARIA Municipal de Educação. Núcleo de Educação Especial. **Breve histórico da educação especial na Secretaria Municipal de Educação**. Aracaju, 2005. (Mimeo). 03p.

SERRES, Michel. **Os cinco sentidos**: filosofia dos corpos misturados 1. Tradução Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

SILVA, Gildo Soares da. Participação dos cegos no desenvolvimento do Nordeste. In: MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Campanha Nacional de Educação dos Cegos. **II Congresso Brasileiro de Educação de Deficientes Visuais, 1968**. Brasília. **Anais**. Brasília: CNEC. p.161-163, [19-?]

SILVA, Otto Marques da. **A epopéia ignorada**: a pessoa deficiente na história do mundo de ontem e de hoje. São Paulo: CEDAS. 1986. 470p.

SOFOCLES. **Édipo Rei**. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM. 2008, 24-34p.

SOUSA, Joana Belarmino de. **Associativismo e política: a luta dos grupos estigmatizados pela cidadania plena**. João Pessoa: Idéia, 1997. 130p.

\_\_\_\_\_. O que vê a cegueira. In: **Revista Benjamim Constant**, ano 6, n. 16. Rio de Janeiro/Brasília: Instituto Benjamim Constant/Ministério da Educação. ago. 2000. p. 18-19.

\_\_\_\_\_. **Aspectos comunicativos da percepção tátil: a escrita em relevo como mecanismo semiótico da cultura**. São Paulo, 2004. 176f. Tese (Doutorado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

\_\_\_\_\_. O modelo associativista dos cegos brasileiros: 50 anos de uma história por descobrir. In: **Cadernos Gesta**. Ano I. nº 1. julho/2001. Disponível em <<http://www.gesta.org>>. Acesso em: 13 de out. 2004.

SOUZA, Rita de Cácia Santos. **Educação especial em Sergipe: uma trajetória de descaso, luta, dores e conquistas**. Aracaju: Universidade Tiradentes, 2005. 188p.

SPOSATI, Aldaíza. **Do assistencialismo à assistência social; o modelo de seguridade social brasileiro**. In: IX Congresso Internacional del CLAD sobre La Reforma del Estado y de La Administración Pública. Madrid. Novembro 2004. (Mimeo)

\_\_\_\_\_. (Org). **Proteção social de cidadania: inclusão de idosos e pessoas com deficiência no Brasil, França e Portugal**. São Paulo: Cortez, 2004. 264p.

\_\_\_\_\_. Mínimos sociais e seguridade social: uma revolução da consciência da cidadania. **Revista Serviço Social e Sociedade**, ano VIII, n. 55. São Paulo: Cortez, nov. 1997. p. 09-37.

\_\_\_\_\_. FALCÃO, Maria do Carmo. **LBA: identidade e efetividade das ações no enfrentamento da pobreza**. São Paulo: EDUC, 1989. 106p

TELES, Margarida Maria. **Histórico do Centro de Apoio Pedagógico para Deficientes Visuais**. Aracaju: Secretaria Municipal de Educação, nov. 2008. (Mimeo).

THOMPSON, Edward P. **Costume e cultura: introdução: costumes em comum**. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

\_\_\_\_\_. **A voz do passado: história oral**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. 3. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 385p.

\_\_\_\_\_. **O termo ausente: experiência: a Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 180-201.

\_\_\_\_\_. **A formação da classe operária inglesa: árvore da liberdade**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. I, 1987. p. 09-14 (Coleção Oficinas da História).

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **O conceito da essência humana em Marx: filosofia da práxis**. Tradução Luiz Fernando Cardoso. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. p. 415-432.

VERY SPECIAL Arts Brasil. Mostra: arte, diversidade e inclusão sócio-cultural. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil, maio 2005. **Catálogo**. 36p.

VIEIRA, Evaldo. Estado e política social na década de 90. In: NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães (Org). **Estado e políticas sociais no Brasil**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2001, p. 17-26.

\_\_\_\_\_. **Os diretos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004. 224p.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 184p.

\_\_\_\_\_. “Globalização, precarização das relações de trabalho e seguridade social”. In: REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. Ano XIX. Número 56. São Paulo: Cortez Editora. março/1998.

\_\_\_\_\_. “As ambiguidades da assistência social brasileira após dez anos de LOAS”. In: REVISTA SERVIÇO SOCIAL E SOCIEDADE. **Assistência Social: políticas e direitos**. Ano XXIV. Número 77. São Paulo: Cortez Editora. março/2004.

. \_\_\_\_\_. ; SILVA, Maria Ozanira da; DI GIOVANNI, Geraldo. (Orgs) **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. São Paulo: Cortez, 2004, 223p.

\_\_\_\_\_. ; Seminário Nacional sobre Programas de Transferência de Renda. **Anais...** São Luís: EDUFMA, 2006. 242p.

## LEGISLAÇÃO CONSULTADA

### LEGISLAÇÃO NACIONAL

#### Leis

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 05 out.1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.853 de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, 1989.



\_\_\_\_\_. **Lei 8213 de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1991/8213.htm>>. Acesso em: out 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <<http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/ViwIdentificacao/lei8742-1993?OpenDocument>>. Acesso em: out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei 8989, de 24 de fevereiro de 1995.** Dispõe sobre a isenção do Imposto sobre produtos industrializados (IPI)

\_\_\_\_\_. **Lei 9.092, de 12 de setembro de 1995.** Destina renda líquida de um teste da Loteria Esportiva Federal à Federação Nacional das APAEs.

\_\_\_\_\_. **Lei 9867, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme específica. Brasília, 1999.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB

\_\_\_\_\_. **Lei 9533, de 10 de dezembro de 1997.** Autoriza o poder executivo conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associado às ações educativas.

\_\_\_\_\_. **Lei 9637, de 15 de maio de 1998.** Institui o Programa de Publicização (organizações sociais)

\_\_\_\_\_. **Lei 9790, de 23 de março de 1999.** Dispõe sobre as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e institui o Termo de Parceria

\_\_\_\_\_. **Lei 9867, de 10 de novembro de 1999.** Dispõe sobre o funcionamento das Cooperativas Sociais

\_\_\_\_\_. **Lei 10.048, de 08 de novembro de 2000.** Estabelece o atendimento prioritário a pessoas com deficiência

\_\_\_\_\_. **Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras)

\_\_\_\_\_. **Lei 10.753, de 31 de outubro de 2003.** Dispõe sobre a Política Nacional do Livro inclusive obras em Sistema Braille

\_\_\_\_\_. **Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência

\_\_\_\_\_. **Lei 10.838, de 30 de janeiro de 2004.** Dispõe sobre a alteração estatutária das associações

\_\_\_\_\_. **Lei 10.836, de 09 de janeiro de 2004.** Institui o Programa Bolsa Família

\_\_\_\_\_. **Lei 11.126, de 27 de junho de 2005.** Dispõe sobre o direito da pessoa com deficiência visual ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhado de cão-guia.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.133, de 14 de julho de 2005.** Institui o Dia Nacional de Luta da Pessoa Portadora de Deficiência (21 de setembro).

### Decretos

BRASIL. **Decreto nº 6214, de 26 de setembro de 2007.** Regulamenta o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e ao idoso de que trata a Lei nº 8742 de 7 de dezembro de 1993, e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, acresce parágrafo ao artigo 162 do Decreto nº 3048, de 6 de maio de 1999, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/\\_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6214.htm)>. Acesso em: mai. 2008.

\_\_\_\_\_. Decreto de 14, de julho de 2005 – Convoca a 1ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – a ser realizada no período de 19 a 23 de março de 2006.

\_\_\_\_\_. **Decreto 129, de 22 de maio de 1991.** Promulga a Convenção nº 159 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 186, de 09 de julho de 2008.** Ratifica a Convenção sobre os Direitos das Pessoas Com Deficiência e seu Protocolo Facultativo

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 914, de 1993.** Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência

\_\_\_\_\_. **Decreto 1.744, de 08 de dezembro de 1995.** Dispõe sobre o Benefício da Prestação Continuada, revogado pelo Decreto 6.214 de 26 de setembro de 2007

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta Lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional

\_\_\_\_\_. **Decreto 2.536 de 06 de abril de 1998.** Dispõe sobre a concessão do Certificado de Entidade de fins filantrópicos a que se refere a Lei 8742/93

\_\_\_\_\_. **Decreto 2682 de 21 de julho de 1998.** Promulga a Convenção nº 168 da OIT

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.076, de 1999.** Cria o CONADE

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.298, de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração das Pessoas com Deficiência

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 3.691, de 2000.** Regulamenta a Lei nº 8.899/96 (Passe Livre)

\_\_\_\_\_. **Decreto (legislativo) nº 198, de 13 de junho de 2001** – Aprova o texto da Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência – Convenção de Guatemala.

\_\_\_\_\_. **Decreto 3956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção de Guatemala

\_\_\_\_\_. **Decreto 4229, de 13 de maio de 2002**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH)

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5085, de 19 de maio de 2004**. Define as ações continuadas de assistência social

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.296, de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade; altera o artigo 4º e revoga os artigos 50 a 54 do Decreto 3296/1999.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626, de 2005**. Regulamenta a Lei 10.436/02 que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS

\_\_\_\_\_. **Decreto 5904, de 21 de setembro de 2006**. Regulamenta o direito da pessoa com deficiência visual de ingressar e permanecer em ambientes de uso coletivo acompanhada de cão-guia - Lei 11.126/05.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6214, de 26 de setembro de 2007**. Regulamenta o Benefício da Prestação continuada da Assistência Social devido à pessoa com deficiência e idoso.

\_\_\_\_\_. **Decreto 6215, de 09 de setembro de 2007**. Compromisso pela inclusão de pessoas com deficiência e institui o comitê gestor de Políticas de Inclusão para Pessoas com Deficiência (CGPD)

### **Instrução Normativa**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 20. Dispõe sobre procedimentos adotados pela Fiscalização do Trabalho no exercício da atividade de fiscalização do trabalho das pessoas com deficiência

### **Portarias**

PORTARIA Nº 166 DE 11 DE SETEMBRO DE 1991. Dispõe sobre o procedimento para aquisição de órteses, próteses e materiais pelos hospitais integrantes do SIH/SUS

PORTARIA Nº 303 DE 02 DE JULHO DE 1992. Dispõe sobre serviços de saúde da pessoa com deficiência no SUS, define normas de reabilitação em hospitais e centros de reabilitação.

PORTARIA Nº 1.793 DE DEZEMBRO DE 1994. Dispõe sobre a formação de docentes e outros profissionais que interagem com pessoas com deficiência.

PORTARIA Nº 1679 DE 02 DE DEZEMBRO DE 1999. Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, para instruir os processos de autorização de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições do ensino superior

PORTARIA Nº 319, DE 1999. Institui a Comissão Brasileira do Braille

PORTARIA Nº 554, de 2000. Regulamenta Comissão Brasileira do Braille

PORTARIA 818/GM, DE 05 DE JULHO DE 2001. Cria Redes Estaduais de Assistência à pessoas portadoras de deficiência física (reabilitação)

PORTARIA Nº 22, DE 30 DE ABRIL DE 2003. Institui o Programa de Valorização Profissional da Pessoa Portadora de Deficiência no âmbito da Secretaria Especial dos Direitos Humanos

PORTARIA Nº 3.284, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2003. Assegura a pessoas com deficiência condições básicas de acesso ao ensino superior.

PORTARIA Nº 976, DE MAIO DE 2006. Estabelece critérios de acessibilidade os eventos do MEC

## LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL

DECLARAÇÃO dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU, em 09.12.1975)

ANO Internacional das Pessoas Portadoras de Deficiência (1981)

PROGRAMA Mundial de Ação relativa à Pessoas com Deficiência (Resolução ONU nº 37/52 de 03.12.1982)

CONVENÇÃO OIT nº 159 (Reabilitação profissional e emprego das Pessoas com Deficiência) de 20.06.1983

RESOLUÇÃO ONU nº 45/91 de 14.12.1990 (sobre a Implementação do Programa Mundial de ação relativa a Pessoas com Deficiência e a Década das Pessoas com deficiência das Nações Unidas 1983-1992)

DIA Internacional das Pessoas com Deficiência (promulgado pela Resolução ONU A/RES/47/3 em 14.10.1992, em comemoração ao término da década 1983-1992, cuja data coincide com o dia da adoção do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência pela Assembléia Geral da ONU, em 1982).

CONFERÊNCIA Mundial sobre os Direitos do Homem, Declaração de Viena e Programa de Ação (Viena, 14 a 25 de junho de 1993)

NORMAS sobre a Equiparação de Oportunidades para pessoas com deficiência (Resolução ONU nº 48/96 de 20.12.1993)

DECLARAÇÃO de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial (10.06.1994)

CONVENÇÃO de Guatemala (Convenção (Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência – AG/doc. 3896/99) de 06.06. 1999

CARTA para o Terceiro Milênio (Assembléia Governativa da Rehabilitation International, em 09.09.1999)

DECLARAÇÃO Internacional de Montreal sobre Inclusão (aprovada em 05.06.2001)

DECLARAÇÃO de Caracas (elaborada na Primeira Conferência da Rede Ibero-Americana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias, reunida em Caracas, entre os dias 14 e 18 de outubro de 2002)

ANO Europeu das Pessoas com Deficiência (2003)

ANO Iberoamericano das Pessoas com Deficiência (2004)

DÉCADA das Américas pelos direitos e pela dignidade das pessoas com deficiência: Igualdade e participação (2006-2016).

CONVENÇÃO sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Resolução ONU A/61/611 de 06.12.2006)

## **FILMES ASSISTIDOS**

ENSAIO sobre a cegueira (Blindness). Direção Fernando Meirelles. Baseado no Romance de José Saramago. Brasil: Fox Vídeo Brasil. 2008, 1-DVD (121 min.). Color. Legendado. Português.

JANELA da Alma. Direção João Jardim/Walter Carvalho. Brasil: Europa filmes. 2002, 1-DVD (73 min.). Color. Português.

VERMELHO como o céu. Produzido por Cristiano Bortone. Roteiro Cristiano Bortone, Monica Zapelli, Paolo Sassanelli. Itália: Califórnia Filmes. 2006. 1-DVD (100 min.). Color. Legendado. Italiano.

## **APÊNDICES**

APÊNDICE A  
HISTÓRIAS DE VIDA  
ROTEIRO

1. Identificação (perfil sócio-econômico)

- Idade
- Sexo
- Ocupação e renda
- Escolaridade
- Local de moradia

2. Sobre a cegueira

- Diagnóstico e causa da cegueira (para examinar o contexto em que incidiu o evento)
- Concepção de cegueira (antes e depois do diagnóstico)
- Uso da Bengala e do Braille

3. Sobre as condições de vida

- Rede de pertencimento social
- Rede proteção social pública (saúde, educação, trabalho, assistência social / BPC)
- Participação social

4. Sobre a qualidade de vida

- Sistema de transporte e infra-estrutura urbana (acessibilidade vias públicas)
- Atendimento oferecido pela rede de proteção social pública
- Satisfação com a cidade

## APÊNDICE B

### REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

#### ROTEIRO

##### 1. Sobre a Instituição

- Ações
- Demandas sociais
- Medidas de atendimento
- Recursos institucionais
- Acessibilidade
- Equipe técnica

##### 2. Perfil dos usuários

- Idade
- Sexo
- Escolaridade
- Ocupação
- Renda
- Domicílio
- Tipo de Deficiência/Causa



## APÊNDICE C

## Rede de Pertencimento - Mário

**1. Membros da Rede**

Família	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Trabalho	Tempo livre	Outros (organizações de serviço)
Mãe	-----	Professora Maria Auxiliadora		CAP-DV, (que fizeram parte da chapa)	-----	-----	Igreja
Pai							CAP-DV
							BPC

**2. Necessidades Básicas: estudo e trabalho**

Rede primária: doação

- Quem oferece ajuda: os pais e a professora Maria Auxiliadora, do CAP-DV
- Quem não está comprometido mas que poderiam estar: - - - - -
- O que se troca: proteção (locomção), provisão material
- Como se troca: partilha entre os membros da família e ajuda de terceiros
- Que suporte oferece: emocional, proteção (locomção)
- Qual o acontecimento que se produz na rede (vida cotidiana): privação material

Caracterização da rede primária

- Quem se relaciona: mãe
- Quem estabeleceu o maior número de laços: mãe
- O que se troca: ajuda material e locomoção
- Quem está mais próximo de quem: Professora Maria Auxiliadora está mais próxima da família
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: mãe
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: mãe
- Ajudante natural: mãe
- Movimento do indivíduo para a rede: provisão material
- Movimento da rede para o indivíduo: proteção (locomção) e provisão material

Rede Secundária: ajuda e controle, direito, legalidade, prestação de serviços

- Instituições: públicas, privadas e terceiro setor: CAP-DV (instituição pública); BPC (mecanismo de proteção social pública); ADEWISE e Igreja (terceiro setor);
- Quais os atores: professores do CAP-DV e amigos da Igreja.
- Quais são os laços: amizade, ajuda material, proteção

- Qual o mecanismo que ativado: direito
- Qual o espaço que ocupa na vida: há um equilíbrio entre rede primária e secundária
- Qual o acontecimento que se produz na rede: precarização do ensino, baixa qualificação, insuficiência do salário mínimo, dificuldade de acesso ao mercado de trabalho
- Quem se relaciona: professores do CAP-DV
- Quem estabeleceu o maior número de laços: Professora Maria Auxiliadora
- O que se troca: proteção, amizade, ajuda material, informação, estudo
- Quem está mais próximo de quem: Professora Maria Auxiliadora está próxima de todos
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: Professora Maria Auxiliadora
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: Professora Maria Auxiliadora
- Movimento do indivíduo para a rede: reconhecimento, agradecimento
- Movimento da rede para o indivíduo: estímulo, apoio, proteção

#### Rede Primária e Secundária

- Como a rede primária acessa a rede secundária: procura de serviços, informação, conhecimento
- Em que medida a rede primária depende da secundária: dependência equilibrada
- O que a rede primária pede a secundária: estudo, informação.
- Há integração entre as redes: sim

#### Sobre a necessidade

- A essência e o valor do pedido de ajuda para atendimento à necessidade: estudo como forma de adquirir conhecimento, qualificação e ter a possibilidade de ter sua sobrevivência através do seu trabalho, não dependência do governo.

#### Sobre a resposta à necessidade

- O conteúdo das respostas e sua adequação à necessidade: fragilidade, precarização do ensino, contudo não interfere no alcance do objetivo de Mário que é adquirir a qualificação para inserir-se no mercado de trabalho.

## Rede de Pertencimento - Lua

### 1. Membros da Rede

Famílias	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Trabalho	Tempo livre	Outros (organizações de serviço)
Marido	Filhos do marido (não convivência)	Maestro do Coral da ADEVISE	-----	ADEVISE	Irmã	Estar com o Neto	CAP-DV
Filho							ADEVISE
Irmãs							UNIMED

### 2. Necessidade: liberdade, independência

Rede primária: doação

- Quem oferece ajuda: família (marido, filho e irmãs)
- Quem não está comprometido mas que poderiam estar: -----
- O que se troca: apoio, proteção (locomoção), sustento material
- Como se troca: doação, ajuda
- Que suporte oferece: emocional e material
- Qual o acontecimento que se produz na rede (vida cotidiana): liberdade, independência

Caracterização da rede primária

- Quem se relaciona: marido
- Quem estabeleceu o maior número de laços: o marido
- O que se troca: proteção (locomoção), afeto, provisão material
- Quem está mais próximo de quem: marido está próximo de todos
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: marido
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: marido
- Ajudante natural: marido
- Movimento do indivíduo para a rede: proteção
- Movimento da rede para o indivíduo: proteção e independência

Rede Secundária: ajuda e controle, direito, legalidade, prestação de serviços

- Instituições: públicas, privadas e terceiro setor: CAP-DV (instituição pública) UNIMED, ADEVISE (terceiro setor)
- Quais os atores: diretoria da ADEVISE, maestro do Coral da ADEVISE
- Quais são os laços: amizade
- Qual o mecanismo que ativado: cidadania, direito, realização pessoal
- Qual o espaço que ocupa na vida: principal
- Qual o acontecimento que se produz na rede: melhores condições de vida para os cegos
- Quem se relaciona: Lua com membros da ADEVISE
- Quem estabeleceu o maior número de laços: Lua

- O que se troca: afeto, confiança, luta
- Quem está mais próximo de quem: Lua de todos
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: ---
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: ----
- Movimento do indivíduo para a rede: independência
- Movimento da rede para o indivíduo: apoio

#### Rede Primária e Secundária

- Como a rede primária acessa a rede secundária: apoio à Lua
- Em quê medida a rede primária depende da secundária: não depende
- O que a rede primária pede a secundária: apoio, independência
- Há integração entre as redes: sim

#### Sobre a necessidade

- A essência e o valor do pedido de ajuda para atendimento à necessidade: está relacionada à conquista da independência, liberdade, autonomia de Lua.

#### Sobre a resposta à necessidade

- O conteúdo das respostas e sua adequação à necessidade: incentivo a independência e valorização.

## Rede de Pertencimento - Luís

### 1. Membros da Rede

Famílias	Parentes	Amigos	Vizinhos	Colegas	Trabalho	Tempo livre	Outros (organizações de serviço)
Filhos	Cunhada	Hélio	No momento da cegueira	CAP-DV	Pedreiro (até 40 anos)	-----	Unidades de Saúde, Hospital João Alves Filho, INSS, Promotoria Pública,
Esposa		O “povo da rua”	Na locomoção.	O “povo da rua”, motoristas.			Clínicas Privadas e Farmácia
		Pai das crianças que Luis “salvou” do acidente		Colegas de profissão de pedreiro.			Médicos: Dra. Nara Maynard dentre outros.
							CAP-DV; ADEVISE, SMTT.

### 2. Necessidade: sobrevivência material e o cuidado à saúde

Rede primária: doação

- Quem oferece ajuda: amigos, parentes (cunhada), “o povo da rua” e vizinhos
- Quem não está comprometido mas que poderiam estar: irmãos
- O que se troca: serviços que auxiliam o atendimento às necessidades.
- Como se troca: doação
- Que suporte oferece: material e informação
- Qual o acontecimento que se produz na rede (vida cotidiana): privação material: salário mínimo; tratamento de doenças.

Caracterização da rede primária

- Quem se relaciona: Hélio com todos.
- Quem estabeleceu o maior número de laços: Hélio
- O que se troca: serviço material, informação
- Quem está mais próximo de quem: Hélio está próximo de todos.
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: Hélio
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: Hélio
- Ajudante natural: Hélio
- Movimento do indivíduo para a rede: atendimento de necessidade imediata.
- Movimento da rede para o indivíduo: abandono, dependência

Rede Secundária: ajuda e controle, direito, legalidade, prestação de serviços

- Instituições: públicas (rede pública estadual, municipal, federal), privadas (clínicas de saúde) e terceiro setor (associações)
- Quais os atores: profissionais das instituições públicas e privadas (clínicas de saúde).
- Quais são os laços: amizade, ajuda material, informacional, afeto

- Qual o mecanismo que ativado: cidadania, o direito
- Qual o espaço que ocupa na vida: principal
- Qual o acontecimento que se produz na rede: ineficácia dos serviços públicos e não cumprimento das normas, leis de direitos.
- Quem se relaciona: Dra. Nara Maynard, com outros profissionais médicos e com o Hélio
- Quem estabeleceu o maior número de laços: Dra. Nara Maynard
- O que se troca: serviço material, informação
- Quem está mais próximo de quem: Dra Nara Maynard dos outros médicos e instituições.
- Pessoa que assume a maior carga de cuidados: Dra. Nara Maynard
- Quem assume a responsabilidade pelos cuidados: profissionais das instituições públicas e da rede privada de saúde
- Movimento do indivíduo para a rede: proteção, provisão material, dependência
- Movimento da rede para o indivíduo: provisão material

#### Rede Primária e Secundária

- Como a rede primária acessa a rede secundária: atender às necessidade de provisão material e de saúde. Contato intermediado por Hélio.
- Em quê medida a rede primária depende da secundária: grande dependência
- O que a rede primária pede a secundária: prestação de serviço, ajuda material, informacional
- Há integração entre as redes: não, a rede primária é praticamente inexistente. O contato da rede primária com a rede secundária é intermediado por Hélio.

#### Sobre a necessidade

- A essência e o valor do pedido de ajuda para atendimento à necessidade: garantia da sobrevivência.

#### Sobre a resposta à necessidade

- O conteúdo das respostas e sua adequação à necessidade: proteção (oferta de serviços) frágil, fragmentada, pontual de acordo com as demandas requeridas por Luís.